



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

JAINA DA CONCEIÇÃO GOES

**ENEGRECENDO O SERVIÇO SOCIAL: o debate racial presente nas
produções teóricas da profissão**

Florianópolis/SC

2018/2

JAINA DA CONCEIÇÃO GOES

**ENEGRECENDO O SERVIÇO SOCIAL: o debate racial presente nas
produções teóricas da profissão**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Michelly Laurita Wiese

Florianópolis/SC

2018/2

Ficha de identificação da obra

GOES, Jaina da Conceição. Enegrecendo o Serviço Social: o debate racial presente nas produções teóricas da profissão. 2018. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

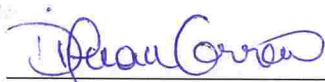
1. Serviço Social. I. Questão racial. II. Racismo III. Democracia racial. IV. Desigualdade Racial.

Jaina da Conceição Goes

**Enegrecendo o Serviço Social: o debate racial presente nas produções teóricas da
profissão**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, e aprovado em sua forma final pelo Departamento de Serviço Social.

Florianópolis, 28 de novembro de 2018.

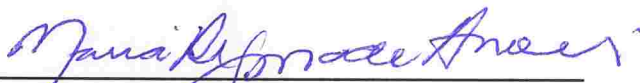


Profª Drª Dilceane Carraro
Coordenadora do Curso

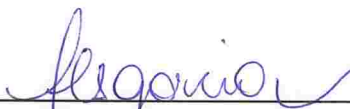
Banca examinadora:



Profª Drª Michelly Laurita Wiese
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Profª Drª Maria Regina de Ávila Moreira
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Mª Flávia de Brito Souza
Examinadora
Assistente Social

Dedicado ao amor da minha vida, minha mãe, Angela Benedito da Conceição.

AGRADECIMENTOS

Saúdo a todas as minhas ancestrais que antes de mim vieram construindo o caminho árduo para que hoje eu pudesse ocupar a cadeira de uma Universidade Federal e concluir a graduação em Serviço social.

Agradeço à minha mãe, pelo apoio material e afetivo, de quem às 23h00min estava no sofá aguardando minha chegada da aula para dormir tranquila. Eu sempre voltarei para casa, mãe. Quando pensei em desistir, foi seu incentivo dizendo que eu conseguiria que me fez respirar fundo e continuar. Mulher que trabalha desde a infância e que foi privada de direitos básicos, hoje eu desejo, além de te orgulhar, realizar alguns de nossos sonhos.

Agradeço à minha família pela compreensão, pois estive ausente em muitos momentos por priorizar a graduação, as amo e respeito à história de mulheres fortes que são. Minhas irmãs, Jacqueline e Graziela, meu irmão Jackson, minhas sobrinhas, Dandara e Raabe as quais desejo ser parceira e suporte nos momentos difíceis. Ao meu pai, pelos almoços relâmpagos no meio da semana e jogos do Figueirense.

Meu companheiro, Douglas Gomes dos Santos, que nunca me deixou desistir e sempre acreditou no meu potencial. Me fortalece e incentiva em todas as minhas decisões, gosto de ser livre ao seu lado. Amo você.

Aos meus amigos e amigas, Maria Eduarda Flores, Alexandre Izac, Mariana Cunha, Lara Dominoni e Giancarlo Dominoni, agradeço pelos momentos de diversão e risadas, assim como pelo incentivo de sempre.

Agradeço às e aos colegas de graduação que compartilharam inquietações e anseios para o futuro, contribuindo para minha formação profissional, sendo alguns deles: Aline, Carmel, Ana Paula, Flávio, Maya, Fabiane, Ingrid, Fabiana, Chris, Camila, Tainara, Danielly, Juan, Mayara, Silvia, Gabriela, Gabrielli e Cristiane. Em especial, à minha amiga, que conheci logo na fila de matrícula para o curso, Maiara Carbonera, mulher que admiro. Vamos tomar um cafézin? Feliz de te ter como companheira de profissão.

Ao Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida que mudou o percurso de minha formação e foi importante para meu amadurecimento enquanto futura Assistente Social. Mathaus Caricate, Karoline Franciele, Leonardo Moura, Vanessa Zoraide e Gisllayne de Jesus, agradeço pelas reuniões e desabafos. Também agradeço aos demais coletivos negros que tive contato durante a graduação, em especial, Coletivo Negro 4P, que logo nas fases iniciais me mostraram que a formação vai para além das salas de aula. Cauane Maia,

Guilherme Andrade e Angela Medeiros, vocês que me ensinaram muito durante as palestras e espaços de militância da vida, por isso sou muito grata por ter-lhes escutado.

Agradeço aos meus professores e professoras da graduação, que muito contribuíram para moldar meu perfil profissional. Espero devolver à profissão e à sociedade os investimentos e expectativas depositados em minha pessoa. Às professoras Maria Regina de Ávila Moreira, Rúbia dos Santos Ronzoni, Keli Regina Dal Prá e Maria Teresa dos Santos que me incentivaram e reconheceram meus esforços enquanto graduanda. Também às assistentes sociais que foram minhas supervisoras de campo, Ana Paula Gomes Nunes e Michelly Nezilda Cardoso, em minha atuação profissional buscarei me espelhar em vocês e no compromisso ético-político que têm em suas intervenções.

Agradeço à professora Michelly Laurita Wiese, que acolheu meu tema mesmo sabendo dos desafios colocados. A acolhida e incentivo fizeram com que o processo árduo de pesquisa e escrita fosse mais leve e de muito aprendizado. Maria Regina de Ávila Moreira e Flávia de Brito Souza Garcia, gratidão por aceitarem o convite para integrar a banca de avaliação de meu trabalho, não poderia ter composição melhor para este momento importante.

Deixo registrado também, que nestes dias em que escrevo este texto, passamos por momentos difíceis para os que defendem a educação pública e de qualidade, para os que defendem a democracia e as liberdades individuais e coletivas e para os que defendem políticas afirmativas para a população negra. No entanto, a história é feita a partir de nossas ações coletivas, a resistência do povo negro junto à classe trabalhadora e às mulheres, como diz Angela Davis, move estruturas. Continuemos a nos movimentar.

*“Preta, pinta
O mundo com seu tom
Que essa tua negra tinta
Fará brotar a cor nesta cidade, cinza
Que tanto te negou, mas, ô, preta, pinta.”*

Bia Ferreira e Caru Bonifácio - Negra Tinta

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) consiste no esforço de compreender quais as perspectivas e direcionamentos abordados nas discussões empreendidas no Serviço social sobre questão étnico-racial a partir das revistas Qualis A1, qualificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foram encontradas duas revistas dentro desse critério: Serviço Social e Sociedade e Katálysis. Partimos da compreensão de questão racial como problemática que fundamenta e está presente no interior das relações socialmente estabelecidas no Brasil, portanto, objeto de suma importância para os estudos na área de Serviço social e das ciências sociais aplicadas de modo geral. A metodologia adotada baseou-se na pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo das 14 produções teóricas encontrados nas revistas selecionadas, tendo sido feito um recorte a partir das palavras-chave “raça”, “questão racial”, “racismo”, “etnia” e “negro/a”. É numa pesquisa de cunho qualitativo, no qual se utilizou da técnica de revisão de literatura para reunir livros, teses, dissertações e artigos, prioritariamente escritos por autores/as negras, que pudessem embasar teoricamente as discussões aqui empreendidas. Destarte, o trabalho está estruturado em três seções, cujo primeiro e segundo realizou-se uma revisão de literatura a fim de analisar a historicidade da questão racial no Brasil e seu desenvolvimento desde a escravização, até os dias atuais. Na última seção estão sistematizados os dados coletados pela pesquisa bibliográfica nas revistas, a qual revelou a ainda incipiente produção teórica do ponto de vista quantitativo. A partir das análises de conteúdo, encontramos abordagens teóricas de cunho cultural/identitário sobre a questão racial, contudo, a perspectiva crítica predominou nos artigos escritos por assistentes sociais. A partir disso, pode-se afirmar que nos artigos escritos por assistentes sociais, a insuficiência e negação do debate étnico-racial dentro do Serviço social são criticadas, sendo apontada como estratégias de inserção a inclusão do tema nos currículos de graduação, bem como a incorporação do tema pelos órgãos representativos, buscando situar a questão como estruturante das relações sociais, econômicas e políticas.

Palavras-chave: Questão Racial. Serviço Social. Racismo. Democracia Racial. Desigualdade Racial.

ABSTRACT

The present work of conclusion of the course (TCC) is the effort to understand the perspectives and approaches addressed in the discussions on Ethnic-racial Social Service from the Qualis A1 journals, qualified by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes). Two journals were found within this criterion: Social Service and Society and Katálysis. We start from the understanding of race as a problematic that underlies and is present within socially established relations in Brazil, therefore, an object of great importance for studies in the area of Social Service and social sciences applied in general. The methodology adopted was based on the bibliographical research and content analysis of the 14 theoretical productions found in the selected journals, with a cut from the keywords "race", "race question", "racism", "ethnicity" and "Black". It is in a qualitative research, in which the technique of literature review was used to gather books, theses, dissertations and articles, mainly written by black authors, that could theoretically base the discussions undertaken here. Thus, the work is structured in three sections, the first and second of which was a review of the literature in order to analyze the historicity of the racial question in Brazil and its development from enslavement to the present day. In the last section are systematized the data collected by the bibliographic research in the journals, which revealed the still incipient theoretical production from the quantitative point of view. From the analysis of content, we find theoretical approaches of culturalist/identity on the racial question, however, the critical perspective predominated in articles written by social workers. From this, it can be affirmed that in the articles written by social workers, the insufficiency and negation of the ethnic-racial debate within Social Service are criticized, and inclusion strategies are suggested as inclusion in the undergraduate curricula, as well as incorporation of the theme by representative bodies, seeking to situate the issue as structuring of social, economic and political relations.

Keywords: Racial Question. Social Service. Racism. Racial Democracy. Racial Inequality.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Artigos sobre questão racial em relação ao universo pesquisado.	70
Gráfico 2 - Área de formação das/os autoras/es	73
Gráfico 3 - Raça/cor das/os autoras/es	74
Gráfico 4 - Número de autores/as por gênero.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ações estatais relativas ao enfrentamento do racismo entre os anos 2003 a 2018.	51
Quadro 2 - Produções encontradas na revista Serviço Social e Sociedade.	71
Quadro 3 - Produções encontradas na revista Katálysis.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Autorias por cor e gênero na revista Serviço Social e Sociedade.	74
Tabela 2 - Autorias por cor e gênero na revista Katálysis.	74

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FNB	Frente Negra Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
PAA	Política de Ação Afirmativa
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 UM DEFEITO DE COR: REMONTANDO ÀS ORIGENS E SUSTENTAÇÃO DA DESIGUALDADE RACIAL BRASILEIRA	19
2.1 Da escravização no continente africano ao colonialismo mercantil: breve esboço de sua conformação e desenvolvimento	20
2.2 Da parte de cima do túmulo já era possível enxergar terra de um lugar chamado Brasil: o negro e a luta pela liberdade.....	27
3 PÓS-ABOLIÇÃO E A INSERÇÃO NEGRA NA SOCIEDADE DE CLASSES	35
3.1. Teorias raciais e Projeto de Branqueamento no Brasil	36
3.2. Poder Para o Povo Preto: surgimento de um movimento negro organizado	42
3.3 As pautas do Movimento Negro e as Políticas Públicas.....	48
4 O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL	54
4.1 Breve histórico do Serviço Social: “de onde viemos e para onde vamos?”	55
4.2 Por que falar de Questão Racial na profissão de Serviço Social?.....	62
4.3 A Questão Racial nas publicações de Serviço Social	68
4.3.1. Perspectivas e interpretações teórico-analíticas adotadas pelos/as autores/as sobre racismo e sociedade.....	76
4.3.2. Questão Racial e a relação com o Serviço Social	85
4.3.3. Concepções de democracia racial	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS GERAIS	96
REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS ANALISADOS	105

1 INTRODUÇÃO

A temática racial, na atualidade é debatida em diversificados espaços da sociedade como nos movimentos sociais, espaços acadêmico-científicos, por instâncias governamentais e não-governamentais, organizações sociais de caráter recreativo, artístico, religioso, etc; ou seja, há diversos espaços na sociedade cuja temática racial é trabalhada a fim de denunciar a desigualdade e discriminação vivida pela população negra, bem como desenvolver alternativas para seu enfrentamento. Por ser tema que está situado na base das relações sociais, econômicas, políticas e raciais estabelecidas no Brasil, a questão racial se configura enquanto categoria importante de análise e conhecimento a ser apropriado.

Destarte, o Serviço social enquanto uma profissão que visa, não somente compreender, como também intervir na sociedade através das atribuições e competências que lhes são cabíveis, possui potencialidades a serem exploradas e utilizadas em favor da garantia e ampliação dos direitos da população negra no país. Nesse sentido, reconhecendo o assistente social como profissional que, historicamente, atua na execução de serviços que atendem diretamente a classe trabalhadora, destaca-se a necessidade de qualificar a formação e intervenção profissional com o objetivo de incorporar demandas provenientes dos usuários negros e negras, considerando o público majoritário que acessa os serviços da profissão.

Segundo Carvalho e Netto (1997), o Serviço social, diferentemente de profissões que atuam sobre uma única necessidade humana, o assistente social se especifica por atuar sobre todas as necessidades humanas de grupos que têm uma dada classe social, um dado gênero, raça e etnia, ou seja, um público marcado pela subalternização, pauperização e/ou exclusão do acesso aos bens, serviços e riquezas produzidos socialmente. Por isso, o reconhecimento de que a classe trabalhadora tem gênero e tem cor é parte do caminho para desenvolver ações que visa articular efetivamente o debate da questão social, objeto principal de estudo do Serviço social, ao debate da questão racial, situação gritante que se materializa nos índices de desigualdade social, política e econômica do país.

Destarte, este trabalho tem como objetivo geral compreender a forma como o Serviço social vem incorporando e debatendo a questão étnico-racial, tanto na formação quanto na intervenção profissional. Para isso, optou-se por analisar as produções teóricas presentes nas revistas Qualis A1 da área de Serviço social, sendo a Revista *Katálisis* e a Revista *Serviço Social e Sociedade*.

O tema de pesquisa foi escolhido, primeiramente, por questões de ordem pessoal, quando me aproximei de coletivos negros da UFSC que fizeram com que meus olhares se ampliassem no que tange às relações sociais e racialmente estabelecidas, evidenciando a desigualdade racial existente no país e o sistema de dominação que se instala de uma raça sobre a outra, possibilitando através desse envolvimento, um olhar crítico sobre o tema étnico-racial. Como mulher negra, a inevitabilidade de tornar minha existência uma prática política dentro do espaço universitário impulsionou meu interesse em compreender a operacionalização e rebatimentos do racismo na população negra. Por isso, este trabalho também constitui parte de uma descoberta da minha própria história.

Ademais, observou-se que durante a graduação em Serviço social a discussão sobre a questão étnico-racial se deu de forma incipiente, quando não esteve completamente ausente. O debate sobre questão racial ocorreu em momentos casuais em sala de aula, nos quais se manifestaram discursos carregados de senso comum acerca do tema, tanto vindo de professores como também de colegas estudantes. Correspondente a isso, as primeiras aproximações com o tema na área de Serviço social revelaram o número reduzido de livros cujo tema central é a questão étnico-racial. Tais evidências reforçam a necessidade de fomentar dentro da categoria profissional discussões e produções teóricas mais aprofundadas e pautadas em bibliografias existentes no campo das ciências sociais que subsidiem as reflexões particulares da profissão de Serviço social.

A metodologia adotada durante o trabalho foi a pesquisa de orientação qualitativa que, segundo Minayo (2009), se peculiariza por abarcar questões que não podem ser restringidas a valores numéricos, trabalhando no plano dos valores, das atitudes, aspirações, crenças e significados. Destarte, para alcance dos objetivos, na primeira e segunda seção, utilizamos como recurso a revisão de literatura que compreende no levantamento de livros, trabalhos, artigos e demais produções científicas que fundamentam as análises e críticas realizadas sobre o objeto de estudo, possibilitando um aprofundamento do tema.

Na primeira seção fizemos um resgate histórico que trouxe conceitos e elementos que perpassam o processo de desqualificação do negro enquanto sujeito dotado de humanidade e direitos, fundado no período de escravização e baseado no racismo. Na segunda seção, buscou-se, abordar os aspectos da inserção subalterna da população negra na sociedade de classes a partir da instituição do trabalho livre e proibição do trabalho escravo, visando compreender a herança escravista na definição do lugar social do negro no capitalismo brasileiro.

Na fase de revisão de literatura utilizamos como referencial teórico autores da área de ciências sociais e humanas, primando por *bibliografias pretas*¹, cuja contribuição de autores e autoras negras, invisibilizadas na academia, ganham protagonismo científico e valorização de suas interpretações sobre a realidade. Destacam-se como principais referenciais utilizados os autores Florestan Fernandes (2008), Clóvis Moura (1988), Sílvio Almeida (2018), Octavio Ianni (1991), Jacob Gorender (1980), Eric Williams (2012), Ramatis Jacino (2014), Wlamyra Albuquerque (2006), Marilda Villela Iamamoto (1991), Abdias Nascimento (2017), Angela Davis (2016), Oracy Nogueira (1998), Djamila Ribeiro (2018), dentre outros.

A terceira seção, que compreende o cerne da pesquisa aqui empreendida, buscou realizar a síntese sobre o debate do Serviço Social e a Questão Racial. Primeiramente, recuperamos aspectos relacionados à gênese do Serviço social, buscando reunir elementos para pensar a questão racial historicamente situada na profissão, bem como seu desenvolvimento ao longo dos anos após reconceituação e a atualidade das discussões teóricas sobre a questão étnico-racial e o Serviço social.

Visando atingir o objetivo do estudo, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica que, segundo Lakatos e Marconi (2009, p. 160) configura-se em “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Desse modo, por meio de palavras chave, identificamos os artigos relacionados com as categorias: “raça”, “etnia”, “racismo”, “negro/a”, e “questão étnico-racial”, nas plataformas de pesquisa das revistas na internet e no acervo da biblioteca da universidade. Dentre o total de 1.152 produções, foram encontrados 14 artigos, correspondendo a 1,2% das produções dedicadas ao tema racial nas revistas selecionadas.

Para análise da completude dos artigos coletados nas Revistas *Katálysis* e *Serviço Social e Sociedade* sobre questão étnico-racial, empregou-se a técnica de análise de conteúdo, que compreende em um

[...] conjunto de técnicas de análise de comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1979, p.42 *apud* GOMES, 2012, p.83).

¹ Cabe destacar que essa prioridade deu-se em vista do apagamento sistemático de bibliografias produzidas por autores africanos e/ou negros da diáspora, dessa forma, visibilizar o conhecimento científico proveniente destes autores se fez essencial para o resgate de pensadores marginalizados. O negro restrito ao corpo precisa ser superado, reconhecendo a capacidade de reflexão e produção de conhecimento destes sujeitos. Por isso, essa também foi uma escolha política.

A leitura na íntegra dos textos possibilitou aproximar de seu conteúdo e identificar as categorias analíticas que nortearam a análise e síntese, sendo elas: **1.** Perspectivas e interpretações teórico-analíticas adotadas pelos/as autores/as sobre racismo e sociedade; **2.** Debate na categoria profissional de Serviço social; **3.** Concepção de democracia racial.

Acreditamos que ao abordar tais questões, caminhamos em direção a um objetivo maior: a superação do racismo na sociedade. Mesmo não sendo possível no sistema capitalista que tem o racismo como pilar fundamental para subjugar indivíduos. Ações que alterem esse quadro, significam um passo a mais assentado na construção de uma nova organização social. Aos que se dispõem a tarefa de buscar a essência das relações raciais e apurar com seriedade as estratégias do sistema capitalista para manutenção da estrutura racista, sexista e economicamente desigual têm o compromisso de assumir um posicionamento e ações contrárias às incongruências históricas que constituem a história do país.

2 UM DEFEITO DE COR: REMONTANDO ÀS ORIGENS E SUSTENTAÇÃO DA DESIGUALDADE RACIAL BRASILEIRA

A presente seção pretende trazer à tona elementos fundantes da desigualdade racial brasileiro, que delineou durante os séculos de escravidão, as relações sociais estabelecidas entre europeus e africanos escravizados e posteriormente, o branco e o negro brasileiro. Tal investigação busca compreender, a partir das bases históricas que explicitam aspectos da escravidão e dominação dos povos africanos, como se consolidou no Brasil a discriminação e desigualdade racial presente na contemporaneidade engendrando no que denominamos hoje de questão racial.

A questão racial funda-se na sociedade brasileira a partir da expansão do sistema de produção escravista, que tem no racismo sua justificativa e ferramenta de dominação mais poderosa. É durante o processo de escravização que se constrói a figura negra como inferior, despossuído de humanidade que sujeita aos indivíduos deste grupo racial a condição de marginalidade e exclusão do acesso aos bens e serviços.

A questão racial é entendida neste trabalho como elemento estruturante das relações sociais que é determinante das relações em todos os âmbitos da vida social. Através de Guimarães (2011), destacamos três características que constituem a categoria questão racial: o conjunto de relações desiguais em razão de estereótipos sobre grupos racialmente identificados a partir do conceito social de raça, a presença de atuação do estado e das instituições através das políticas públicas sobre as desigualdades raciais e, a ação do Movimento Negro Brasileiro no combate à discriminação e desigualdade étnico-racial.

A abordagem do termo “raça” se diferencia conforme autor e tempo histórico. Neste trabalho raça será abordada na perspectiva de desvelar seu conteúdo de cunho sociológico, reconhecendo a contribuição desta para compreensão da organização das relações sociais brasileira. As teorias raciais que explicaram a desigualdade de raças segundo uma perspectiva biológica, justificando uma inferioridade natural dos povos não-brancos, foram derrubadas no campo científico² (SCHWARCZ, 1993). A raça enquanto conceito socialmente construído

²Cabe salientar que mesmo com a derrubada destas teorias, ainda permanecem os frutos que delas ficaram: o racismo. “O racismo refere-se conceitualmente a uma crença de que as pessoas possuem características inerentes, herdadas biologicamente que definem o seu comportamento. É uma discriminação social sustentada por um conjunto de julgamentos pré-concebidos, que classificam as pessoas de acordo com suas características físicas, em especial a cor da pele. É a crença da superioridade de um grupo racial sobre o outro.” (SANTOS, 2016, p. 28).

destaca as diferenças a nível social, características físicas determinadas pela hereditariedade e a miscigenação.

[...] quando usam o termo raça, não o fazem alicerçados na idéia de raças superiores e inferiores como originalmente eram usadas no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas. (GOMES, 2005, p. 45)

Segundo Mbembe (2018, p. 13), a ideia de raça reduz o ser vivo a sua aparência, especialmente, de pele e de cor, atribuindo a estes uma característica biológica. Tal perspectiva fundamentou diversos processos históricos que resultaram em inúmeras catástrofes criminosas em nome de uma inferioridade racial dos não-brancos.

Nesse sentido, nesta seção buscamos demonstrar a influência dos processos sócio históricos desde o Brasil colônia até na atualidade a fim de desconstruir mitos como o da princesa Isabel complacente, da passividade escrava, do negro vadio, da mulata lasciva, da convivência harmônica entre as classes e raças no Brasil, bem como do mito da democracia racial que fortalece o racismo velado de uma nação que reconhece a existência do racismo, mas não se considera racista.

2.1 Da escravização no continente africano ao colonialismo mercantil: breve esboço de sua conformação e desenvolvimento

A intensidade do processo de escravidão no Brasil foi de tal impacto que é impossível pensar na população negra do país sem remontar às bases que indicam as condições da chegada e o lugar social que estes ocupavam desde os anos da dominação portuguesa. Além do quesito econômico, as relações sociais estabelecidas entre senhor e escravizado foram determinantes para moldar a organização social que estabeleceu a cultura e meios de subsistência da classe subalternizada (HASENBALG, 1979 *apud* CONCEIÇÃO, 2014).

A escravidão africana em seu sentido mercadológico, que resultou na descomunal dispersão populacional compulsória, está associada ao mesmo contexto histórico da Era dos descobrimentos e da competição colonial dos povos europeus através da conquista de novas terras para expansão mercantil. Albuquerque e Filho (2006) destacam a importância de contextualizar as relações estabelecidas entre povos do continente africano e europeu, decorrendo na posterior relação comercial de pessoas escravizadas.

Havia uma multiplicidade de organizações sociais no continente africano, um continente de larga expansão territorial em comparação ao contingente de povos que o habitavam. Dessa forma, havia reinos, como o do Congo e Mali, pequenas aldeias e grupos nômades de comerciantes, agricultores e pastores. Nesse contexto, “[...] a expansão de reinos, a migração de grupos, o trânsito de caravanas de mercadores, a disputa pelo acesso aos rios, o controle sobre estradas ou rotas podiam implicar em guerra e subjugação de um povo a outro” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 14). É em razão de guerras e conflitos internos entre os povos que a escravidão africana se conforma de forma, até então, endógena.

A escravidão no continente africano é caracterizada como escravidão doméstica, cuja função era tornar membros de povos vencidos para utilizar a força de trabalho nas plantações de agricultura familiar de pequena escala, garantindo a sobrevivência da família do senhor, representando a “capacidade de auto-sustentação da linhagem” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p.14). Além disso, a punição por crimes, feitiçaria e adultério (em alguns povos) também eram maneiras de converter pessoas à condição de escravizado.

Fundamentando-se nos apontamentos de Albuquerque e Filho (2006), as formas de aquisição de escravos variaram de acordo com o cenário histórico vivenciado e, para nossa análise, cabe ressaltar o contexto em que a escravidão tornou-se meio de estabelecer relações comerciais com povos de outros continentes. A influência dos povos árabes que ocuparam o Egito e o norte da África gerou o aumento do comércio de escravos e consolidou a escravidão islâmica. As rotas comerciais estabelecidas no deserto do Saara eram dominadas pelas caravanas islâmicas que, além de disseminar a religião para outros povos, transportavam especiarias, metais e escravos para serem comercializados. Cabe salientar que eram escravizados àqueles povos cuja população não se converteu ao islamismo, os considerados infiéis eram escravizados, mas futuramente caso se convertessem, poderiam voltar a ser livres³. “Já na metade daquele século os escravos eram os principais produtos dos caravaneiros do Saara, que por ali transportaram cerca de 300 mil pessoas” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 16).

Essa transição desenvolveu o comércio de escravizados em larga escala e, diante disso, a presença dos povos europeus na costa africana ganhou “[...] dimensão intercontinental e fez da África a principal região exportadora de mão-de-obra do mundo moderno” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 19). Esse mercado atraiu a atenção dos

³ Além da África, os escravizados também provinham das regiões da Índia, China, Sudeste da Ásia e Europa Ocidental (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

povos holandeses, franceses, ingleses, espanhóis e portugueses, que, principalmente no século XV, já partiam em expedições em busca da expansão mercantil. Fernando Novais (1989) afirma que tais relações econômicas se constituíram como pilar essencial no período mercantilista europeu, incumbindo ao continente africano a função de fornecer a força de trabalho escravizada necessária para colocar em funcionamento a produção nas colônias americanas.

Não raras vezes nos deparamos com abordagens que justificam a escravização por meio do recurso argumentativo de que africanos comercializavam e utilizavam mão de obra escrava, no entanto, o comércio de escravizados não gerou aos povos africanos a riqueza e expansão que gerou aos povos europeus. Em vista disso, é importante assinalar que, mesmo com a escravização de negros por negros nos países africanos, a relação comercial e social era essencialmente distinta, adquirindo conformações diferenciadas das estabelecidas nas colônias europeias, em especial, a portuguesa.

A colonização portuguesa na América não é um fato isolado, aconteceu no contexto mais amplo do século XV, marcado pelo início das grandes navegações e do avanço de países como Portugal, Espanha, França, Inglaterra e as Províncias Unidas dos Países Baixos, na conquista do além-mar, constituindo a partir disso o Sistema Colonial, que as tornou potências colonizadoras (NOVAIS, 1986; JUNIOR, 1972). O colonialismo gerou implicações que são cruciais para a compreensão do processo de escravização negra nas Américas, especialmente, no que diz respeito ao território privilegiado neste trabalho, o Brasil.

[...] o sistema colonial apresenta-se-nos como o conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias, num dado período da história da colonização: na Época Moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa; [...] Nos tempos Modernos, contudo, tal movimento se processa travejado por um sistema específico de relações, assumindo assim a forma mercantilista de colonização, e esta dimensão torna-se para logo essencial no conjunto da expansão colonizadora europeia. [...] é o sistema colonial do mercantilismo que dá sentido à colonização europeia no período que medeia entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Industrial (NOVAIS, 1986, p. 13 - 14).

Na Europa aconteciam mudanças estruturais na sociedade, observando-se o colapso do feudalismo através do movimento de transição do trabalho servil ao trabalho assalariado, do desenvolvimento das forças produtivas e conseqüente aumento da produção, e da consolidação da Revolução Industrial, que transformou as relações de trabalho e de sociabilidade. No entanto, a burguesia mercantil ascendente não alcançou capacidade suficiente de crescimento endógeno, e “[...] a capitalização resultante do puro e simples jogo de mercado não permitia a ultrapassagem do componente decisivo - a mecanização da

produção” (NOVAIS, 1986), gerando a necessidade de estímulos externos que dessem continuidade à acumulação primitiva⁴.

Em função da necessidade dos países europeus de prosseguirem com o processo de desenvolvimento capitalista, a colonização foi estimulada pela política econômica do capitalismo comercial, tornando-se um sistema colonial mercantilista. Assim, cabe analisar a colonização sob o ponto de vista ampliado, que revela sua funcionalidade ao processo de constituição do modo de produção capitalista, constituindo-se como um dos meios propulsores da acumulação primitiva de capital e estimulando o progresso da burguesia europeia (NOVAIS, 1986).

Segundo Novais (1986, p. 32), “[...] a exploração colonial foi elemento decisivo na criação dos pré-requisitos do capitalismo industrial”, sua essência está em abastecer o mercado externo, configurando-se como uma “organização puramente produtora” (JUNIOR, 1972, p.32). Nesse formato o colonialismo estabeleceu uma política econômica entre a colônia e a metrópole de modo que nessa relação à colônia é responsável por suprir as necessidades de desenvolvimento da metrópole.

As descobertas de ouro e prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, [...] e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 2011, p. 864).

A necessidade de acelerar a acumulação primitiva de capital através do comércio colonial, fez com que a organização das economias coloniais estivesse baseada em um sistema de exploração que impôs a adoção de formas de trabalho compulsório em seu formato limite, o escravismo (NOVAIS, 1986). Além disso, era necessário que a colônia mantivesse com a metrópole um comércio exclusivista, rebaixando o preço dos produtos coloniais e estabelecendo preços altos para os produtos metropolitanos, o que assegurou mercado às manufaturas em expansão e propiciou a acumulação acelerada, valorizando o dinheiro no processo de circulação da mercadoria (MARX, 2011; CATANI, 2012; IANNI, 1978).

O trabalho compulsório, seja na forma servil, semisservil ou escravo, foi essencial para a garantia da lucratividade na relação mercantil entre colônia e metrópole. Apesar de o

⁴Segundo Netto e Braz (2010, p. 87), “a acumulação primitiva ocorreu ainda no interior do regime feudal, sob os auspícios do Estado absolutista, e criou a condição fundamental para o surgimento do modo de produção capitalista: a relação capital/trabalho”, a acumulação primitiva não decorre do modo de produção capitalista, do contrário, é seu ponto de partida (MARX, 2011).

trabalho livre ser mais rentável, empregado no sistema colonial ele acabaria tornando-se um complicador. A grande disponibilidade de terras coloniais resultaria na apropriação destas pelos colonos imigrantes, tornando-os proprietários de terras e fomentando a agricultura para fins de subsistência e pequeno comércio, gerando também o desejo de desenvolvimento econômico da colônia, além disso, para manter o trabalho assalariado seria necessária uma alta remuneração para que o trabalho autônomo não se tornasse uma opção, o que rebaixaria os níveis de lucro desejados (IANNI, 1978; CATANI, 2012; NOVAIS, 1986).

Nesse sentido, é estabelecida a seguinte contradição: o capitalismo mercantil, que vem de um processo de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, transitando do trabalho servil ao trabalho “livre”⁵, se mescla com o retorno de formas pré-capitalistas de trabalho não livre nas colônias, revelando duas realidades que se complementam no âmbito do processo mais amplo de reprodução do capital comercial (IANNI, 1978), “[...] no cenário da europeização do mundo, o monstro da escravidão mais crua reaparecia com uma intensidade e desenvolvimento inéditos (NOVAIS, 1986, p.78).

A partir destes fundamentos, podemos pensar a escravidão como um sistema instituído por circunstâncias econômicas, não morais, relacionando-se diretamente com a necessidade de produção e desenvolvimento do capitalismo mundial. Por isso é essencial que haja escravidão até que, pela importação de novos recrutas e pelo crescimento vegetativo, a população atinja o ponto de saturação e a terra disponível esteja, proporcionalmente, distribuída (WILLIAMS, 2012). Além disso, é importante situar a localização geográfica do continente africano como componente que facilitou o transporte de grande contingente de escravos. Sendo a rota marítima um fator que favoreceu o capital, não foi preciso ir a continentes mais distantes, que também dispunham de grande contingente populacional, como a Ásia (WILLIAMS, 2012).

Williams (2012) pontua que a escravidão não é proveniente do racismo, mas o racismo é consequência direta da escravidão. O racismo tornou plausível justificar e racionalizar a escravidão negra, “[...] arrancar uma obediência mecânica como a um boi de tração ou a um cavalo de carga, exigir aquela resignação e aquela completa sujeição moral e intelectual indispensáveis para a existência do trabalho escravo” (WILLIAMS, 2012, p. 50).

Suas feições, o cabelo, a cor e a dentição, suas características “sub-humanas” tão amplamente invocadas, não passaram de racionalização posterior para justificar um

⁵ Utilizam-se aspas para que se possa dar margem à interpretação de que, mesmo sendo compreendida a adoção do trabalho livre como libertação do trabalho servil, “[...] as relações mercantis do regime de trabalho velavam a nova forma de exploração (valorização através da gestação da mais-valia)” (NOVAIS, 1986, p. 83-84).

fato econômico simples: as colônias precisavam de mão de obra e recorreram ao trabalho negro porque era o melhor e mais barato (WILLIAMS, 2012, p. 50-51).

Williams (2012) defende a desmantelamento de discursos que confirmem a escravidão africana por motivações tal qual a preguiça do indígena para o trabalho ou a fraqueza do branco para suportar as condições do trabalho manual no clima tropical do novo mundo. Segundo o autor, a causa da escravização negra foi à necessidade de um grande e organizado abastecimento de mão de obra para o sucesso do sistema *plantation*⁶.

Assim, a explicação climática do sistema de fazendas não passa de uma racionalização. Num excelente ensaio sobre o tema, o professor Edgar Thompson afirma: “A fazenda não se justifica pelo clima. É uma instituição política”. E acrescentaríamos: é uma instituição econômica. A teoria climática “faz parte da ideologia que racionaliza e naturaliza uma ordem social e econômica existente, a qual, em todas as partes, parece ser uma ordem contendo um problema racial.” (WILLIAMS, 2012, p. 53).

Além disso, o tráfico negreiro se revelou a grande ferramenta do colonialismo mercantil para capturar a força de trabalho necessária para produção mercantil das colônias⁷. Segundo Albuquerque e Filho (2006), o Brasil foi o país com o maior fluxo de importação de mão de obra escrava, cerca de 4 milhões de pessoas desembarcadas de navios negreiros nos portos brasileiros. A necessidade do grande número de mão de obra para trabalhar nas plantações propiciou a intensa migração forçada e foi o principal meio de renovação da população escravizada (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

O tráfico transatlântico foi alvo de disputas políticas por seu monopólio entre grandes companhias e tornou-se a fonte e origem de onde os outros negócios fluíam, “[...] a mola principal da máquina que coloca todas as rodas em movimento” (WILLIAMS, 2012, p. 89), constituindo o comércio triangular. O fluxo mercantil triangular foi constituído da seguinte maneira: Inglaterra, França e a América Colonial forneciam os navios e produtos de exportação, a África forneceu a mercadoria humana e as fazendas forneceram as matérias-primas coloniais.

O navio negreiro saía da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucro por negros na costa da África, os quais eram vendidos nas

⁶ Tal sistema caracteriza-se por ser baseado na monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escravizada.

⁷ Cabe salientar que antes do investimento no tráfico transatlântico o trabalho escravo foi imposto às populações indígenas nativas. “[...] o aumento da demanda por trabalho na corte do pau-brasil e depois nos engenhos, os colonizadores passaram a organizar expedições com o objetivo de capturar índios [...], comunidades indígenas que resistiram à conversão ao catolicismo foram submetidas à escravidão” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 40).

fazendas com mais lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais que seriam levados de volta ao país de partida (WILLIAMS, 2012, p. 90).

O tráfico negreiro e o próprio círculo do comércio triangular propiciaram um dos principais fatores de acumulação de capital na Inglaterra que financiou a Revolução Industrial. Isso explica, inclusive, as disputas e esforços dos europeus em monopolizar as correntes marítimas, evitando que os traficantes erradicados no Brasil também usufríssem do tráfico negreiro para beneficiarem-se economicamente (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006; WILLIAMS, 2012).

As condições degradantes a que eram submetidos os africanos escravizados durante o percurso dos navios negreiros foi denunciada com ricos detalhes na autobiografia de Mahommah G. Baquaqua, africano que foi escravizado no Brasil no século XIX e em 1854 publicou um livro onde conta sua experiência no tráfico negreiro.

Quando estávamos prontos para embarcar, fomos acorrentados uns aos outros e amarrados com cordas pelo pescoço e assim arrastados para a beira do mar. O navio estava a alguma distância da praia. Nunca havia visto um navio antes e pensei que fosse algum objeto de adoração do homem branco. [...] Não sabia do meu destino. Feliz de mim que não sabia (BAQUAQUA, 1854 *apud* ALBUQUERQUE; FILHO, 2006 p. 48).

Segundo Albuquerque e Filho (2006), as condições internas dos navios, que chegavam a abrigar cerca de 500 cativos, eram precárias e insalubres. Durante o percurso, que poderia durar de 40 a 50 dias nas viagens mais rápidas, muitos padeciam de doenças e acabavam morrendo; outros cometiam suicídio. Mesmo com os altos índices de mortalidade nos navios negreiros, Gorender (1980) explica que a taxa de lucratividade dos traficantes permanecia alta. Isso devido à diferença gritante do preço com que eram adquiridos os escravizados e o preço que seriam vendidos no Brasil. Superlotar os navios sem aumentar os gastos com a manutenção da mercadoria que era carregada compensou no lucro final adquirido.

Além disso, aglomerar escravos de diferentes regiões e etnias tornou-se uma estratégia que visou enfraquecer iniciativas de organização e revoltas escravas, pois sem a identificação cultural tornava-se mais difícil à articulação entre os escravizados.

[...] os africanos chegaram ao Brasil já destribalizados, arrancados do meio social originário e convertidos à força em indivíduos dessocializados. O tráfico arrebanhou negros procedentes de numerosas etnias, heterogêneas do ponto de vista da evolução social, da língua, das tradições, costumes, etc. (GORENDER, 1980, p. 133).

Destacando a natureza essencialmente econômica do tráfico de escravizados, Gorender (1980, p. 137) explica que enquanto o ganho dos comerciantes africanos estava pautado no *escambo* com fins à obtenção de valores de uso, considerando a inexistência dos processos acumulativos do tipo capitalista, como por exemplo, as armas de fogo, munições, ferragens, trigo, sal, cavalos, etc., o objetivo dos comerciantes europeus “[...] era genuíno comércio, intercâmbio de valores de troca, circulação mercantil com objetivo de lucro”.

O tráfico de escravizados foi essencial para reposição da mão de obra, tendo em vista as péssimas condições de trabalho que acarretavam em alto índice de mortalidade e baixo índice de natalidade. Nesse sentido, havia necessidade contínua de adquirir novos cativos para substituir os que morriam ou envelheciam nas colônias (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

O racismo, no entanto, não pode ser considerado um epifenômeno das contradições de classe, que pode ser dissolvido a partir de uma “solidariedade abstrata” entre os trabalhadores do mundo, mas deve-se compreender como o racismo foi apropriado na fase moderna como um “empreendimento colonial” (FAUSTINO, 2015, p.58).

Partindo destas considerações, podemos compreender a escravização em seu sentido mais amplo, profundamente engendrado ao projeto burguês de expansão capitalista e, portanto, constituindo-se como base estruturante desse sistema. A imigração forçada e a espoliação violenta do ser negro produziram e continuam a produzir exclusão e subalternização destes/as sujeitos/as na atualidade. Contudo, em proveito do pensamento de Jurema Werneck (2010), podemos afirmar que a mesma colonização com força econômica, política e cultural que se amparou no racismo baseado na cor da pele e na deslegitimação e negatização dos significados relacionados à África, também produziu a resistência a estes processos de coisificação.

2.2 Da parte de cima do tumbeiro já era possível enxergar terra de um lugar chamado Brasil: o negro e a luta pela liberdade

As embarcações chamadas de navios negreiros ou tumbeiros, ao chegarem no Brasil com os escravizados, desembarcavam as centenas de cativos destinados ao abastecimento da mão de obra brasileira. Na época, os principais portos brasileiros estavam localizados nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e São Luís. Logo no desembarque o processo de expropriação e privação se demonstrou intenso, quando não eram

batizados em África, ao chegarem aos portos eram batizados coletivamente, onde além da autonomia e liberdade, perdiam também sua identidade religiosa e cultural, passando, inclusive, a serem chamados por nomes de origem cristã (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

O catolicismo ocupou papel importante na justificação da escravidão. Além das missões católicas instaladas no continente africano, que resultaram na conversão de alguns povos à religião católica, o discurso religioso endossou as justificativas baseadas em uma suposta salvação de almas pagãs através do trabalho escravo, muito por conta desse tipo de defesa, o sistema escravocrata desfrutou da fama de ser uma instituição benigna, de caráter humanitário (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006; NASCIMENTO, 2017).

Grande parte dos escravizados foi direcionada às plantações, concentradas nos estados da Bahia e Pernambuco (NASCIMENTO, 2017). Mesmo que comumente representados no espaço das plantações, os escravizados estiveram em diversas ocupações na sociedade escravista. Do campo à cidade, o negro foi decisivo para a construção da economia nacional e dos, segundo Abdias Nascimento, parasitas imperialistas.

Sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e quebra de sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se auto-degradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal (NASCIMENTO, 2017, p. 59).

A diversificação das economias regionais influenciou nas particularidades da situação de trabalho do escravizado. Segundo autores (MOURA, 1988; ALBUQUERQUE; FILHO, 2006; GORENDER, 1980), haviam escravizados agrícolas, escravizados na mineração, escravizados urbanos/de ganho e escravizados domésticos.

Devido à atividade econômica da colônia ser essencialmente agrícola, a maior parte dos escravizados trabalhava nos engenhos de cana-de-açúcar, café, cacau, algodão, entre outros produtos de exportação. A plantação e colheita eram realizadas por homens, mulheres e crianças, um trabalho caracterizado por ser árduo e contínuo, iniciando pela manhã e terminando ao cair da noite.

No fim do século XVII, com a descoberta das minas de ouro e diamantes em Minas Gerais, foram direcionados grandes contingentes de escravizados para extração das pedras preciosas. As características do trabalho na mineração foram tão esmagadoras quanto o trabalho agrícola, pois eram incumbidos da construção de açudes, tanques e represas de córregos que facilitavam a exploração do ouro.

Os chamados escravos de ganho ou urbanos ocuparam os espaços centrais das cidades, exercendo atividades diversificadas como venda de quitutes, transporte de pessoas e/ou mercadorias, mendicância e prestação de serviços diversos. Acordava-se com o senhor a entrega de parte da renda obtida com o trabalho nas ruas, podendo guardar a outra parte para o próprio sustento, caso tivesse permissão. O escravizado urbano passava grande parte do seu tempo longe da vigilância do senhor, desfrutando de uma liberdade de movimento maior que àqueles que trabalhavam no engenho. Não obstante, o escravo estava sob supervisão das patrulhas policiais, a quem necessitava apresentar uma carta constando autorização do senhor para atividade laboral nas ruas. Em alguns casos, cativos residiam fora da propriedade do senhor, em cortiços, lugares abandonados ou em senzalas urbanas.

Escravizados domésticos estavam circunscritos ao espaço da residência dos senhores, exercendo atividades na cozinha, na limpeza da casa, no cuidado com as crianças, dentre outras. Em especial, as mulheres negras foram usadas como amas-de-leite, cozinheiras, parideiras, cuidadoras e faxineiras (GORENDER, 1980, p. 77).

Segundo Moura (1988), mesmo estando em funções diversificadas e obtendo maiores e menores graus de independência, a essência do trabalho escravo permanecia a mesma: o escravizado não poderia ter a posse do seu próprio corpo. O autor afirma que o escravizado esteve

[...] alienado da sua essência humana. E é a partir da compreensão deste nível extremo de dominação e alienação de um ser humano por outro que poderemos compreender os níveis e o conteúdo social, político e psicológico da insurgência negra durante o período escravista no Brasil e as suas particularidades históricas. (MOURA, 1988, p. 220)

Conforme Moura (1988), os primeiros séculos do escravismo no Brasil são marcados pela repressão violenta aos escravos, período em que se apostou nos castigos físicos como principal meio de conter possíveis revoltas e atos de desobediência ao senhor. É nesse período em que há a utilização de castigos como o açoite, a violação sexual, uso de diversos instrumentos de tortura para que àqueles que se voltassem contra o poder do senhor servissem de exemplo aos demais.

Albuquerque e Filho (2006) ao abordar os processos que levaram à abolição, afirmam que o escravizado, ao mesmo tempo em que era explorado em todos os níveis de sua existência, ao ocupar postos de trabalho que garantiriam sustentação às riquezas do senhor, desenvolveram meios de resistência e desobediência.

Os escravos de ganho, fora das vistas do senhor e através do contato com outros escravizados e negros livres, tinham informações sobre a cidade e as movimentações políticas

que ocorriam, podendo vincular-se a grupos secretos que planejavam revoltas e fugas em massa, repassando também tais informações aos escravizados da fazenda. Além disso, o escravo de ganho, com os rendimentos das vendas que fazia, tinha a possibilidade de guardar uma parte para si, podendo futuramente comprar sua alforria.

Os escravos das minas, mesmo com todo aparato de vigilância, conseguiam por vezes, esconder pedras preciosas e acumular o suficiente para compra de alforria. Alguns escravos inseridos na agricultura sabotavam a produção, podendo fazer com que se perdessem quantidades enormes da safra. Os escravos domésticos, por estarem próximos aos senhores de engenho e sua família, tinham sob sua responsabilidade a alimentação e cuidados de saúde, e, por trazerem vastos conhecimentos sobre ervas, poderiam sabotar a alimentação da família.

A fuga para os quilombos foi também um movimento que onerou consideravelmente o bolso dos fazendeiros. O famoso Quilombo dos Palmares, datado do século XVI, foi formado por escravizados que se auto libertaram, estabelecendo o primeiro governo de africanos livres, “[...] indubitavelmente um verdadeiro Estado africano - pela forma de sua organização sócio-econômica e política - conhecido na história como República dos Palmares” (NASCIMENTO, 1980, p. 46). O significado de Palmares e de outros quilombos é expressão máxima da resistência negra em terras brasileiras.

Sociedades de negros escravizados e libertos foram formadas, sendo algumas de caráter religioso, tais instituições também se caracterizam como formas resistência adotadas pelos negros da época. Cabe salientar o protagonismo das mulheres negras na fundação das irmandades negras, que atuavam na legalidade e na ilegalidade provendo condições materiais de subsistência às associadas “Bem como propiciaram as articulações necessárias para o confronto ao regime da época, inclusive para as ações e estratégias políticas de massa, como as revoltas urbanas” (WERNECK, 2010, p. 13).

Houveram associações que promoviam eventos com fins à arrecadação de dinheiro para compra de alforrias, investimento em educação para crianças negras ou mesmo auxílio financeiro a eventuais necessidades dos associados. Algumas confrarias exigiam contribuição regular dos associados, oferecendo também a possibilidade de empréstimos para compra de alforrias (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

Sobre os efeitos da resistência negra para os senhores, Moura (1988) considera, além do desgaste econômico ao perder a mercadoria escrava, ainda o desgaste político, que advém da prática política dos negros ao organizarem-se independentemente nos quilombos e fazer

alianças com outras camadas sociais oprimidas nos últimos anos do século XIX, e o desgaste psicológico, considerando o medo constante de revoltas escravas.

Aspectos de ordem econômica são de suma importância para entendermos a conjuntura que levou à derrocada da escravidão no Brasil, onde o século XIX é determinante para situarmos nossa análise historicamente. A partir do século XVIII mudanças na estrutura social dos países europeus culminaram no avanço da Revolução Industrial e com ela uma nova fase do capitalismo: o capitalismo industrial. Não é objetivo deste trabalho aprofundar aspectos da Revolução Industrial na Europa, no entanto, preservar-se-á àquilo que nos auxilia a desvendar as implicações destas transformações nas colônias da América, especialmente, o Brasil.

Segundo Ianni (1978), é nesse período da história em que se inicia uma crise nas relações coloniais, “[...] o capitalismo inglês exigia a quebra das prerrogativas e exclusivismos coloniais herdados do mercantilismo” (IANNI, 1978, p. 23).

[...] os processos racionais do modo capitalista de produção tendem a tornar-se incompatíveis com a condição escrava do trabalhador. [...] em qualquer empresa capitalista, [...] a participação de mão-de-obra precisa conformar-se às exigências da produção de lucro. Isto exige larga flexibilidade na ordenação dos fatores e, em consequência, na organização do empreendimento. [...] o capital, a terra, a técnica e a mão de obra precisam ser combinados em função das flutuações ou exigências da oferta e da procura. [...] os processos do sistema capitalista impõem que o fator mão-de-obra se adeque à racionalidade da produção de lucro. (IANNI, 1972, p. 6)

O cenário nacional do século XIX revelava uma economia predominantemente baseada na agricultura, na qual a cafeicultura e uma organização social e técnica do trabalho baseada na escravatura se destacou. Junto a isso, há o crescimento do setor fabril, bem como de outros setores, configurando um “surto de desenvolvimento econômico”, ou seja, “[...] é nessa época que a contradição entre o modo de produção e as relações de produção se torna aberta e incômoda, impondo-se a sua resolução” (IANNI, 1972, p.38).

Na metade do século XIX, a estrutura econômico-social se modifica no Brasil, no qual há o aparecimento de grupos sociais não identificados com o fazendeiro, que exercem atividades econômicas não agrícolas, gerando diferentes interesses econômicos destes grupos. A partir desse momento, a coexistência entre a mercadoria e o escravo se torna cada vez mais difícil. Tornam-se incompatíveis (IANNI, 1972, p.39).

Portanto, a expansão produtiva e a pressão internacional influenciaram decisivamente na abolição da escravatura não somente no Brasil, como também em diversas colônias. Segundo Williams (2012), ao desenvolver a riqueza europeia por meio da escravidão e do

monopólio, criou-se assim o capitalismo industrial, que para se expandir, precisou destruir os elementos que funcionavam como força motriz do capitalismo mercantil/comercial.

Os mesmos interesses econômicos que tinham se fundado no sistema escravista agora se viravam contra ele e o destruíam. Os humanistas, ao atacar o sistema em seu ponto mais fraco e indefensável, falavam uma linguagem que o povo podia entender. Não teriam conseguido cem anos antes, quando todos os interesses capitalistas importantes estavam ao lado do sistema colonial. [...] os fazendeiros [...] cometeram o erro de erigir em lei da natureza o que, na verdade, era apenas uma lei do mercantilismo (WILLIAMS, 2012, p. 193).

Com essa afirmativa é possível desconstruir o mito da compaixão e do salvacionismo criado em torno do processo de abolição da escravatura. Momento que não veio sem muita relutância dos setores dominantes latifundiários, que buscaram retardar esse momento o máximo que puderam, mas foram vencidos pela pressão do capitalismo industrial e dos movimentos abolicionistas compostos por escravizados, libertos e outros setores sociais.

A primeira expressão desse cenário de transição foi a Lei 581 de 7 de novembro de 1850, conhecida também como Lei Euzébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico negreiro, tornando ilegal a prática de importação de escravos e tornando livres todos aqueles que chegassem ilegalmente (JACINO, 2008). Segundo Jacino (2008, p.51), o fim do tráfico negreiro marca a abertura de um processo em que “[...] em vez de comprar o Homem (que podia morrer, adoecer, fugir ou se revoltar) comprava-se a força de trabalho daquele Homem que, em qualquer das hipóteses anteriores, bastava ser trocado por outro”. O capital que outrora foi acumulado pelo trabalho escravo nas lavouras de monocultura, agora permite a penetração do trabalho livre e transforma-se em capital industrial (JACINO, 2014).

Os conflitos decorrentes do crescimento dos movimentos abolicionistas passaram a se agravar e, segundo Moura (1988, p. 237), a segunda metade do século XIX é período que marca uma nova fase do escravismo brasileiro, o que o autor chama de escravismo tardio, onde “entrecruzam-se relações escravistas e capitalistas”. Evidencia-se nesse período a mudança das estratégias adotadas pela classe escravista em relação à legislação de controle social do escravizado. Outrora se baseou na repressão violenta, agora passa a adotar um caráter protetor e de transição gradual para a substituição para o trabalho livre (MOURA, 1988; JACINO, 2008).

Nessa fase, há a criação de medidas jurídicas e dispositivos legais os quais os escravizados poderiam recorrer para sua proteção. Além disso, as legislações promulgadas são documentos que funcionaram como esteio para a transição do sistema escravista para a introdução das formas modernas de trabalho e, conseqüentemente, do capitalismo (JACINO,

2008). Inicia no país o desenvolvimento de discursos que defendiam um Brasil moderno, que se desfizesse de tudo aquilo que simbolizava o atraso em relação aos países europeus e com isso, se desfizesse daquele que era a maior representação desse atraso: os pretos.

Além da Lei de proibição do tráfico negreiro, as leis de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre e de 1885, conhecida como Lei dos Sexagenários, também compuseram o rol de legislações que pretenderam organizar em diversos aspectos a transição ao trabalho livre. Os direitos que vinham sendo regulamentados foram bastante utilizados pelos escravizados, que agora dispunham da possibilidade de abrir processos contra seus senhores alegando irregularidades, maus-tratos, castigos físicos e escravização ilegal de africanos desembarcados depois de 1850.

Libertos da vigilância do senhor escravista, os negros eram responsabilidade do Estado brasileiro, que deveria garantir uma abolição gradual e controlada, tutelando os negros libertos, considerados vadios e incapazes de ocupar os espaços de trabalho disciplinado (JACINO, 2008). O Estado precisou cumprir o papel de feitor, “[...] consubstanciado na repressão, na violência institucionalizada e na vigilância constante àquele negro (cativo ou livre) efetiva ou supostamente transgressor” (JACINO, 2008, p.27).

O movimento abolicionista era bastante heterogêneo, composto por escravizados, negros libertos, juventude estudantil, políticos liberais e até mesmo fazendeiros, atraindo tanto setores da elite intelectual branca, quanto intelectuais negros e até mesmo negros escravizados, caracterizando a não unidade no pensamento e estratégias de ação dos grupos atuantes. Segundo Albuquerque e Filho (2006), grupos defendiam uma abolição estritamente parlamentarista, sem mobilização das camadas populares e de escravizados, no entanto outros, o envolvimento de toda a população era indispensável, sobretudo dos escravizados.

Dessa forma, saíram vitoriosos projetos que defenderam a abolição outorgada, controlada pelo Estado e promulgada por aquela que viria a ser o símbolo da benevolência euro-cristã: a Princesa Isabel, consolidando o processo de transição para o trabalho livre que já vinha em curso desde o início do século. A história foi escrita de modo que a Lei Áurea, Decreto Imperial de número 3353 de 13 de maio de 1888, serviu para ocultar todos os processos de luta e resistência negra desde o início da colonização que foram determinantes para a derrocada do escravismo brasileiro. A escravidão e, para alguns, a monarquia eram dois elementos que retardavam o desenvolvimento do país, politicamente era preciso instaurar a república, economicamente, o capitalismo (JACINO, 2008).

Foram abertas as portas da modernidade. Agora livres do ranço da escravidão, no Brasil emergem discursos nacionalistas de desenvolvimento de uma grande nação. O negro e o índio passaram a representar o atraso e por isso a necessidade de serem substituídos pelo branco europeu, dotado de civilidade e inteligência para construir um país moderno e industrializado.

3 PÓS-ABOLIÇÃO E A INSERÇÃO NEGRA NA SOCIEDADE DE CLASSES

*“E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual - a fome!”
Carolina Maria de Jesus, p.32 - Quarto de Despejo*

Compreender o contexto da abolição da escravidão é determinante para o entendimento das relações raciais que se estabeleceram no Brasil e reverberam até a atualidade. A discussão aqui empreendida irá no sentido de buscar respostas às inquietações referentes a condição negra no Brasil após a abolição e os movimentos de resistência às condições impostas. Sabe-se que a liberdade tão comemorada em 1888 não veio acompanhada de políticas reparatórias, pelo contrário, o Estado viu-se diante do problema negro: o que fazer com os libertos, onde alocá-los e como substituí-los?

Aparentemente, para alguns, o negro agora na condição de homem livre iguala-se ao branco. Instaura-se a ideologia liberal, onde, pela lógica, homens e mulheres ao possuírem liberdade, possuem também as mesmas oportunidades para superar sua condição subalterna na sociedade. A bandeira da igualdade não foi levantada para todos, invisibilizando as diferenças e desigualdades que são elementos constituintes da fundação do Estado brasileiro.

A política de branqueamento pautada no racismo científico e os esforços do projeto de imigração europeia, que previam que em algumas gerações o Brasil estaria branqueado, padeceu no fracasso. O Brasil não somente permaneceu negro, como também vem aumentando o percentual de população negra cada vez mais. No entanto, o crescimento populacional vem acompanhado do aumento de outros índices que alertam para a condição desigual dos negros no Brasil, o que nos leva a questionar a democracia racial e afirmá-la como um mito ardiloso que procura esconder a discriminação racial sob o pretexto da miscigenação e da igualdade formalizada em legislações.

Como se observa no decorrer da história, a opressão gera a revolta social e não é diferente com a condição do negro. A luta organizada através da constituição de movimentos sociais de resistência ao racismo passa a ganhar expressão no século XX, sendo impulsionada também pelo amadurecimento teórico e político dos negros que constituíram tais movimentos. Atualmente, caracterizam-se múltiplos e a militância gira em torno de pautas diversificadas que vão desde a inserção do negro na sociedade através do acesso a bens e serviços, passando por pautas que enfatizam o fortalecimento cultural e o resgate epistemológico de teóricos e teóricas negras, bem como ideologias diversas que se distinguem, principalmente, em suas estratégias de ação.

Além disso, o movimento negro é protagonista na conquista dos direitos adquiridos ao longo dos anos, bem como na difusão da consciência racial no país. A organização em clubes, coletivos universitários, grupos de estudos acadêmicos, organizações comunitárias, terreiros e também instituições culturais como escolas de samba, rodas de pagode, dentre outras iniciativas, contribuem, não somente para a socialização negra, como também para a positivação da cultura e da estética negra.

A questão racial brasileira, diferentemente de países como Estados Unidos e África do Sul, não formalizou políticas de segregação racial escancarada, no entanto, nas entrelinhas é possível perceber o racismo e a exclusão contidos nos projetos de desenvolvimento nacional e as medidas estatais tomadas com fins a atingir esse objetivo.

3.1. Teorias raciais e Projeto de Branqueamento no Brasil

No século XIX, no Brasil fortaleceram-se projetos que buscaram pensar o desenvolvimento do país a fim de alcançar o ritmo capitalista das potências mundiais e atender suas demandas. O Iluminismo e a defesa do pensamento racional e científico juntamente com o crescimento de estudos antropológicos e médicos sobre as raças humanas difundiram teorias raciais, como o darwinismo social e a teoria lombrosiana, culminando no desenvolvimento de projetos estatais de inserção massiva de imigrantes europeus com vistas, dentre outras razões, ao embranquecimento populacional.

Até então a religião tinha dado conta de justificar a colonização, a escravidão e a própria monarquia, mas com a disseminação de interpretações lógicas e “científicas” do mundo e das coisas, [...], era necessário explicações baseadas na razão para justificar a escravidão, ou o seu fim, a passagem (ou não) para outro modelo, o que fazer com os milhões de escravos livres e como garantir a continuidade da produção da riqueza nacional com outra forma de trabalho (JACINO, 2008, p. 31).

Com a proclamação da República em 1889, os ideais de progresso nacional se fortaleceram a partir da necessidade de construir uma identidade nacional, na qual a raça, bem como a língua e a cultura, são elementos fundamentais (SEYFERTH, 1996). Apesar de ter instaurado a democracia como pilar central do novo sistema político, a reforma do Estado não mexeu na estrutura latifundiária, não promoveu o envolvimento da população na vida política do país e não previu um projeto de incorporação dos ex-escravizados à cidadania (LEMOS, 2009).

Sobre a marginalização dos negros no período republicano, Santos (2009) destaca dois motivos que foram determinantes para a construção do “lugar do negro”: a integração subalterna na estrutura da classe trabalhadora no decorrer da incorporação do trabalho assalariado nas indústrias; e a tradição republicana liberal que ao buscar instituir direitos civis restringiu-os à classe dominante, “o liberalismo clássico dos direitos individuais, em boa medida, aqui não se aplicou aos trabalhadores, pobres, indígenas e negros, que continuaram sem direitos básicos” (SANTOS, 2009, p. 45).

Lima e Hochman (1996) descrevem os esforços do Estado através de políticas sanitárias para “salvar” um país doente e racialmente marcado pela presença das raças inferiores. A ideia predominante era a de que “o brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria saneá-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos” (LIMA; HOCHMAN, 1996, p.23). É nesse contexto que se criam faculdades de medicina com o objetivo de curar uma população adoecida, como é o caso da Faculdade de Medicina da Bahia, onde ganhou expressão discursos higienistas como o de Nina Rodrigues, médico que ganhou visibilidade a partir de suas contribuições teóricas apontando para a inferioridade física e mental dos negros e mestiços (JACINO, 2008, p. 33).

Estudos de teóricos racialistas influenciaram o projeto imigrantista tornando-o a saída para a nação que, através do projeto, teria condições de realizar a limpeza racial. Segundo Seyferth (1996), em seu artigo sobre o fortalecimento das ideias de hierarquias raciais e o papel do racismo no projeto imigrantista brasileiro, as primeiras tentativas de colonização europeia no Brasil iniciaram ainda na primeira metade do século XIX, datando de 1818 os primeiros assentamentos de alemães no Nordeste e de suíços no Estado do Rio de Janeiro, objetivando iniciativas de agricultura diversificada.

De acordo com Seyferth (1996, p.43), “o respaldo científico dado às doutrinas raciais vigentes na passagem para o século XX remete à sua importância como ideologia para fins políticos”. Nesse sentido, as teorias raciais formuladas, apesar de diferir na perspectiva de análise, comumente explicavam a diversidade humana, anatômica e cultural com base no quesito raça, o que culminou em uma hierarquização na qual “[...] localizavam os europeus civilizados no topo, os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezando na base, e todos os demais ocupando as posições intermediárias” (SEYFERTH, 1996, p. 43).

Silvio Almeida, ao refletir sobre os usos da raça na história da organização social moderna, e perceber o mesmo como um “conceito relacional e histórico” por estar envolvido em circunstâncias históricas específicas, afirma que no século XIX

A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas - determinismo biológico - ou condições climáticas e/ou ambientais - determinismo geográfico - seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo a pele não-branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência. (ALMEIDA, 2018, p. 23)

Mesmo que algumas contribuições teóricas apontassem para aspectos negativos da mestiçagem, “[...] até a Primeira Guerra Mundial, estavam em evidência as teses darwinistas sociais e o mito ariano (principalmente a forma inventada por Gobineau, Chamberlain e Lapouge), e a mestiçagem aparece como elemento negativo em todas elas” (SEYFERTH, 1996, p. 48). No Brasil, a partir da realidade mestiça do país, cientistas compuseram um discurso baseado na classificação de mestiços superiores, no qual “[...] o branqueamento da raça era visualizado como processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco”, conformando a raça nacional (SEYFERTH, 1996, p. 49).

No que tange à categoria de trabalhadores nacionais, esta estava composta por negros, mestiços, indígenas e brancos empobrecidos, àqueles que construíram tudo o que se ergueu no país até o momento, foram desvalorizados no novo mundo do trabalho. Jacino (2014) demonstra, em sua pesquisa sobre o negro no mercado de trabalho na primeira década do século XIX, que nas principais empresas da cidade de São Paulo, no ano de 1903, o número de contratações de estrangeiros e de brasileiros evidenciaram uma disparidade entre os dois grupos, no qual os estrangeiros somavam um quadro de 1.577 funcionários enquanto os brasileiros 206 funcionários (CARONE, 2001 *apud* JACINO, 2014). Os trabalhadores negros, especificamente,

[...] foram estigmatizados, paulatinamente afastados do mercado de trabalho e relegados aos setores de menor importância econômica, com pior remuneração e menos valorizados socialmente. Expulsos dos espaços urbanos que ocupavam, tinham, ainda, de disputar o “trabalho de negro”, com brancos brasileiros empobrecidos, caboclos expulsos do campo para as cidades e estrangeiros que por alguma razão não foram absorvidos na indústria e nos serviços modernos (JACINO, 2009, p. 25).

Interessante notar que a primeira fase imigrantista foi dada como fracassada por algumas figuras do cenário nacional, na medida em que o fluxo migratório concentrou-se na região Sul, causando um desequilíbrio racial no qual o Sul embranquecia, enquanto as demais regiões inchavam de negros e mestiços. Seyferth (1996) aponta que a grande propriedade escravocrata se

mostrou um entrave para o estabelecimento de políticas consistentes de colonização no norte do país. Além disso, em algumas colônias sulistas, os aspectos culturais das famílias eram bastante preservados, como a língua e os costumes típicos, acabando por pouco se aculturarem com os elementos nacionais, menos ainda, atenderem o projeto de miscigenação ao qual deviam promover (SEYFERTH, 1996).

A imigração desejada seria a que servisse aos objetivos nacionais, ou seja, “[...] vinculada ao povoamento do território por imigrantes brancos encarregados de civilizar uma população considerada inferior, sem destruir aquela outra base da nacionalidade que é a cultura latina e a língua portuguesa” (SEYFERTH, 1996, p. 55). Na legislação, a Lei de Terras, promulgada em 18 de setembro de 1850, ao normatizar o uso da terra, incluiu em seu artigo 18 a destinação de recursos públicos anuais para que fossem trazidos colonos livres a serem empregados (BRASIL, 1850).

Klug (2009, p 202) elenca alguns fatores que proporcionaram a emigração dos europeus para o sul como a “[...] industrialização e a conseqüente proletarização de boa parcela da população; a crise agrária e dificuldade de reprodução da família camponesa; os desdobramentos das revoluções liberais [...]”, ao mesmo tempo em que no Brasil criava-se um contexto atrativo com a política de branqueamento, incentivo à ocupação das terras na fronteira sul e impulsionamento da criação de um segmento médio rural baseado na pequena propriedade familiar. Destarte, “[...] o imigrante preferencial é aquele que pretende se fixar como agricultor ou como trabalhador rural” (SEYFERTH, 1996, p. 48).

Além do branqueamento, o imigrante europeu na região sul possibilitou o combate ao indígena, na medida em que as colônias foram instaladas em áreas povoadas por indígenas, fortalecimento da segurança nacional, pois garantiam a posse de terras e a produção de alimentos para abastecer os militares locais, valorização fundiária, pois transformaram a terra em mercadoria rentável, obedecendo a critérios de interesse do setor latifundiário, sendo inseridas nas relações capitalistas gradativamente (KLUG, 2009).

A lógica de desenvolvimento do Brasil no século XIX apontou para a necessidade do branqueamento populacional para o progresso do país através do incentivo à imigração, visando o desaparecimento da população negra e indígena que aqui estava em grande número. O laboratório racial em que se tornou o Brasil serviu como objeto de estudo científico dos teóricos racialistas, como Arthur Gobineau, Francis Galton, Raimundo Nina Rodrigues, Silvio Romero e Oliveira Viana, os quais corroboraram com a ideia de raças inferiores e superiores (ALMEIDA, 2018; SEYFERTH, 1996; JACINO 2008).

A partir da década de 1930, período configurado pela Era Vargas (1930-1945), a questão da identidade nacional ganha nova roupagem, agora investindo na caracterização do brasileiro a partir de uma discussão sobre as inter-relações entre nação e cultura (SANTOS, 2009). “Passaram a vigorar então as ideias românticas do indígena como o ‘bom selvagem’, do negro como ‘servil’ e do branco como ‘cordial’” (SANTOS, 2009, p. 48).

Vale destacar que no mesmo período em que os negros foram expulsos das áreas centrais das cidades em desenvolvimento, aqueles imigrantes que foram destinados ao setor fabril, são alocados em vilas operárias. Segundo Jacino (2014, p. 77), as contradições do trabalho livre vão se acirrando ao passo em que as promessas de habitação, alimentação e qualidade de vida, feitas aos imigrantes não foram cumpridas, “[...] as diferenças culturais e as ideologias anarquista e socialista que se espalhavam entre os imigrantes, obrigaram os beneficiários de seu trabalho a aumentar o controle e a repressão”.

É nesse período em que se fortalecem discursos que constroem o conceito de democracia racial no Brasil, onde raças diferentes vivem harmonicamente, apesar das disparidades socioeconômicas. O mito da democracia racial serviu como mérito para o Brasil, cujo discurso de igualdade racial foi cultivado com insistência, tornando-se motivo de orgulho nacional. Segundo Abdias Nascimento (2017), democracia racial se baseia na crença de que

[...] pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas. [...] A teoria lusotropicalista de Freyre [...] afirma que os portugueses obtiveram êxito em criar, não só uma altamente avançada civilização, mas de fato um paraíso racial nas terras por eles colonizadas, tanto na África como na América (NASCIMENTO, 2017, p. 48-49).

O livro de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, é expressão importante da construção do mito da democracia racial, onde o autor reconhece as contribuições indígenas e africanas para a conformação cultural do país, pressupondo também que as relações raciais no Brasil se deram de forma harmônica (SANTOS, 2009; NASCIMENTO, 2017). Invertendo a lógica de negar suas origens, agora o Brasil passa a estabelecer uma política de conciliação de raças, semelhante aos investimentos na ideia de conciliação de classes também no governo getulista.

Como todo mito, a democracia racial afirma-se enquanto ideia construída por intelectuais da época que reverbera também em algumas análises atuais, no entanto, não encontra representação na realidade, constituindo-se enquanto um simbolismo criado a um determinado fim (SANTOS, 2009). Fruto de tal tese, o final da segunda grande guerra abriu horizontes para organizações internacionais pensarem sobre as relações raciais no mundo e, tomando como exemplo as - até então consideradas

- pacíficas relações entre raças no Brasil, fomenta-se a realização do Projeto promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, conhecido como Projeto UNESCO.

Iniciado na década de 1950, o projeto foi requerido com fins a entender a democracia racial brasileira e investigar possibilidades de universalização desse tipo de relação (MAIO, 2008). O projeto contou com a participação de pesquisadores como Florestan Fernandes, Roger Bastide, Thales de Azevedo, René Ribeiro, Guerreiro Ramos, Virgínia Bicudo, dentre outros que estiveram divididos entre as regiões norte e sudeste empreendendo pesquisas cuja temática racial se colocou como central (MAIO, 2008).

Destacamos aqui a pesquisa de Florestan Fernandes e Roger Bastide, que buscou pesquisar o comportamento das classes sociais diante do preconceito racial e como ocorreu a integração do negro na sociedade de classes, tendo como universo de pesquisa a cidade de São Paulo (SANTOS, 2009). Segundo Santos (2009), o estudo revelou os traços escravistas ainda permanentes nas relações sociais entre negros e brancos, bem como a subalternidade na integração do negro ao mercado de trabalho assalariado. Além disso, a pesquisa privilegiou o conceito de classe social, levando a conclusão de que o preconceito de cor estava atrelado à classe social, ou seja, conforme o negro ascendesse socialmente, o preconceito também tenderia a se esvaír. Para os autores, o preconceito racial enquanto uma cicatriz do passado tenderia a diminuir conforme o desenvolvimento das relações sociais capitalistas (MAIO, 2008; SANTOS, 2009).

Outros dois trabalhos frutos dessa pesquisa se destacam pelo contraponto em relação às conclusões da pesquisa de Fernandes e Bastide (e que foi durante longo tempo relegado ao ostracismo): o de Oracy Nogueira e de Virgínia Bicudo (GAHYVA, 2011). Virgínia Bicudo com a pesquisa intitulada *Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas*, de 1953, e Oracy Nogueira com o estudo *Preconceito de Marca: estudos raciais em Itapetininga* realizaram uma análise que os levou a conclusão de que permanece o preconceito racial mesmo quando se observa estratos sociais diversificados.

Oracy Nogueira ganhou destaque em sua análise sobre os tipos de preconceito, no qual distingue o preconceito de origem e o preconceito de cor ou de marca. Diferindo do preconceito racial de países como os Estados Unidos ou a África do Sul, Nogueira aponta para uma análise sobre a particularidade do racismo brasileiro, onde a ideologia da mestiçagem rompe com a lógica discriminatória estritamente baseada nas origens consanguíneas e de cor.

Embora os indivíduos de caracteres físicos identificados como pardos e negros compitam em situação de desigualdade com os brancos, ou seja, são, de forma recorrente, preteridos, há uma série de atributos psicológicos, sociais e culturais que, associados à cor, podem superar a barreira do preconceito, como: “grau de instrução, ocupação, aspecto estético, trato pessoal, dom artístico, traços de caráter etc” (MAIO, 2008, p. 46).

Segundo Nogueira (1998), o preconceito como parte do sistema ideológico se expressa na difusão de um discurso positivo dos traços “caucasoides” e na conseqüente negatização aos traços “negroides”, recomendando assim a miscigenação com fins ao melhoramento da raça, diluição das características africanas e ascensão social da ascendência através das gerações futuras. A forma sutil com que se dá o preconceito no Brasil é diretamente proporcional ao “grau de visibilidade dos traços negroides e, portanto, à aparência racial ou fenótipo dos indivíduos” (NOGUEIRA, 1998, p. 199). Destarte, essa análise conclui que o preconceito racial adquire uma expressão particular pautada nos aspectos físicos e fenotípicos dos sujeitos, mas também no grau de assimilação do negro/mestiço com elementos culturais, religiosos e políticos relacionados a uma raça.

Nessa perspectiva, Santos (1999, p. 114) coloca que o negro é um lugar social definido por elementos que ultrapassam o aspecto da cor, abrangendo também “[...] a cultura popular, a ancestralidade africana, a ascendência escrava (remota ou próxima), a pobreza, a atribuição da identidade negro pelo outro e a assunção dessa identidade por si”. Nesse sentido, afirma que uma particularidade do Brasil é ser a categoria negro um lugar social e não propriamente como raça.

O projeto UNESCO e as pesquisas resultantes, de maneira geral, contribuíram sobremaneira para avançar no pensamento crítico das relações raciais no Brasil e questionar o mito da democracia racial. Compreende-se então que, se no passado como escravo o negro representava uma sociedade atrasada, “[...] uma vez livre era incômodo; no fenótipo, na cultura e no comportamento social” (JACINO, 2008, p. 69).

3.2. Poder Para o Povo Preto: surgimento de um movimento negro organizado

Localizarmos uma ascensão do Movimento Negro no Brasil a partir do pós-abolição não pode ser desvinculado às demais lutas políticas e sociais empreendidas pelos negros libertos e escravizados durante o período escravista. Como já mencionado, caracterizam-se enquanto movimentos de resistência poderosos as fugas organizadas aos quilombos, as revoltas e levantes desde o início da colonização, bem como o próprio movimento abolicionista que teve profunda influência com o desfecho expresso pela Lei Áurea. Contudo, a intenção aqui será compreender o

caráter do Movimento Negro organizado na sociedade do livre mercado e da aparente igualdade racial. Nesse sentido, os movimentos sociais neste trabalho serão interpretados,

[...] a partir da sua natureza e de sua ação para a transformação, da natureza de sua dinâmica (ou seja, de sua práxis); de sua proposta de transformação (seu projeto); dos princípios que orientam esta proposta (sua ideologia); e dos condutores do movimento (sua direção ou organização) (SCHERER-WARREN, 1987, p. 13).

Embora se constitua enquanto movimento social, o Movimento Negro é definido por Santos (1994) da seguinte maneira:

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (SANTOS, 1994, p. 157).

O Movimento Negro no primeiro período pós-abolição da escravatura se configurou politicamente de acordo com os acúmulos teóricos e políticos disponíveis na época, formado especialmente por ex-escravizados, libertos e seus descendentes (DOMINGUES, 2007). Nos primeiros anos da República os movimentos de mobilização caracterizaram-se por agremiações, clubes, associações ou grêmios presentes em alguns estados que tinham a função de agrupar e tornar-se um espaço de socialização para os negros, obtendo um caráter predominantemente assistencialista, recreativo e/ou cultural (DOMINGUES, 2007).

Ademais, a imprensa negra também passou a obter expressão a partir da publicação de jornais dirigidos por negros que buscaram denunciar as disparidades e segregações existentes. Funcionando como uma “tribuna” deram enfoque a aspectos como o trabalho, a habitação, a educação e a saúde, constituindo-se verdadeiros “[...] veículos de denúncia do regime de ‘segregação racial’” (DOMINGUES, 2007, p. 105).

Em 1931 fundava-se a Frente Negra Brasileira - FNB, empregando um caráter político ideológico, sendo a mais importante entidade negra do país na primeira metade do século XX, chegando a estabelecer-se enquanto partido político em 1936 (DOMINGUES, 2007). O projeto de sociedade do movimento era “fundamentalmente calcado em valores vigentes de ascensão social, acreditando que o negro venceria à medida que conseguisse firmar-se nos diversos níveis das ciências, artes e da literatura” (MOURA, 1983 *apud* SANTOS, 2009, p. 53).

O caráter adquirido pelos movimentos sociais negros dos primeiros anos do século XX foi marcado pela tentativa de assimilação com os preceitos estabelecidos de sociedade. Segundo Santos (1999, p. 115), tal perspectiva, não coincidentemente, se fortaleceu após a tomada de Getúlio Vargas no poder, estabelecendo uma esfera de ascensão da classe burguesa, na qual “[...] assinalaria a morte da antiga “vocação colonial”, do “essencialmente agrícola”, a velha aristocracia rural sendo forçada a repartir o poder com os extratos superiores da classe média, a cidade prevalecendo, enfim e definitivamente, sobre o campo [...]”, daí a crença otimista de que o desenvolvimento econômico através da industrialização e modernização do aparato privado e estatal fosse, conseqüentemente, se estender à população negra.

Daí a luta organizada contra ao racismo ter-se caracterizado, na sua infância, por uma sorte de integracionismo: mais do que discriminados, os negros se sentiam atrasados na corrida pela ascensão social — tirariam esse atraso pela instrução e a “boa conduta”, vizinha do puritanismo. Nessa fase, a história do negro é a história que lhe conta o branco, seus heróis são pretos que serviram a brancos (Henrique Dias, Marcílio Dias...): o branco é o super-ego do negro (SANTOS, 1999, p. 116-117).

Na década de 1940, o ativista antirracismo Abdias do Nascimento, funda o Teatro Experimental do Negro (TEN), importante iniciativa baseada na valorização das expressões artísticas e culturais herdadas de África, incorporou também ações de caráter político, através da organização do I Congresso do Negro Brasileiro, da fundação do Instituto Nacional do Negro, e assistencialista, na medida em que ofereceu serviços para a população negra (SANTOS, 2009; DOMINGUES, 2007).

Após o fim do Estado Novo e a preparação da Assembleia Nacional Constituinte de 1946 o movimento negro organiza-se de forma a propor uma plataforma de ação contra o racismo, propondo caracterizar o racismo como crime de lesa-pátria com conseqüente punição, no entanto a proposta foi rejeitada (SANTOS, 2009). Somente em 1951, como reflexo dos protestos e pressões políticas, é promulgada a Lei 1.390/51, de autoria do deputado conservador Afonso Arinos, constituindo a primeira lei de cunho antirracista do país. Em seu artigo primeiro a lei decreta:

Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr (BRASIL, 1951. p.1).

O fato de constar nos parâmetros jurídicos não garante a aplicação da legislação ou o fim da discriminação racial nos estabelecimentos. Após a Lei Afonso Arinos, somente na década de 1980, durante a formulação da Constituição Federal, o racismo foi criminalizado com a promulgação da

Lei Federal 7.716/1989, conhecida como Lei Caó, incluindo também como crimes a discriminação ou preconceito étnico, de nacionalidade ou religioso, lei que também possui suas limitações e dificuldades de aplicação na realidade.

Durante a ditadura o movimento negro sofreu um processo de desmobilização semelhante ao que ocorreu com os demais movimentos democráticos que desafiaram o clima de harmonia social imposta pelo regime militar. “Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil” (DOMINGUES, 2007, p. 111).

No decorrer do processo de reabertura política e a ascensão dos movimentos sociais, segundo Santos (2009, p. 67), as organizações negras se aproximaram dos movimentos de esquerda como os sindicatos e movimento estudantil, “[...] envolvendo-se também em organizações e tendências partidárias, na música de protesto, no cinema novo, no teatro do oprimido e nas teorias marxistas e anticapitalistas”. Foi nesse cenário que o amadurecimento político e teórico relativo às concepções que relacionavam capitalismo e racismo se desenvolveu, levando à defesa de que somente numa sociedade igualitária poderia se pensar no fim do racismo.

No cenário internacional a segregação racial nos Estados Unidos e África do Sul denunciavam a amplitude do racismo, mais ainda, sua característica estrutural na sustentação do sistema capitalista e colonialista mundial, o que produziu iniciativas de unificação dos povos afro-diaspóricos, como exemplo da ideologia pan-africanista⁸.

O período foi marcado pela rearticulação do movimento negro e uma das estratégias de luta era a realização de manifestações, como por exemplo, as ocorridas no ano do Centenário da Abolição da escravatura, formação de comitês de base para fortalecimento de um movimento de nível nacional. As tímidas aberturas democráticas que se abriam foram aproveitadas pela pequena classe média negra politizada e diplomada no ensino superior para exigir do Estado o combate ao racismo, fruto de acordos internacionais entre países (SANTOS, 2011).

Expressão desse contexto sociopolítico é a fundação, em 1978, do Movimento Negro Unificado - MNU, inicialmente denominado Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, em seu programa de ação o MNU defendeu reivindicações como:

⁸ “O pan-africanismo surgiu no final do século XIX e reúne o conjunto de reivindicações, sobretudo as originárias dos negros norte-americanos e caribenhos. Entre 1919 e 1927 realizaram-se quatro congressos pan-africanistas e definiram-se a unidade de ação de toda a diáspora africana pela igualdade étnico-racial e luta contra o colonialismo” (SANTOS, 2009, p. 57).

[...] desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p. 114).

A fase da redemocratização foi marcada pelo fortalecimento político do movimento negro, que também passou a aglutinar a luta do negro com os demais segmentos oprimidos da sociedade. “[...] a tônica era contestar a ordem social vigente e, simultaneamente, desferir a denúncia pública do problema do racismo” (DOMINGUES, 2007, p. 115). Houve um movimento de revisão dos diversos símbolos negros, como a troca das comemorações do dia 13 de maio em função da promulgação da Lei Áurea pela criação do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Ademais, também foram formuladas proposições de revisão dos conteúdos preconceituosos nos livros didáticos, reivindicação de uma pedagogia interétnica, erguendo-se a bandeira pela inclusão do ensino da história da África e dos negros brasileiros nos currículos escolares. Cresce também o discurso por uma “africanização” através do resgate de elementos da ancestralidade africana, através da estética e crítica ao padrão de beleza europeu, valorização da indumentária e culinária africana, resgate das religiosidades africanas e, até mesmo, questionamento dos nomes ocidentais, herdados dos senhores de escravos durante os batismos católicos forçados (DOMINGUES, 2007).

Resultado do processo de amadurecimento e fortalecimento construídos no século passado, o século XXI é marcado por um Movimento Negro envolvido nas lutas pela criação de políticas públicas de ação afirmativa, realizando uma inflexão em relação ao lugar da questão racial no campo das responsabilidades do Estado (GOMES, 2011). Em 2001 aconteceu a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, conhecida também como Conferência de Durban, realizada na África do Sul e promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Tal evento é destacado como uma referência, pois coloca na agenda governamental o compromisso com a promoção da igualdade racial através de medidas institucionais, um momento que marca a construção de um consenso entre os movimentos negros sobre a necessidade de implantar ações afirmativas no Brasil (GOMES, 2001).

As grandes conquistas do século para o movimento negro tais como exemplo das políticas de ações afirmativas demonstram o crescente fortalecimento da juventude negra através da inserção massiva nos espaços acadêmicos de nível superior, “[...] nunca a Universidade, os órgãos

governamentais, sobretudo o Ministério da Educação, produziram, debateram e aprenderam tanto sobre as desigualdades raciais como no atual momento [...]” (GOMES, 2001, p. 148).

A juventude negra compõe os diversos espaços universitários como Diretórios Acadêmicos e Centros Acadêmicos, grupos de pesquisa e extensão, bem como adentrando nos Programas de Pós-Graduação. Em suas áreas de formação, atuam em uma prática que podemos cunhar de político-acadêmica na medida em que resgatam autores e autoras negras desconsiderados como produtores de conhecimento pela academia para realizar uma contestação às epistemologias eurocêtricas que apagam as contribuições teóricas de matriz e perspectiva africana. Sueli Carneiro (2014) chama de epistemicídio⁹ a insistência da recusa ao conhecimento produzido por pessoas negras, privilegiando teorias e teóricos brancos, homens e europeus. A juventude negra hoje tem muitas frentes de luta, dentre elas a denúncia latente do genocídio da juventude negra operado pelas forças de repressão do Estado nas comunidades periféricas sob a justificativa do combate ao tráfico de drogas.

A constituição do movimento negro é fortemente e historicamente marcada pela presença e imponência das mulheres negras. Desde a escravidão foram elas as responsáveis por serem interlocutoras das histórias e ritos africanos, preservando as religiões e culto aos ancestrais, bem como estavam a frente das revoltas e de quilombos, como exemplo de Dandara, guerreira quilombola que atuou no quilombo dos Palmares. Segundo Werneck (2010), após a abolição, as mulheres mantêm-se na linha de frente da resistência negra em diversos espaços de luta, tanto os movimentos organizados, como também mantendo e fundando irmandades negras religiosas, terreiros de candomblé, escolas de samba, dentre outras formas de construção coletiva.

As mulheres negras, muitas vezes localizadas como chefes de família, irão desenvolver estratégias de sobrevivência na sociedade de classes, racista e patriarcal na qual os padrões de mulher operam de forma diferenciada, conformando em uma construção de feminilidade divergente. Sobre isso, Angela Davis no livro *Mulheres, Raça e Classe* aponta a seguinte afirmação:

Proporcionalmente mais mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que as suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras, reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo

⁹ “[...] Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da auto-estima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio” (CARNEIRO, 2014, p. 2)

trabalho compulsório. [...] A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães, protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias (DAVIS, 2018, p. 17-18).

Nesse sentido, concomitante às lutas das mulheres brancas pela igualdade política e social na primeira onda do movimento feminista, as mulheres negras ao lado dos homens negros lutavam para serem reconhecidas como seres humanos, cenário expresso pelo famoso discurso de Sojourner Truth, em 1851, no qual pergunta: Não sou eu uma mulher? Portanto “[...] mais do que compartilhar experiências baseadas na escravidão, racismo e colonialismo, essas mulheres partilham processos de resistência” (RIBEIRO, 2018, p. 26).

As intersecções de gênero, raça e etnia, sexualidade e classe são características do debate e ativismo empreendido pelo Movimento Negro contemporâneo. Tal movimento cujas características não são homogêneas adquire também caráter plural e até mesmo contraditório, fruto do contexto histórico e do movimento da realidade social, obtendo avanços e retrocessos em seu percurso. Os projetos e ideologias, estratégias, prioridades, objetivos característicos de todos os movimentos sociais adquirem forma diversificada no movimento negro, daí o motivo pelo qual não podemos falar em Movimento Negro sem considerar o plural dessa expressão: Movimentos Negros (GONZALES, 1982).

3.3 As pautas do Movimento Negro e as Políticas Públicas

Após delinear brevemente a trajetória histórica do movimento negro brasileiro no período pós-abolição, faz-se necessário sistematizar as grandes conquistas e desafios que se colocam ao enfrentamento do racismo na sociedade brasileira na atualidade. Tais conquistas mesmo que não tenham findado com o problema do racismo, visto seu caráter estrutural, são importantes avanços que auxiliam na construção de uma consciência racial e responsabilização do Estado em operar políticas públicas voltadas ao segmento negro, porém, tais conquistas se dão no bojo de uma realidade contraditória.

O campo das políticas públicas de modo geral ampliou-se significativamente no século XXI, tanto no que tange à sua oferta quanto em sua concepção e operacionalização, tais como a política de Saúde, de Previdência Social, Educação, Assistência Social, dentre outras, que após a Constituição Federal incorporam “[...] o ideário dos direitos sociais, definindo uma perspectiva, no plano constitucional, de valores éticos, [...] Assim como a garantia da proteção social universal sob

a responsabilidade do Estado [...]” (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 64). Cabendo considerar também que esse desenvolvimento acontece concomitante à entrada de governos pautados aos princípios neoliberais, que irão restringir a estrutura recém construída de direitos sociais.

As políticas sociais na sociedade burguesa são compreendidas “[...] em sua múltipla causalidade, bem como em sua múltipla funcionalidade no âmbito da totalidade concreta, como princípio estruturante da realidade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 40). O surgimento da política social está relacionado às expressões da questão social que em cada momento histórico possui um caráter específico, no qual para analisar seu surgimento e desenvolvimento apontam-se três elementos:

O primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 44).

No Brasil é durante o período de industrialização, intensificado a partir do início do século XX, que os trabalhadores fabris interferiram, através das mobilizações, na maneira como o Estado incorpora os conflitos advindos dos tensionamentos entre proprietários e trabalhadores, agora organizados em sindicatos com maior poder de negociação. Nesse sentido, a constituição dos direitos sociais se dá através de um modelo corporativista e fragmentado, no qual as prioridades impostas pelo mercado financeiro afunilam as possibilidades de universalização das políticas e as condicionam a uma perspectiva restritiva. Porém, não pode ser analisada somente sob o viés de atividade política proveniente dos governos, pois também é resultado de demandas externas advindas da sociedade civil, “[...] está relacionada a conflitos de interesses e é resultado de decisões que visam administrar esses conflitos” (PEREIRA, 2009, p. 97).

Iamamoto (2008, p. 15) analisa a relação entre Estado e sociedade na atualidade “[...] para elucidar o perfil assumido pela *questão social* e a política social adotada pelos últimos governos, em sintonia com as recomendações dos organismos internacionais”. Segundo a avaliação da autora, os governos brasileiros têm absorvido as recomendações de órgãos internacionais, dando continuidade à política econômica neoliberal e utilizando as políticas sociais como meio para amenizar os agravantes advindos do avanço do capitalismo. Nessa perspectiva, abre-se espaço para enfrentar a questão social como objeto de ações filantrópicas, investindo em programas focalizados de combate à pobreza cuja implementação passa a ser responsabilidade do terceiro setor, “[...] o objetivo *não é a igualdade de rendas*, mas a expansão do acesso, por parte das pessoas de baixa renda [...]” (IAMAMOTO, 2009, p. 40).

Em complementaridade às discussões sobre as políticas sociais na contemporaneidade, Rodrigues (2009), ao analisar as implicações do acesso de mulheres ao Programa Bolsa Família, considera os impactos positivos que o programa gera na vida das famílias, mesmo que não produza alterações estruturais em sua condição social. Esse ponto revela a necessidade de exigir a ampliação dos direitos sociais, no sentido de garantir a satisfação das necessidades materiais e objetivas dos sujeitos.

Compreender os aspectos conceituais das políticas públicas possibilita situar o Movimento Negro Brasileiro como um agente que influi nas instituições estatais a partir de suas reivindicações. O que se percebeu foi a grande mobilização interna, dos movimentos sociais, que já vinham amadurecendo a discussão sobre políticas públicas para a promoção da igualdade racial, e também externa, através de orientações de órgãos internacionais que irão exigir do Estado brasileiro medidas de enfrentamento ao racismo.

Desde a redemocratização, o contexto político-institucional ampliou-se no que tange às possibilidades de participação de ativistas e organizações de movimentos sociais em espaços como conselhos, fóruns, conferências e ocupação de cargos de confiança, atuando na formulação, implementação e/ou controle de políticas públicas, configurando em novas formas de relação entre estado e sociedade (LEITÃO; SILVA, 2017). Inicialmente, os espaços institucionais aparentavam duvidosos, tendendo à interpretação de que eram estratégias do Estado de cooptação política, em contraponto, outra visão adotada foi a de que a inserção institucional amplia o leque de ações a serem utilizadas pelos movimentos sociais (LEITÃO; SILVA, 2017).

Segundo Leitão (2017), em contextos democráticos a possibilidade do que chama de “ativismo institucional” cresce na medida em que os movimentos sociais adquirem acesso a recursos, espaços deliberativos e agentes dotados de poder de decisão, podendo ser estratégico para a resolução de suas demandas. Dentre as possibilidades de relação entre Estado e organizações sociais, Leitão (2017) indica o tensionamento institucional como um tipo de relação na qual,

há espaços formais de participação nas estruturas do Estado, porém, a ação conflitiva dos ativistas e das organizações de movimentos sociais segue existindo por dentro dos espaços institucionais e, em geral, se articula com a manutenção de repertórios de confronto extra institucionais (LEITÃO, 2017, p. 320).

De acordo com Leitão (2017), tal participação amplia-se desde a redemocratização, acentuando a partir dos anos 2000 nos quais as políticas de Estado voltadas ao enfrentamento da desigualdade racial cresceram e ganharam visibilidade a nível nacional, podendo ser exemplo expressivo desse cenário alguns marcos sistematizados no quadro a seguir.

Quadro 1 - Ações estatais relativas ao enfrentamento do racismo entre os anos 2003 a 2018.

2003/2010	<ul style="list-style-type: none"> ● Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (2003); ● Lei 10.639/2003 - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial; ● Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2003); ● Programa Brasil Quilombola (2004); ● Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005); ● 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005); ● Plano Nacional da Igualdade Racial (2005); ● Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2005); ● Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).
2011/2015	<ul style="list-style-type: none"> ● Lei de Cotas (nº 12.711/2012); ● Plano de Enfrentamento à violência contra a Juventude Negra (2012); ● Ministério da Cultura e SEPPIR lançam editais para criadores e produtores culturais negros. ● Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Tradicionais de Matriz Africana (2012); ● Aprovação da Emenda Constitucional 72/2013 das Domésticas (2012); ● Lei 12.990/2014 que Reserva aos Negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Adm. Federal (2014); ● Lançamento Oficial da Década Internacional de Afrodescendentes (2015).
2016-2018	<ul style="list-style-type: none"> ● Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (2016); ● Publicação da Portaria nº 344 (MS) – Quesito Cor no Sistema Único de Saúde (2017); ● Campanha Nacional “SUAS Sem Racismo (2017); ● Publicação do Edital de fomento para projetos de políticas públicas para população negra e comunidades tradicionais (2018); ● Campanha Neste Carnaval Diga Não ao Racismo (2018).

Fonte: Elaboração própria.

Destarte, a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/08, que instituem o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e cultura indígena, respectivamente, como componente obrigatório do currículo escolar (SANTOS, 2009), bem como a criação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovação do Plano Nacional da Igualdade Racial, a criação do Estatuto da Igualdade Racial, a Lei de Cotas que universaliza reserva de vagas para negros nas instituições de ensino superior federais e institutos técnicos federais, são resultados importantes do processo de entrada de representantes do

movimento negro na esfera pública estatal, mesmo esse debate não configurando-se um consenso entre os sujeitos que compõem as organizações negras.

A defesa de Leitão (2017) é de que mesmo com o crescimento da participação no aparato institucional, ações de confrontação direta com o Estado não deixaram de existir, havendo mobilizações e conflitos por fora e contra o Estado. A Marcha das Mulheres Negras ocorrida em 2015 é um exemplo da capacidade de mobilização ainda presente no bojo do movimento, na medida em que contou com a participação de centenas de mulheres nos estados de Brasília, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo trazendo uma série de reivindicações. A continuidade dos movimentos nas ruas se dá pelo fato de que o Estado permanece sem atender em sua completude as demandas desse segmento, tendo em vista a permanência de suas bases estruturais pautadas na desigualdade racial, econômica e de gênero.

Ao compreender o racismo enquanto parte estruturante da sociedade, Almeida (2018) explica que não pode ser resolvido no âmbito individual pelo contrário, precisa envolver as esferas política, econômica, pública, privada na construção de práticas antirracistas. Atualmente, um importante instrumento de avaliação da situação da população negra no Brasil são as pesquisas relacionadas ao lugar que têm ocupado na sociedade, revelando disparidades e assimetrias que associam raça, gênero, sexualidade, faixa etária e classe social.

Segundo o relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira é formada por 45,2% de pessoas autodeclaradas brancas, 45,1% pardas e 8,9% de pretas, constatando a crescente miscigenação e diminuição da população branca ao longo das pesquisas anteriormente realizadas (IBGE 2016). Destes números, as regiões norte e nordeste concentram a maior parte da população negra¹⁰ do país, 77,2% e 73%, respectivamente, enquanto as regiões sudeste e sul se destacam como as que possuem maior porcentagem de pessoas autodeclaradas brancas, 52,9% e 76,7%, respectivamente (IBGE, 2016). A raça das pessoas predominante nas regiões reflete a história das ocupações no Brasil durante os anos da escravidão e do fluxo imigratório europeu.

Segundo a pesquisa, os grupos mais vulneráveis a terem seus direitos violados são “[...] crianças e homens e mulheres de cor ou raça preta ou parda, além de pessoas que vivem em arranjo domiciliar composto por mulher sem cônjuge com filhos pequenos” (IBGE, 2017, p. 85). Com relação às taxas de desemprego, em 2016, no que tange ao gênero, as mulheres representavam 50,1% de taxa de desemprego, enquanto os homens 49,9%, referente ao quesito raça/cor, os negros

¹⁰ De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial população negra: conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE, ou que adotam autodefinição análoga. (BRASIL, 2016)

apresentaram 62,6 % e brancos 36,7%. Quanto ao nível de escolaridade, a estrutura desigual dos índices quando analisados por cor ou raça ao longo de cinco anos não se modifica, demonstrando que, dentre os sem instrução ou apenas tendo cursado parte do ensino fundamental, os negros aparecem com 34,7% enquanto os brancos têm 21,2%. Já entre a população com ensino superior completo ou maior grau de escolaridade, os percentuais se invertem, nos quais a população branca apresenta maioria indicando 26,4% enquanto os negros 11,0% (IBGE, 2017).

Os números por si só não são capazes de evidenciar o racismo em sua essência, pois “a desigualdade pode ser expressa em dados estatísticos e quantificados matematicamente, mas sua explicação está na compreensão da sociedade e de seus inúmeros conflitos” (ALMEIDA, 2018, p. 121). Portanto, ainda que políticas de inclusão social sejam fomentadas com vistas a integrar negros na sociedade de classes, é preciso ter um horizonte transformador quando se fala em extinguir o racismo visto que a própria sociedade classista, ao naturalizar e individualizar a desigualdade se utiliza de elementos como a raça para justificar a inferiorização de determinados grupos sociais, bem como explicar sua representação negativa no quadro da sociedade em geral.

4 O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL

Em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não tomá-la como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo. (ALMEIDA, 2018, p. 44)

Na presente seção a discussão está pautada em compreender e analisar as abordagens realizadas sobre a questão étnico-racial nas revistas publicadas na área de Serviço social classificadas como “Qualis A1”¹¹, que correspondem a periódicos de referência internacional indexados nas bases Web of Science. Nesse sentido, as revistas Serviço Social e Sociedade e Katálysis foram as duas únicas revistas selecionadas a partir do recorte estipulado pela pesquisa. Pretende-se, a partir da análise dos artigos, desenhar um panorama geral das contribuições teóricas realizadas pela categoria profissional e socializadas nas revistas, que, por serem referências populares fornecem conteúdos representativos acerca do debate étnico-racial na área do Serviço social.

Partimos do princípio de que a discussão racial deve estar intimamente contida nas análises e teses da área de Serviço social, na medida em que a profissão intervém diretamente na realidade e posiciona-se contrária a toda e qualquer forma de discriminação baseadas em identidade de gênero, orientação sexual, raça/cor, etnia, classe social, condição física, religião e/ou geração (CFESS, 2012). Conforme já construído ao longo deste trabalho, a questão racial é tida como fundamental para compreensão das relações estruturais estabelecidas na realidade social, reforçando a necessidade da profissão de Serviço social aprofundar-se nesse aspecto caro, especialmente, no contexto brasileiro.

Tivemos como preocupação priorizar as abordagens teóricas de autores e autoras negras assistentes sociais para compor as argumentações sobre a importância de incorporarmos o racismo como elemento essencial das análises sobre a sociedade e sua organização sócio-política. A prioridade se justifica a partir do esforço em visibilizar as elaborações teóricas de assistentes sociais negras/os, pouco trabalhadas/os durante a graduação em Serviço social.

Primeiramente, realizamos um breve resgate da história do Serviço social no Brasil, suas protoformas e posterior institucionalização e profissionalização, salientando as características da

¹¹ É a qualificação utilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

abordagem social da década de 1930 e o contexto sociopolítico que forjou a necessidade da criação do Serviço social. A partir disso, buscou-se resgatar referenciais teóricos que nos auxiliam na compreensão da questão racial matizada pela questão social, objeto de intervenção e estudos da profissão.

Ao fim da seção, está o coração do trabalho, no qual iremos discorrer acerca dos resultados encontrados durante a pesquisa dos artigos nas duas revistas analisadas. Na análise serão observadas as abordagens teóricas pautadas nos artigos encontrados, assim como a articulação da temática com a totalidade e temas como a questão social e a democracia racial. Buscamos compreender qual o grau de aprofundamento das reflexões e quais os apontamentos delineados pelas e pelos autores para a continuidade da temática dentro da profissão afim de sistematizar estratégias que contribuam para a incorporação do debate étnico-racial na profissão com vistas a sua concretização na prática profissional dos/as assistentes sociais.

4.1 Breve histórico do Serviço Social: “de onde viemos e para onde vamos?”

A questão social, comumente situada no Brasil a partir da extinção legal da escravização e popularização do trabalho livre nos moldes circunscritos ao modo de produção capitalista em ascensão, é objeto privilegiado ao qual se considera como matéria prima que justifica a criação do Serviço social brasileiro. Uma das referências básicas da profissão, Yamamoto (1991, p. 127) afirma que “a ‘questão social’, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente”.

Para Ianni (1991, p.2), a questão social é um “[...] objeto de interpretações divergentes [...]”, na qual, no período da escravidão, estava colocada de maneira transparente, ou seja, era visível que o segmento expropriado de direitos eram os escravizados negros e que o segmento privilegiado pela força de trabalho de outrem eram os latifundiários brancos. A partir da generalização do trabalho livre a questão social passa por transformações significativas na medida em que seu modo de aparecer está camuflado pelo discurso de que as desigualdades sociais são suscetíveis de “[...] debate, controle, mudança, solução ou negociação” (IANNI, 1991, p.3), predominando a disseminação das ideias liberais legalmente instituídas na carta magna da época.

Ainda sobre a questão social, Cisne e Santos (2018), a partir de um resgate histórico da economia colonial, afirmam que a condição sócio-histórica e econômica do Brasil gerou particularidades à questão social e suas expressões, mesmo que o fundamento do conceito seja a

contradição entre capital e trabalho, a formação de cada país irá definir as diferentes formas de condições de vida e trabalho. Nesse sentido, “a história de um país colonizado e a de um país colonizador imprimem estruturas diferenciadas para a conformação das classes sociais e sua cultura” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 100).

Nesse sentido, a questão social, conforme o tempo histórico reúne aspectos raciais, culturais, regionais, de gênero e classe juntamente com os econômicos e políticos, “[...] o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural” (IANNI, 1991, p.4). Ao privilegiarmos a categoria racial neste trabalho, não pretendemos ignorar aspectos outros que também atravessam a realidade brasileira, tendo em vista que “a dominação moderna combina racismo, patriarcalismo e luta de classes” (GONÇALVES FILHO, 2007 apud CONCEIÇÃO, 2014, p. 55). É necessário situar a questão racial no cerne da questão social, tendo em vista a centralidade da última no exercício profissional do Serviço social, configurando-se como seu objeto de intervenção e fundação como especialização do trabalho.

A década de 1930, período em que foram criadas as primeiras escolas de Serviço social é marcada pela acelerada urbanização e consolidação do mercado de trabalho nos moldes capitalistas. Há de se destacar a especificidade deste período no qual, tendo em vista os processos diferenciados de formação econômico-social do Brasil, deu contornos particulares ao processo de transição do trabalho escravizado para o livre. Como já explicitado na segunda seção, a substituição do trabalho escravizado pelo livre não se dá por ordem moral ou religiosa da sociedade que se conforma, mas muito em razão das novas exigências do capitalismo industrial e da sociedade de valores modernos, cobiçada pelas elites brasileiras.

Segundo Araújo (2013), o Brasil durante a primeira e segunda república teve como característica um Estado interventor de cunho nacionalista, no qual se buscou fomentar a economia interna a partir do aumento das exportações e diminuição das importações. O esforço empreendido em favor do desenvolvimento nacional perpassou aspectos do campo econômico, social, cultural ou político (ARAÚJO, 2013).

Sendo também observado em outras economias internacionais, as estratégias nacionalistas são reflexos de um contexto de pós-guerras motivadas pelo avanço do capital monopolista, da grande crise econômica causada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, da ascensão da União Soviética pós Revolução Russa, dentre outros acontecimentos que exigem dos governos uma preocupação especial quanto à proteção e desenvolvimento nacional (ARAÚJO, 2013).

No Brasil, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro caracterizaram-se como hospedeiras perfeitas para a recepção do surto industrial, no qual há uma intensa transplantação de indústrias para o país, tais “[...] transformações se associaram à mudança da estrutura demográfica, econômica e social da cidade, ajustando-a melhor aos requisitos normais da ordem social competitiva” (FERNANDES, 2008, p. 136).

Segundo Ianni (1991, p.3), especialmente dos anos 1930 em diante, o Estado passa a investir na expansão e diversificação da economia brasileira, no qual “[...] mobilizou recursos para transportes, geração e fornecimento de energia, comunicações e serviços de infra-estrutura urbana”. Esse momento, especificamente durante o governo de Getúlio Vargas, é caracterizado por iniciativas estatais com fins de enfrentar a questão social não mais pelo viés da repressão somente, mas sim empregando medidas políticas para o enfrentamento dos conflitos sociais. Tal preocupação advém, conforme Iamamoto (1991, p. 128), da luta do operariado em ascensão que provoca nos setores dominantes uma preocupação com os valores morais, religiosos e políticos estabelecidos, impondo a “[...] necessidade de controle social da exploração da força de trabalho”.

Mesmo com movimentos importantes como a Frente Negra Brasileira (FNB), as conquistas para criação de políticas específicas de inclusão do negro no Brasil republicano foram tímidas, sendo ainda menos pautadas durante o Estado Novo, com a conseqüente extinção da FNB e outras iniciativas que ameaçavam expor as contradições raciais do país.

Fernandes (2008) afirma que a ampliação da participação no mercado de trabalho pela população negra se dá de forma individualizada, impondo-se ao negro o ajustamento como forma de se incluir aos requisitos da ordem social vigente. Desta “saída” é que se ampliam os esforços de assimilacionismo e negação dos traços, cultura, ética ou qualquer elemento que possa aproximar o negro brasileiro da sua raiz africana. A busca por autonomia, possibilidades de competição com o branco e ascensão social fazem com que a população negra se insira individualmente, não a partir de reivindicações coletivas, na massa de agentes do trabalho braçal assalariado.

Nesse cenário, a população inserida no mercado formal de trabalho das grandes indústrias é em sua maioria, branca ou imigrante, configurando-se enquanto minoria populacional marginalizada geográfica, política e socialmente das grandes cidades em desenvolvimento (IAMAMOTO, 1991). Nesse contexto, destaca-se por Jacino (2007), a participação das mulheres pobres, enquanto um segmento amplo e plural, no qual representavam um problema à ordem social estabelecida na medida em que não se enquadraram nos padrões de gênero impostos pela Igreja Católica. Tais mulheres representavam um papel transgressor, contradizendo a figura da mulher

sensível, submissa, boa esposa e maternal e escancarando as contradições da realidade: eram chefes de família, nem sempre estavam em um relacionamento monogâmico estável e ocupavam lugares de destaque no comércio desde o século XIX.

A intensidade com que a exploração da mão de obra livre se dá em contrapartida às baixas remunerações e pouca ou nenhuma proteção social ao trabalhador força com que mulheres e crianças provenientes de famílias imigrantes componham a massa de trabalhadores industriais.

Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito frequente a carência - ou mesmo falta absoluta - de água, esgoto e luz. Grande parte das empresas funciona em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e segurança, e muito frequentes os acidentes. O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência (IAMAMOTO, 1991, p. 131).

Sendo assim, com a ascensão dos movimentos operários, as lutas reivindicatórias dos trabalhadores da época baseava-se na necessidade de aumento dos salários, na regulamentação da jornada de trabalho diária, regulação do trabalho de mulheres e adolescentes bem como no fim do trabalho infantil. Além disso, notou-se ênfase na exigência de direitos trabalhistas como férias, seguro contra acidentes e doença, contrato coletivo de trabalho e reconhecimento das entidades representativas dos trabalhadores (IAMAMOTO, 1991). São estes movimentos que irão forçar que os setores elitizados e o Estado reconheçam a questão social no cerne das discussões políticas.

Nesse contexto de agitações sociais, a Igreja Católica ascende como uma instituição importante de contenção dos ânimos da classe trabalhadora, propondo um trabalho de ação social vinculados às prerrogativas religiosas e políticas emanadas diretamente do Vaticano por via das encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931). Tais documentos expressaram orientações de cunho reformista e conservador diante dos problemas sociais emergentes com objetivo de retomar as influências e poder da igreja que foram enfraquecidos com a ascensão dos ideais da modernidade no fim do século XIX (IAMAMOTO, 1991).

É na consolidação do movimento católico leigo, mobilizado pela igreja católica, que o serviço social passa a representar um dos elementos que irão compor a implementação do projeto político da igreja, surgindo como departamento da Ação Social, é dirigido por um segmento majoritariamente feminino que atua junto aos segmentos vulnerabilizados e empobrecidos da classe trabalhadora, com ênfase nas mulheres e nas crianças (IAMAMOTO, 1991; RAICHELIS, 1988; YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008). Portanto, segundo Raichelis (1988), os grupos

ligados ao apostolado social fundaram em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente, entidades com o objetivo de difundir a doutrina social da igreja católica, a partir dos quais se originaram as primeiras escolas de serviço social, a primeira em 1936 e a segunda em 1937.

Nesse contexto, bastante influenciado pelas contribuições do serviço social franco-belga a partir de uma perspectiva ética, social e técnica da formação profissional a formação era voltada a reforçar uma visão de “[...] adaptação do indivíduo ao meio e do meio ao indivíduo, numa perspectiva de ‘restauração e normalização da vida social’” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 11). Percebe-se a similaridade desse discurso com o movimento observado por Fernandes (2008) ao estudar os meios de integração social adotados pelo negro na sociedade brasileira da época.

É então, a partir das bases teórico-metodológicas da Igreja Católica que o serviço social se profissionaliza e sistematiza práticas para além do puro assistencialismo, sob um ponto de vista moralizador e psicologizante da questão social, colocando no indivíduo a responsabilidade pela condição subalterna, buscando adequá-lo às normas e relações sociais vigentes, com ações centradas no indivíduo e na família (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS).

Portanto, como fruto da mobilização de recursos provenientes do Estado e do empresariado, com suporte da Igreja Católica, a gênese do serviço social localiza-se no contexto das relações sociais mais amplas que irão incidir diretamente em suas características na época. Diante disso, afirma-se a profissão como fruto de construção histórica, “que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades [...]” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 6).

A origem e recusa da questão social como problema estrutural explicam também a aversão ao reconhecimento da questão racial, a marginalização da população negra, sua condição de empregabilidade e empobrecimento é reduzida simplesmente ao desajustamento moral e religioso. Conforme reitera Raichelis (1988, p. 68),

[...] a prática assistencial supera a ação meramente curativa, transformando-se num instrumento de caráter ideológico que tecnifica os problemas sociais, transformando-os em objeto de diagnóstico e tratamento social apropriados. [...] problemas de economia política são reduzidos, muitas vezes, a questões morais e de assistência individual.

O serviço social com sua prática orientada ao disciplinamento e responsabilização da classe trabalhadora, através do trabalho centrado na função social da mulher dentro da instituição familiar, ao atuar com as famílias negras, estigmatizadas com o recente passado escravista no qual eram

visualizadas como fora dos padrões, buscava-se enquadrar-lhes no padrão, sendo alvo importante dos esforços de disciplinamento (COSTA, 2017).

Segundo Pinto (2003), as perspectivas teóricas adotadas pelo Serviço social em sua gênese e processo de profissionalização, a exemplo do positivismo e depois do funcionalismo com as teorias norte-americanas, demarcaram um atendimento baseado no juízo de valor, “[...] que orientam o agir profissional, envolvendo uma visão de homem que, por sua vez, conduz a uma maior ou menor consideração pela pessoa humana como sujeito. Uma menor consideração pela pessoa leva o profissional a tratá-la como objeto de manipulação” (SOUSA, 1977, p. 73 *apud* PINTO, 2003, p.41). A ideologia do consenso não compreendia a/o negra/o como sujeito que foi racializado e teve seu lugar social historicamente determinado pela cor da pele e origem étnica.

Segundo Faustino (2015, p. 58-59), a racialização imposta pelo colonialismo possui dois aspectos centrais: o primeiro é a “[...] *epidermização* dos lugares e posições sociais, ou seja, aquilo que se entende por raça passa a ser definidor das oportunidades e barreiras vividas pelos indivíduos [...]”; o segundo aspecto é a interiorização subjetiva das diferenças, no qual “[...] os indivíduos deixam de se reconhecer mutuamente como reciprocamente humanos para ver a si e ao outro através da lente distorcida do colonialismo”. No Brasil, esse discurso é particularizado na medida em que o mito da democracia racial buscou encobrir as diferenças de lugares socialmente estabelecidos entre brancos e negros, o discurso “somos todos humanos” aliado às defesas de um “dia da consciência humana” em substituição ao dia da consciência negra, é utilizado como subsídio para invisibilizar a realidade da condição negra no Brasil.

Dessa forma, ao negar a raça como fator determinante na integração de negros e negras na sociedade a concepção hegemônica era a de que para atingir os padrões de vida do branco, seria preciso que o negro se esforçasse individualmente para isso. “Se, por exemplo, não era aceito no emprego devido à cor, mascarava-se o fato dizendo que o negro permanecia pobre porque ‘não gostava de trabalho’” (PINTO, 2003, p. 45).

Esse é então a resposta rápida para a pergunta “de onde viemos?”, temos enquanto profissão uma raiz conservadora que após processos históricos buscou ser superada, restando ainda identificarmos e enfrentarmos os resquícios que se manifestam no Serviço social principalmente quando se analisa a intervenção prática dos profissionais.

De fato, o conjunto profissional a partir de 1960 buscou ressignificar as bases teórico-metodológicas, técnicas e políticas da profissão. O Movimento de Reconceituação caracterizou-se por denunciar o descompromisso do Serviço social brasileiro com a realidade nacional, pautando-se

somente em teorias importadas que pouco conseguiam responder às demandas dos usuários atendidos. Tais questionamentos estão agregados a um contexto ampliado de revisão da profissão em toda a América Latina e inquietações conjunturais envolvendo “[...] intelectuais, trabalhadores, profissionais, segmentos médios e de classes populares em torno da luta anti-imperialista na defesa de projetos de transformação social” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 16).

O Movimento de Reconceituação, que somente aprofundou-se no fim da década de 1970, possibilitou a aproximação da categoria profissional à teoria marxista, adotando-a como referencial analítico. As orientações de tal ressignificação estão expressas no Código de Ética de 1993, que constitui parte do projeto ético-político construído e amadurecido na década de 1990. O Movimento de Reconceituação significou a ruptura com o conservadorismo em nível dos marcos teóricos vigentes na profissão e no discurso hegemônico das representações mais importantes da categoria profissional, atribuindo à profissão um compromisso com a luta de classes.

No entanto, na atualidade autoras e autores irão expor a ferida que ainda não cicatrizou na profissão: a permanência do conservadorismo na formação e prática profissional (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008; NETTO, 1996; BOSCHETTI, 2015). Segundo os autores, o conservadorismo nunca foi extirpado da profissão, “[...] é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena” (BOSCHETTI, 2015).

Esse conservadorismo é expresso de diversas maneiras, sendo um sintoma muito aparente afirmações que desvinculam a relação teoria e prática, supondo existir a impossibilidade de se aplicarem na realidade os pressupostos do Projeto Ético-Político Profissional. Segundo Cisne e Santos (2018), a ruptura com o conservadorismo nesse cenário não se dá de forma mecânica ou linear, mas configura-se enquanto um processo.

Na atualidade o conservadorismo se fortalece devido às determinações societárias referentes ao campo econômico, com o aprofundamento da crise capitalista e a resposta neoliberal das políticas governamentais, bem como no campo social e ideocultural, explicitado no fundamentalismo religioso e intolerância aos movimentos sociais (BOSCHETTI, 2015). Portanto, persiste como desafio no Serviço social a necessidade de enfrentar o conservadorismo e consolidar a ruptura com o Serviço social tradicional. Para, além disso temos como desafio compreender as demandas dos usuários e usuárias negras, bem como dos estudantes em incorporar problemáticas ainda pouco aprofundadas na formação profissional.

É nessa perspectiva que começamos a pensar o “para onde vamos?”, postulados alguns desafios e práticas profissionais temos a necessidade de compreender o que o Serviço social

acumulou com relação à questão étnico-racial e qual o compromisso real da profissão com a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação racial.

4.2 Por que falar de Questão Racial na profissão de Serviço Social?

O Serviço social vem a alguns anos acumulando contribuições teóricas com relação à temática étnico-racial, cuja importância foi invisibilizada durante muito tempo. Em geral, ainda permanece uma velha prática, sintomática de uma sociedade calcada no racismo, no meio profissional: os profissionais que a trazem como elemento central em suas análises são, em geral, negros e negras. Na medida em que se observa esse traço nas - ainda poucas - produções teóricas existentes constata-se que pelos demais profissionais, assim como na sociedade, a questão racial é tratada como problema do negro, sendo reivindicada por negros e discutida por negros entre negros.

O racismo não é tratado como parte fundante da estrutura de dominação capitalista, mas sim como um problema de cunho individual e moralista. Conforme explica-nos Almeida (2018), o racismo pode ser trabalhado a partir de três concepções: Racismo individualista, Racismo Institucional e Racismo Estrutural.

O **racismo individualista**, mais comumente utilizado para explicar o fenômeno do racismo na sociedade, está vinculado a uma concepção de que está circunscrito ao indivíduo. Tratado como um desvio moral e ético configura-se como uma irracionalidade do indivíduo em aceitar que raças, no sentido biológico, não existem. “Sob este ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas sim indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo” (ALMEIDA, 2018, p. 28). Tal concepção se mostra frágil ao limitar-se a análises comportamentais e psicologizantes, sem recorrer ao uso da historicidade, nem visibilizar os efeitos concretos do racismo que são apresentados na realidade social. Sobre isso Almeida (2018, p. 29) refuta dizendo que tal perspectiva deixa de considerar que “[...] as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem””.

O segundo tipo é o **racismo institucional**, o qual insere na análise a função das práticas institucionais através de normativas, regras, imposição de padrões de vestimenta e características fenotípicas no qual atribuem privilégios a determinados grupos sociais em detrimento de outros (ALMEIDA, 2018). O racismo institucional, operado tanto em instituições públicas quanto

instituições privadas, é caracterizado como “[...] menos evidente, muito mais sutil, menos identificável em termos de indivíduos específicos que cometem os atos” (ALMEIDA, 2018, p. 33).

O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elementos constitutivo das relações raciais, mas não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional (ALMEIDA, 2018, p. 36).

Quando falamos de racismo institucional, automaticamente, precisamos conectá-lo ao conceito de **racismo estrutural**, pois as instituições localizam-se dentro de uma estrutura maior, ao qual materializam as regras socialmente postas, fazendo parte de um “[...] modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos” (ALMEIDA, 2018, p. 36). O racismo enquanto um aspecto naturalizado da vida cotidiana será também reproduzido em todas as instituições que fazem funcionar a sociedade tal qual ela está colocada. Isso não quer dizer que tais instituições não possam agir de forma a enfrentar o racismo. Segundo Almeida (2018), as instituições podem posicionar-se diante dos conflitos raciais a partir da implementação de ações práticas antirracistas efetivas.

Na visão do autor, tanto os comportamentos individuais de preconceito e discriminação racial, quanto práticas institucionais racistas são os sintomas aparentes de uma sociedade *essencialmente* racista. Portanto, as medidas de cunho punitivo, psicologizante, integracionista e conscientizador para tratar o racismo, apesar de importantes para a construção desse processo, não são o bastante para extirpar o problema da sociedade, desse modo, sendo necessária para isso a modificação profunda das próprias bases pelos quais se assentam as relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2018). Neste sentido, “o que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (ALMEIDA, 2018, p. 39).

Colocadas estas considerações, já é possível falar sem que se personalize ou individualize o problema: *o serviço social corrobora com a perpetuação do racismo presente na sociedade brasileira*. Colocado como uma profissão que não está acima ou aquém das relações sociais estabelecidas na sociedade em geral, é, portanto, uma profissão passível de reproduzir práticas racistas em uma sociedade essencialmente racista. A partir da negação ou omissão, o Serviço social colocou-se neutro (para não dizer contrário) diante da efervescência dos movimentos negros e das

pautas que exigiam políticas sociais voltadas à reparação das disparidades raciais, portanto, colocou-se, por omissão ou pela suposta neutralidade, ao lado de perspectivas que buscam tornar verossímil o mito da democracia racial. Segundo Dias (2015, p.327), “[...] a esta prática interpretamos como uma posição política de negação”.

Segundo Oliveira (2017), o racismo permeia e define todas as relações sociais no Brasil, e, conseqüentemente, atinge o Serviço social, que não pode ser localizado fora do contexto mais amplo de alienação e reprodução social. A autora é provocativa ao questionar no início de seu texto: como a categoria profissional demorou 80 anos para compreender que não estava assumindo o compromisso político-pedagógico diante das demandas da população negra, cuja é clientela expressiva?

A ausência da questão étnico-racial inicia-se no processo de formação, no qual já foi objeto de diversas pesquisas, onde revelam a omissão diante da questão racial a partir da não incorporação em seus currículos obrigatórios (SANTOS, 2016; OLIVEIRA, 2015; CONCEIÇÃO, 2014). A pretexto de que o debate étnico-racial deve acontecer de maneira transversal, há defesas de que a matéria obrigatória não seria necessária, configurando-se enquanto uma especificidade que abre margem a diversas outras temáticas cujo currículo não dá conta de incorporar, seja pelo tempo determinado de formação, seja pelo número reduzido de professores para abarcar a multiplicidade de disciplinas necessárias ao currículo. Contudo, mais uma vez tais justificativas corroboram para a percepção de que a questão racial é visualizada indissociada às questões mais amplas da totalidade, como uma especificidade. A contradição está colocada na medida em que se trata como especificidade um dos elementos estruturantes das relações sociais, cujo profissional está permanentemente em contato através de seus usuários, porém distanciado ao mesmo tempo.

No entanto, consideramos importante pautar a questão racial a partir da transversalidade, pelo fato de que, assim como a categoria classe, o gênero e a raça perpassam todas as disciplinas e conteúdos mínimos para a formação de um/a assistente social. Contudo, barreiras objetivas se colocam frente a tal demanda, na qual historicamente o Serviço social nega a questão racial, o que atinge diretamente o interesse dos estudantes e docentes em incorporá-lo às suas análises, acarretando na ausência dessas discussões em sala de aula.

Dias (2015, p. 324) afirma que a questão racial “[...] por muitos profissionais não é percebida como importante variável para uma análise crítica das relações sociais sob a perspectiva de totalidade”. Dessas considerações é que temos como fundamental a implementação das disciplinas de caráter obrigatório nas matrizes curriculares dos cursos, para que esteja previsto na

formação e para que, caso a disciplina fosse optativa, não se setorialize a disciplina àqueles que são negros/as, como é observado nos espaços de discussões sobre a temática.

De maneira geral, a invisibilidade da questão racial enquanto um problema da sociedade predomina nas instituições de educação brasileiras, restringindo sua aparição na formação de nível fundamental e médio com o tema da escravidão a qual se enfatiza o aspecto trágico dos açoites e trabalhos forçados, posteriormente apagados com o final feliz materializado na assinatura da lei áurea¹².

Já no ensino superior, a própria presença de sujeitos negros em quantidade significativa é recente, a partir da promulgação e popularização da Lei 12.771/12, conhecida como Lei de Cotas, garantindo a implantação de cotas raciais e sociais nas universidades federais. A partir disso, a população negra de objeto de pesquisa, passa a ser pesquisadora, colocando em pauta demandas que antes eram percebidas como suas, mas que agora são colocadas no bojo dos debates de toda a comunidade acadêmica.

Nesse sentido, o Serviço social no meio dessas relações conflituosas aparece como parte integrante de uma instituição maior que operacionaliza o racismo através da omissão, da exclusão, ou mesmo da negação de sua importância para a compreensão e enfrentamento das relações socialmente estabelecidas. Entende-se que a ausência da questão racial na formação profissional da/o assistente social é somente a aparência de uma problemática mais profunda, o próprio racismo estrutural.

Apesar de parecer um tema subalterno no que tange aos debates hegemônicos da profissão, a questão racial imbricada no cerne da questão social brasileira, há muitos anos já é reivindicada por assistentes sociais pioneiras nesse debate, desde a década de 1980. Ao mesmo tempo, nota-se sua emergência no contexto atual, expresso na elevação do número de publicações sobre o tema. A busca da incorporação e amadurecimento desta questão vêm sendo produzidos, observando-se uma intensificação nos últimos anos. Em 2010 o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades é aprovado por unanimidade no XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviços Social (ENPESS), como estratégia coletiva de fortalecimento e visibilidade das discussões sobre as relações sociais de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social (QUEIROZ; et al, 2014). A ementa que estipula os temas em foco no GTP é “Sistema capitalista-patriarcal-racista e heteronormativo. Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e

¹² Diante dessa problemática o movimento negro conquistou a Lei 10.639/03, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da História e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio.

sexualidades. Interseccionalidade das opressões de classe, gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidades”.

Em 2015 o GTP produziu um relatório no qual teceu considerações importantes acerca do acúmulo teórico e normativo que a profissão conseguir reunir na atualidade e oferece propostas para a incorporação dos temas pela categoria profissional. No relatório, a concepção das categorias classe, raça e relações sociais de sexo são consideradas dimensões “enoveladas”, distanciando-se de perspectivas que consideram as mesmas como somáveis ou adicionais. Como uma das ações de caráter emergencial o relatório aponta a necessidade de incluir uma disciplina obrigatória nos currículos que abordem as temáticas do GTP¹³ (GTP/ABEPSS, 2015).

Outro indício desse movimento de absorção do tema pela categoria são as campanhas e ações realizadas pelas entidades representativas Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ABEPSS). No que tange à ENESSO, verifica-se a criação das setoriais de combate às opressões, cabendo a setorial SANKOFA - Frente Étnico-Racial a realização de debates sobre a questão racial nos encontros nacionais e regionais dos estudantes de Serviço social. Também no âmbito das iniciativas estudantis estão à criação de coletivos de estudantes negros nos cursos de Serviço social, a exemplo do Coletivo Negro Magali da Silva Almeida, em atuação desde 2017, no curso da Universidade Federal de Santa Catarina, o que abre possibilidade de interlocução com outras instituições de ensino visando ampliar e fortalecer esse debate na formação profissional.

No que tange ao conjunto CFESS/CRESS, em 2017 a categoria aprovou durante o 46º Encontro CFESS/CRESS a campanha da gestão 2017-2020 intitulada “Assistentes Sociais no combate ao racismo”, buscando abrir a discussão sobre o racismo no exercício profissional de assistentes sociais. A campanha tem caráter convocatório na medida em que chama as/os profissionais às discussões sobre a temática dentro do Serviço social até então acumuladas, bem como torna legítimo os esforços de estudantes e profissionais da categoria que vem a algum tempo apontando as lacunas e equívocos presentes no debate racial na profissão. Vale lembrar que em 2006 o conjunto já havia lançado uma campanha intitulada “Serviço Social: mudando os rumos da história - reagir contra o racismo é lutar por direitos”.

¹³ Com relação ao eixo raça/etnia tal urgência é embasada nas determinações da Lei Federal 10.639/03 para os currículos do ensino fundamental, médio e superior. Sendo que, no caso deste último segmento de ensino, a obrigatoriedade é referendada pela Resolução 01/2004 do Ministério da Educação. Exige-se a mesma necessidade a partir da Lei 11.645, que se refere à obrigatoriedade do ensino da História da população Indígena no Brasil.

Em 2018, durante o 47º Encontro Nacional CFESS/CRESS, ocorrido em Porto Alegre, foi redigida e aprovada a carta que representa o posicionamento crítico e político das entidades com relação à questão racial. No documento enfatizam que “a agenda política do Conjunto CFESS/CRESS reafirma de modo intransigente a necessidade de a categoria se comprometer com o combate ao racismo em seu cotidiano” (CFESS/CRESS, 2018, p.1).

Destarte, notamos que mesmo com o histórico de negação do debate étnico-racial, o processo de renovação do Serviço social vem se aproximando e incorporando temáticas sintonizadas com as lutas políticas que historicamente enfrentam o conservadorismo e as múltiplas formas de exploração/opressão próprias ao capitalismo como os movimentos de mulheres, negros e LGBT (CISNE; SANTOS, 2018).

Nessa perspectiva, não colocamos o Serviço social como determinante e único sujeito responsável pelo debate étnico-racial, nem muito menos temos a pretensão messiânica de que a profissão irá resolver o problema do racismo. Pelo contrário, pretendemos estimular uma atuação profissional que compreenda os indivíduos como sujeitos históricos, carregado de especificidades e múltiplos determinantes (DIAS, 2015). “Estes são, portanto, elementos fundamentais que contribuem para o processo de acumulação de forças que seguem em direção à outra forma de vida e de desenvolvimento social, inclusiva a todos os indivíduos” (DIAS, 2018, p. 326).

Na medida em que a categoria profissional se exime do debate étnico-racial deixa de captar manifestações determinantes para a permanência da desigualdade racial, portanto, não visualizar o racismo como problemática presente na realidade social, acarreta em análises incompletas de tal realidade. Enquanto profissão interventiva, as análises de realidade são imprescindíveis para determinar as ações a serem realizadas nos serviços com os/as usuárias.

Por último, pode-se destacar o compromisso profissional assumido no projeto ético-político da profissão, materializado pela Lei de Regulamentação 8.662/93, pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993 e pelas Diretrizes Curriculares de 1996, no qual reconhece como valor central a liberdade, estabelecendo um compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Entretanto, cabe pontuar o estudo de Peres e Penha (2018) no qual identifica a ausência do termo *raça* no Código de Ética Profissional do Assistente Social e na Lei de Regulamentação, evidenciando a não apropriação do Serviço social em seus princípios fundamentais de um conceito social importante para visibilizar a hierarquização racial em que a sociedade está ancorada. Segundo os autores, “[...] seu uso é fundamental para visibilização do problema do racismo, ao se tratar de

um termo político e crítico [...]” (PERES; PENHA, 2018, p.123). Restrito ao termo *etnia* os documentos do projeto ético-político evidenciam lacunas no que tange à apropriação de conceitos importantes para a constituição de um projeto comprometido com a luta antirracista.

Embora seja passível de apontamentos, o projeto ético-político configura mais que normativas profissionais, propõe uma ação profissional cujo horizonte é um novo projeto societário [...] que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p. 15-16).

Segundo Almeida (2017), por indicarem a direção social a ser seguida pelo/a assistente social, os valores éticos assumem centralidade no trabalho profissional, indicando também as escolhas profissionais a serem feitas diante das injustiças e das desigualdades sociais, como por exemplo, o racismo.

Nesse sentido, temos no Código de Ética princípios fundamentais que respaldam as argumentações pautadas neste tópico, com vistas a estimular que a categoria assumisse esse compromisso como parte importante do processo de efetivação dos pressupostos do projeto ético-político construído pela profissão durante o processo de reconceitualização das bases teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, em curso ainda nos dias atuais, realizando enfrentamento ao conservadorismo que ainda se coloca presente na profissão.

4.3 A Questão Racial nas publicações de Serviço Social

Constatamos que há movimentações na categoria profissional e em outros espaços que vêm fazendo com que entidades representativas, bem como o corpo docente e estudantil venham pautando a questão racial como importante tema a ser discutido e incorporado pela profissão. Há ainda algumas controvérsias sobre o assunto, concepções distintas e narrativas a serem disputadas. Nesse sentido, nos perguntamos: afinal, o que o Serviço social tem acumulado sobre questão racial e quais as perspectivas em disputa sobre tema?

Para respondermos a estas e outras questões, optou-se por analisar as produções teóricas publicadas nos periódicos classificados como *Qualis A1* na área de Serviço social, sendo encontradas as revistas Serviço Social e Sociedade e Katálysis. A pesquisa delimitou o período entre os anos de 2000 a setembro de 2018 como recorte temporal dos materiais, escolhido em razão de, em sua maioria, os artigos estarem disponíveis no acervo da biblioteca da universidade, no

banco de dados online Scielo e no site próprio da revista *Katálysis*, bem como por serem anos marcados por conquistas relativas às políticas públicas para a população negra.

As revistas selecionadas são importantes fontes de pesquisa e conteúdo sobre a profissão, constituindo-se enquanto referenciais comumente utilizados durante a formação profissional de assistentes sociais. A revista **Serviço Social e Sociedade** teve seu primeiro número lançado em setembro de 1979, mesmo ano do Congresso da Virada que registra um marco no rompimento com as perspectivas conservadoras da profissão. De periodicidade quadrimestral as áreas de interesse transitam entre as Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Serviço Social, Ética, Ciência Política, Políticas Públicas, Saúde (SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, 2018). A revista foi criada em um momento de efervescência dos movimentos sociais e do avanço da perspectiva crítica na profissão.

É a primeira Revista de circulação nacional na área do Serviço Social, mantendo-se como um dos mais importantes periódicos de consulta obrigatória de professores e estudantes universitários, de pesquisadores e profissionais que buscam sintonizar-se com o debate de grandes questões nacionais e internacionais que incidem no Serviço Social e nas ciências humanas e sociais. (SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, 2018, p.2).

No que tange à Revista **Katálysis**, sua primeira publicação foi no ano de 1997 com periodicidade semestral, “a revista nasceu antes mesmo do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina criar seu Programa de Pós-Graduação em 1999” (KATÁLYSIS, 2018, p.1), sendo atualmente editada pelo Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UFSC. O objetivo do periódico é divulgar conteúdos relacionados ao Serviço social, ampliando também temáticas relativas às Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, política social, trabalho, questão social e saúde pública.

Para a identificação dos artigos buscou-se nos portais das revistas disponíveis na internet e no acervo existente na biblioteca da UFSC produções que tivessem em seu título, resumo ou palavras-chave os termos “etnia”, “racismo”, “raça”, “racial” “negro/a” e “questão racial”.

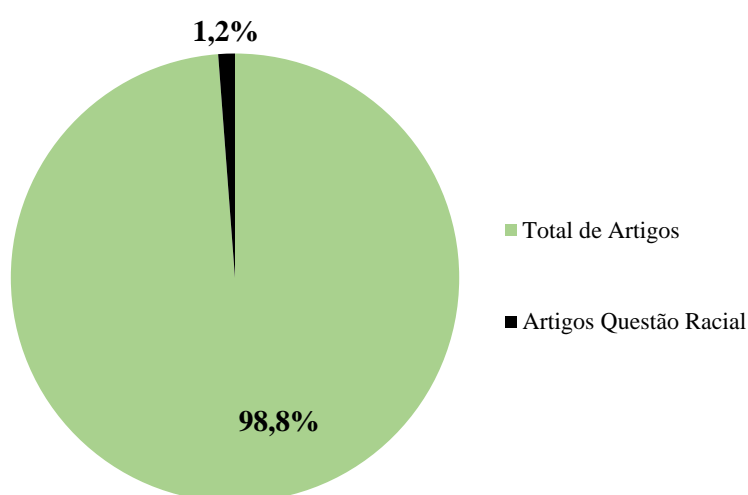
No período estipulado, foram publicadas pela Serviço Social e Sociedade 71 revistas, contendo 683 publicações de artigos resultantes de pesquisas, projetos, relatos de experiência, bem como de entrevistas, resenhas, etc., destes, 8 artigos enquadraram-se no recorte da pesquisa. Na *Katálysis*, foram publicadas 39 revistas, contendo 469 artigos publicados, destes, foram selecionados 6 artigos a partir dos critérios estipulados.

Neste sentido, em um universo de 1.152 artigos, nossa pesquisa coletou 17 produções a partir das palavras-chave. Entretanto, durante etapa de análise 3 artigos não apresentaram

contribuições significativas ao tema de pesquisa, porque durante a leitura foi identificado que tais produções não tratavam da questão racial como tema privilegiado de análise e sim sobre a temática de gênero. Destes artigos, 2 estão na revista *Serviço Social e Sociedade* e 1 na *Katálisis*.

Nesse sentido, os dados e análise se basearam em 14 artigos que trouxeram os elementos necessários para a discussão. Conforme gráfico seguinte, o percentual de artigos sobre a temática nos periódicos analisados corresponde a 1,2% do total.

Gráfico 1 - Artigos sobre questão racial em relação ao universo pesquisado.



Fonte: Elaboração própria.

Todos os artigos coletados foram sistematizados segundo sua autoria, título, resumo¹⁴ e palavras-chave expressas no quadro seguinte. Observam-se neste quadro as múltiplas abordagens temáticas utilizadas a partir da questão étnico-racial, como adoção inter-racial, formação profissional, exercício profissional, racismo institucional, política de Assistência Social, desemprego e precarização do trabalho, política de Educação, identidade étnica e cultural, políticas de ações afirmativas, luta de classes, democracia racial e imigração.

¹⁴ O objetivo exposto no quadro não corresponde fielmente ao objetivo escrito pelos autores nos artigos originais, o texto foi feito após a leitura dos artigos e interpretação sobre o que trazem e que são interessantes de serem observados para esta pesquisa.

Quadro 2 - Produções encontradas na revista Serviço Social e Sociedade.

AUTORIA	TÍTULO	OBJETIVO	PALAVRAS-CHAVE
RIBEIRO, 2004	As abordagens étnico-raciais no Serviço Social	Refletir sobre a inserção das questões étnico-raciais na área do Serviço social pensando os assistentes sociais como efetivos partícipes na elaboração das políticas públicas que podem estar orientadas ao enfrentamento do racismo.	Relação étnico-racial; questão racial; igualdade racial; promoção da igualdade racial.
AMARO, 2005	A questão racial na assistência social: um debate emergente	Resgatar o debate da questão racial nos domínios da política pública de assistência social e apresentar subsídios à inclusão da questão racial na agenda de seus compromissos e enfrentamentos.	Assistência social; afrodescendentes; cidadania; ações afirmativas.
ROCHA, 2009	A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social	Analisar a inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço social e sua implicação para a intervenção profissional com vistas à consolidação do projeto ético-político.	Serviço Social; Questão étnico-racial; Formação profissional.
MARTINS, 2012	O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade	Debater a condição de desigualdade do negro no contexto das novas estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital.	Desigualdade racial; Desemprego; Trabalho precário e informal.
EURICO, 2013	A Percepção do assistente social acerca do racismo institucional	Investigar a percepção dos profissionais acerca do racismo, do preconceito e da discriminação racial no seu ambiente de trabalho (setor judiciário e da saúde).	Racismo institucional; Ética profissional; Questão racial; Serviço Social.
FREITAS; ENGLER, 2015	Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social	Discutir as contribuições do/a assistente social no enfrentamento da questão racial dentro dos espaços escolares.	Desigualdade racial; política pública de educação; Serviço Social.
LÖWI, 2015	Conservadorismo na extrema-direita na Europa e no Brasil	Analisar a ascensão dos partidos de extrema-direita nos países da Europa, caracterizados como xenófobos, racistas e fascistas. O autor relaciona isso às manifestações do conservadorismo presentes no Brasil.	Extrema-direita; Fascismo; Racismo; Golpismo;
CISNE, 2018	Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais.	Objetivamos analisar a relação entre feminismo e marxismo para o entendimento crítico e o enfrentamento das desigualdades sociais determinadas pela imbricação das relações sociais de sexo, “raça” e classe.	Marxismo; Feminismo; Emancipação Humana;

Fonte: Elaboração própria.

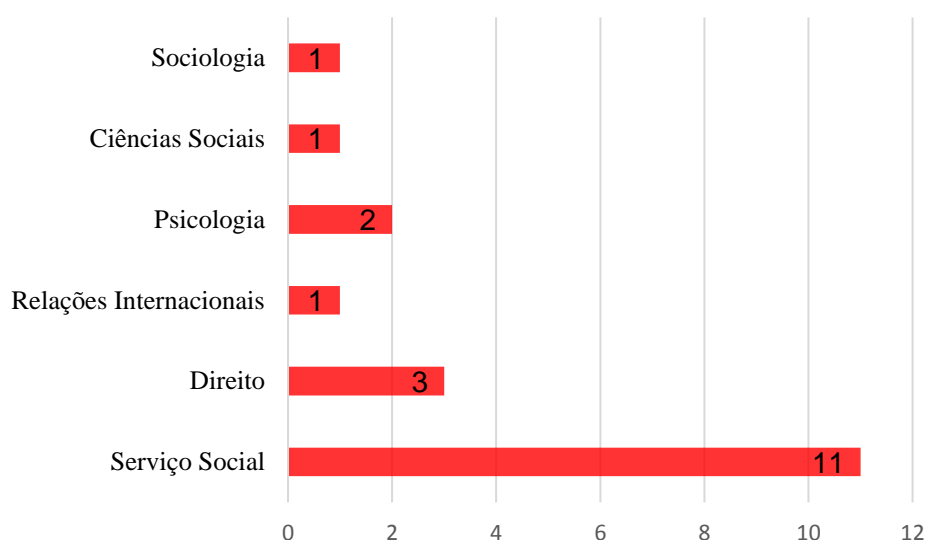
Quadro 3 - Produções encontradas na revista *Katálysis*.

AUTORIA	TÍTULO	OBJETIVO	PALAVRAS-CHAVE
RUFINO, 2002	Uma realidade fragmentada: a adoção inter-racial e os desafios da formação de uma família multirracial	Discutir os desafios e entraves que permeiam a adoção inter-racial e o papel do Serviço social frente ao tema.	Adoção; adoção inter-racial; preconceito racial.
CALHEIRO S; STADTLER, 2010	Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras	Discutir o <i>poder</i> de movimentos sociais formados a partir de uma identidade étnica, como os povos quilombolas, para reivindicar do Estado a criação de políticas públicas compensatórias, como por exemplo, a Pnater (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural).	Extensão rural; políticas públicas; quilombo; etnicidade; identidade.
LEITE, 2011	Política de cotas no Brasil: política social?	Objetiva discutir a política de ação afirmativa, especificamente a política de cotas raciais, como uma estratégia do capitalismo para passivizar a classe trabalhadora.	Políticas sociais; Ações afirmativas; Cotas; Brasil.
LIMA, 2017	Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes	Objetiva analisar as formulações de Florestan Fernandes sobre o mito da democracia racial brasileiro para, a partir da compreensão das particularidades do capitalismo dependente, problematizar os dados recentes sobre desemprego, encarceramento e homicídios no Brasil buscando evidenciar a questão racial como determinante fundamental de manutenção da ordem burguesa.	Capitalismo dependente; Luta de classes; Democracia racial.
SILVA; SILVA, 2017	Contribuições gramscianas sobre raça, identidade cultural e velhice na perspectiva de Stuart Hall	O texto objetiva discutir as contribuições de Gramsci, analisadas a partir da perspectiva de Stuart Hall, para abordar os temas de identidade cultural, racismo e velhice. Segundo as autoras, pretende-se no artigo abordar tais temas de modo a romper com perspectivas enrijecidas e homogêneas, enfatizando as diferenças dos sujeitos sociais.	Raça; Identidade cultural; velhice; Gramsci; Stuart Hall.
SILVA; MULLER; SILVEIRA, 2018	Santa Catarina no roteiro das diásporas: os novos imigrantes africanos em Florianópolis	O objetivo do texto é discutir sobre as particularidades dos novos fluxos migratórios a partir da recente imigração africana na região da grande Florianópolis, revelando o perfil dos imigrantes e refugiados que chegaram à cidade no período de 2015-2017.	Imigrantes e refugiados; Africanos; Diáspora; Negros; Santa Catarina.

Fonte: Elaboração própria.

Como já explicitado, as revistas não se restringem somente à área de Serviço social e por isso, nos artigos coletados, foram identificados autores e autoras de outras áreas. O gráfico a seguir ilustra que, apesar de a maioria das autorias serem de profissionais formados em Serviço Social, houve publicações de graduados em Direito, Psicologia, Ciências Sociais, Sociologia e Relações Internacionais. No entanto, tal diversidade de formação profissional foi observada com maior destaque na revista *Katálysis*, pois, na revista *Serviço Social e Sociedade* apenas um dos/as autores/as não é formado em Serviço Social.

Gráfico 2 - Área de formação das/os autoras/es



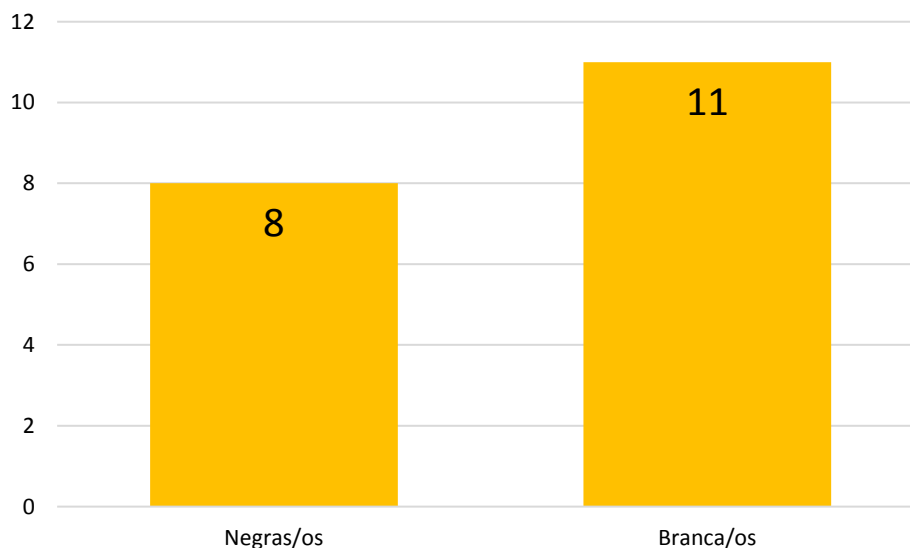
Fonte: Elaboração própria.

Em razão da pesquisa trazer a importância do protagonismo das narrativas negras no meio acadêmico, em vista do imaginário racista de que o negro é incapaz de exercer trabalho intelectual, também se buscou observar a quantidade de autores/as negros/as em relação a autores brancos/as¹⁵, considerando também o gênero¹⁶. O gráfico a seguir demonstrou a predominância de autores/as brancos/as na totalidade dos artigos.

¹⁵ Em vista das diferentes interpretações no Brasil afora sobre raça e tom de pele, salientamos que a classificação da raça/cor das autorias foi feita na modalidade de heteroclassificação, na qual a cor foi atribuída pelas pesquisadoras. Para verificação deste item buscamos imagens dos autores nas redes sociais e Plataforma Lattes.

¹⁶ O binarismo de gênero restrito ao masculino e feminino advém da impossibilidade de identificarmos demais identidades diretamente com autoras/es, nesse sentido, atribuímos o gênero binário através da identificação dos nomes.

Gráfico 3 - Raça/cor das/os autoras/es



Fonte: Elaboração própria.

Contudo, quando observadas separadamente, a revista Serviço Social e Sociedade e Katálysis expressam diferenças no perfil das autorias, explicitadas nas tabelas a seguir.

Tabela 1 - Autorias por cor e gênero na revista Serviço Social e Sociedade

	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
NEGRO/A	6	0	6
BRANCO/A	2	1	3
TOTAL	8	1	9

Fonte: Elaboração própria.

Dos artigos da revista supracitada, 2 das 8 autoras são brancas, enquanto que 6 autoras são negras, acusando uma maioria. A presença masculina é observada uma única vez, sendo ausente produções de homens negros.

Tabela 2 - Autorias por cor e gênero na revista Katálysis

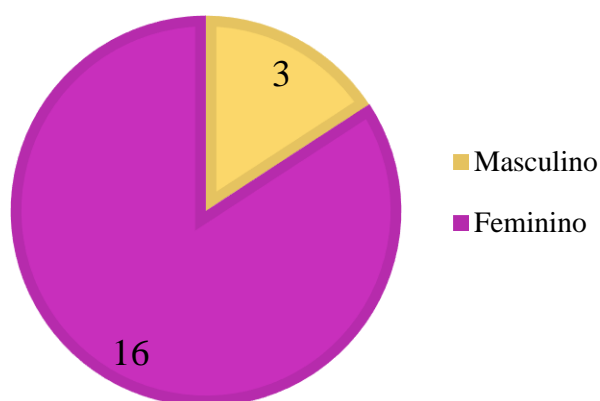
	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
NEGRO/A	2	0	2
BRANCO/A	6	2	8
TOTAL	8	2	10

Fonte: Elaboração própria.

Apresentando um perfil diferenciado da primeira, na revista *Katálysis*, dos/as 10 autores/as, 2 são mulheres negras, enquanto que se marcou a presença de 6 mulheres brancas e 2 homens brancos, totalizando 8 autores/as brancos/as. Portanto, em comparação à revista *Serviço Social e Sociedade*, artigos de autoria de mulheres brancas predominam.

De modo geral, observamos a pouca presença masculina nos artigos, sendo que a presença de homens negros é nula. Destes dados podemos verificar que, similar a outros temas ditos “transversais” na área de Serviço social, a discussão da temática étnico-racial é protagonizada por mulheres, no caso do conjunto dos artigos. A prevalência de mulheres é ilustrada no gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Número de autores/as por gênero.



Fonte: Elaboração própria.

Considerando todos os artigos selecionados, temos um conjunto de 19 autores/as, destes, 11 são da área de Serviço social. Portanto, ao considerarmos as 11 autoras assistentes sociais, identificamos que 7 são mulheres negras e 4 são mulheres brancas, demonstrando a predominância de mulheres negras assistentes sociais na produção de artigos sobre o tema da questão étnico-racial. Conforme tais dados, podemos aferir que, dentre as autoras de Serviço social, a questão étnico-racial nas revistas está sendo problematizada, em maioria, por assistentes sociais negras. Em contrapartida, a pouca presença de autores homens expressa uma feminização, considerando também ser esta uma característica histórica da profissão. Nenhum dos homens autores de artigos têm formação na área de Serviço social.

Apesar dos dados quantitativos nos indicarem elementos para análise da questão étnico-racial no Serviço social é preciso aprofundar em outros aspectos obtidos a partir da

leitura dos artigos que irão auxiliar na construção de caminhos para atingir os objetivos propostos inicialmente.

A partir do objetivo geral que busca compreender o modo com que o debate étnico-racial vem sendo realizado pela categoria profissional, a pesquisa qualitativa, cuja natureza possibilita trabalhar com “[...] o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21), tornou possível compreender as concepções, interpretações e representações produzidas e publicadas nos artigos encontrados nas revistas da área de Serviço social.

Nesse sentido, como técnica de sistematização dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo na modalidade temática (BARDIN, 2010; GOMES, 2012). A análise de conteúdo compreende em um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, sendo de interesse do/a pesquisador/a compreender criticamente o significado das mensagens coletadas (BARDIN, 2010, p. 40). Ou seja, buscamos, para além de explicitar os conteúdos encontrados, interpretá-los criticamente com base na fundamentação teórica adotada.

Após a coleta e leitura extensiva dos artigos, com o suporte dos objetivos específicos foram classificadas categorias que auxiliaram na análise, sendo elas: **1.** Perspectivas e interpretações teórico-analíticas adotadas pelos/as autores/as sobre racismo e sociedade; **2.** Debate na categoria profissional de Serviço social; **3.** Concepção de democracia racial. A análise detalhada está expressa nos próximos itens.

4.3.1. Perspectivas e interpretações teórico-analíticas adotadas pelos/as autores/as sobre racismo e sociedade

De maneira geral, os artigos apresentaram temas diversificados, dessa maneira, buscamos encontrar o modo pelo qual o racismo e a questão racial estão sendo qualificados, bem como se este conceito foi associado ou não à perspectiva de classe e da própria questão social, que é objeto privilegiado de intervenção do Serviço social. Ao analisarmos os 14 artigos, identificamos variações no que tange à concepção de racismo e seus desdobramentos na sociedade.

Foram identificados 4 artigos cuja concepção de racismo apresentaram abordagens cujo foco foi o aspecto cultural/identitário. Todos os artigos foram encontrados na revista *Katálysis*, dos quais apenas 1 é de autoria proveniente da área de Serviço social.

Silva e Silva (2017), utilizando como fundamentação as interpretações do sociólogo Stuart Hall sobre as contribuições de Gramsci para explicar raça e racismo, apresentam-no como um fenômeno cultural da sociedade que não é regular nem homogêneo, manifestando-se de variadas formas conforme especificidades históricas do contexto e ambiente. Ao abordar a relação entre classe e raça, afirmam a recusa de “posicionamentos extremados”, reducionistas e engessados, caracterizando como um “problema teórico difícil e complexo”, sugerindo que há uma constante mudança nas manifestações do racismo e outras categorias, conforme o contexto (SILVA; SILVA, 2017, p. 97). Afirmam que “a identidade se dá pelas alianças estratégicas e não pela perspectiva de uma identidade dada, definida (SILVA; SILVA, 2017, p. 100)”.

Silva e Silva (2017) reivindicam um não reducionismo à categoria classe social, afirmando que a formação de classe envolve outros elementos que não somente a esfera econômica. Entendendo o economicismo como reducionismo teórico que considera somente as fundações econômicas como estrutura determinante. As autoras colocam que as vertentes de estudos “pós-coloniais, culturalistas, subalternas, epistemologias do sul [...] emergem como uma crítica ao pensamento eurocêntrico propondo novas formas de pensamento” (SILVA; SILVA, 2017, p. 98).

Dos artigos analisados, o artigo de Silva, Silveira e Muller (2017, p. 282), publicado na revista *Katálysis*, semelhante ao artigo anterior, propõem utilizar abordagens teóricas “pós-coloniais e decoloniais”, privilegiando em suas fundamentações epistemologias do Sul global. Nesse sentido, através da discussão sobre a imigração africana, os autores afirmam que os grupos que estão imigrando para o Brasil, especialmente para o estado de Santa Catarina, relatam sofrer discriminação racial durante processo de inserção no mercado de trabalho, o que para os autores é decorrente do *racismo estrutural*. Ao definirem o racismo, apoiados na teoria do historiador britânico Paul Gilroy, afirmam que “[...] enquanto prática comportamental [...]”, o racismo originou-se de processos de dominação política, econômica, cultural e social, “[...] fixados pelo colonialismo e ainda presente por meio da colonialidade do ser, do saber e do poder” (SILVA; SILVEIRA; MULLER, 2017, p. 289). Apesar de afirmarem ser o racismo um elemento estrutural, os autores não aprofundam essa afirmativa.

O artigo denuncia uma postura colonial dos órgãos públicos na medida em que não apresentam interesse em formular políticas de acolhimento aos imigrantes. Mesmo com acordos e orientações internacionais, o Brasil é inadimplente quanto a tais questões, apesar do histórico marcante de imigração forçada pela escravidão no Brasil (SILVA; SILVEIRA;

MULLER, 2017). Segundo os autores, carrega-se a visão de que o imigrante é um problema, especialmente imigrantes provenientes da região do sul global. É a partir destas constatações que o artigo relaciona a raça como fator que determina a recepção e tratamento dado aos imigrantes provenientes do continente Africano.

No que se refere ao texto de Calheiros e Stadtler (2010, p. 138), o aspecto cultural dos movimentos quilombolas é enfatizado buscando associar tal característica como elemento que constitui uma “nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade”. Nesse sentido, localizam as mobilizações negras urbanas e rurais como forma de pressionar o Estado a formular políticas que reconheçam direitos a estes povos, evidenciando relações de poder.

Utilizando as reflexões do sociólogo Manuel Castells, os autores afirmam que na atualidade vivenciamos uma “transição das sociedades modernas para as sociedades em rede” nas quais há uma correlação de forças permanente entre Estado e um projeto de identidade étnica que atua enquanto movimento social permitindo uma constante reconstrução entre si (CALHEIROS; STADTLER, 2010, p. 138). Os autores não explicitam suas concepções acerca do racismo e suas operacionalidades, apenas trazem aspectos históricos da formação dos quilombos para explicar sua conformação identitária e conseqüente embates com o Estado conservador.

Referente ao texto de Leite (2011) há uma abordagem que se diferencia das anteriores na medida em que a traz elementos provenientes da economia política para pensar a questão racial. A autora objetivou argumentar a política de cotas raciais como uma estratégia do capitalismo apassivamento da classe trabalhadora, compreendendo as cotas raciais como política que enfraquece a luta de classes. Na perspectiva da autora, o racismo e seus efeitos sobre a população negra são elementos de cunho particularista e individual, no qual, ao serem pontuados, invisibilizam a exploração de classe social, a “verdadeira gênese” das desigualdades, para sobrepor as reivindicações da população negra, adotadas no texto como reivindicações que visam privilegiar os negros e fragmentar a luta de classes.

Além disso, Leite (2001) ao invocar a história do movimento negro brasileiro afirma que em dado momento os setores “menos politizados” deste movimento optaram por escolher o caminho “menos trabalhoso” para alcançar a igualdade racial. Para a autora, a luta por políticas de cotas raciais desvincula a discussão da luta de classes para deslocar o movimento negro a um discurso de quem merece mais, como um aceite de esmola do governo em troca do silêncio. Sobre o movimento negro a autora afirma que

[...] suas ações se colocam no âmbito da elevação da autoestima, considerando uma subjetividade “rasa”, sem trabalhar as condições objetivas concretas que a engendram. Seus alvos são metas factíveis e, de preferência, quantificáveis, como por exemplo, cotas étnico-raciais para o ingresso ao ensino superior ou ao serviço público (LEITE, 2011, p. 24).

A autora evidentemente não vincula o racismo a uma discussão de problema estrutural, relegando as reivindicações da população negra a um apelo cultural, emocional e afetivo, nas palavras da autora, de pouco uso da racionalidade. Essas afirmações demonstram o racismo presente na concepção de movimento negro, na medida em que vê o negro como sujeito passional desvinculado de racionalidade, reforçando as teorias raciais que defendiam um negro incapaz de pensar por si, portanto, passível de ser tutelado pelo branco europeu, construído como o ser pensante. Situa que é no contexto do neoliberalismo e ascensão dos novos movimentos sociais que são *incentivados* agrupamentos organizados a partir de sua identidade, necessidade e diferença. Nota-se a preocupação da autora de que os movimentos sociais que enfatizam explorações com base no gênero, raça, etnia, geração, etc anulem o que chama de unificador: a classe social.

É marcante no texto o posicionamento contrário às cotas raciais, sob o argumento de que reforçam o aspecto focalizado e particularista da política social, acusando a luta contra o preconceito e discriminação racial de fortalecerem um *aspecto moral* das relações sociais. Em outro trecho do artigo a autora afirma que as desigualdades recaem de maneira igual entre os pobres não-negros e os pobres negros: “[...] necessário considerar que as dificuldades encontradas pelos estudantes negros são as mesmas enfrentadas por estudantes pobres, filhos de trabalhadores não negros [...]” (LEITE, 2011, p.28). Para Leite (2011), a classe trabalhadora sofre as mesmas dificuldades para ingresso e permanência na universidade, sem distinção entre negros e não-negros, a autora chama de “equivoco” análises que relacionam racismo e acesso a bens e serviços. Essa postura evidencia a pouca aproximação com as discussões que interseccionalizam classe e raça.

O texto evidencia a face racista do Serviço social que é abafada por discursos de igualdade e liberdade universalistas, relegando à questão racial o lugar de particularidade, quando na verdade se encontra no campo da totalidade. O texto foi escrito em 2011, quando os debates sobre as cotas raciais, aprovadas um ano depois, e por isso evidencia as argumentações contrárias mais enfatizadas na época: Política de Ação Afirmativa (PAA) como reforço da incapacidade e desigualdade intelectual do negro perante o branco; PAA como racismo inverso; PAA como distração do capitalismo para não trabalhar nos “verdadeiros problemas sociais”; PAA como privilégio concedido ao negro; PAA como falsa

resolução dos problemas raciais. Todas essas argumentações já vinham sendo contestadas pelos estudiosos da área há muito tempo, o que prova a falta de aproximação e apropriação teórica de intelectuais negros/as, inclusive marxistas, que avançaram no debate sobre classe e raça, por parte dos pesquisadores da área de Serviço social.

Quando a autora situa o debate da questão étnico-racial como um debate pós-moderno, nega um aspecto central da realidade para reduzi-lo a classe, sugerindo ser o racismo uma mera coincidência do acaso. As abordagens pós-modernas estão disputando as narrativas para explicar a questão racial, sugerindo explicações relativistas que impedem de serem formuladas teses que explicam a realidade de fato. No entanto, restrito ao “[...] economicismo o intelectual marxista retira de sua análise todo um amplo processo social e todo conjunto de contradições e complexidades que estão presentes na realidade social” (SOUZA, 2016, p. 213).

O que se denota nos 4 textos analisados é que a questão racial, mencionada nestes termos por apenas 1 dos artigos, é tratada sob aspecto de cunho particularista e identitário, no qual, seja em discursos com ênfase na identidade cultural ou ênfase no aspecto econômico, o racismo não é trabalhado como elementos que estrutura as relações sociais e institucionais estabelecidas. Nos artigos que trazem aspectos históricos da condição negra, o fazem sem articulação com acontecimentos mais amplos da totalidade, caindo numa perspectiva que reduz racismo a uma questão singular e de identidade cultural.

Em contraponto, dentre os 14 artigos analisados, 10 deles apresentaram uma abordagem que associa o racismo como elemento estrutural atrelado a elementos históricos, políticos e sociais que influenciam diretamente na relação de exploração/opressão vivenciada pela população negra, associando também as categorias de gênero e classe para compor suas análises. Vale salientar que dentre os 10 artigos, 2 deles estão publicados na Revista *Katálysis* e 8 na revista *Serviço Social e Sociedade*.

A abordagem teórica do racismo também pôde ser evidenciada através de regularidades encontradas no referencial teórico utilizado. Enquanto que nos artigos de perspectiva identitária as referências foram bastante diversificadas entre si, àqueles que relacionaram racismo à estrutura mais ampla da sociedade trouxeram o sociólogo Florestan Fernandes como referência predominante para pensar as relações sociais matizadas pela questão étnico-racial, dos 10 artigos, 6 utilizaram o pensamento de Florestan Fernandes em suas análises. Também apareceram mais de uma vez autorias de Octavio Ianni, Marilda Iamamoto, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, Marinalva Paixão e José Paulo Netto.

Na abordagem de Ribeiro (2004, p. 150) sobre racismo, afirma que há a existência de mecanismos de exclusão social do negro “[...] em todas as esferas da vida social [...]”, e conflitando essa realidade, há também a resistência negra constituída enquanto “[...] um dos primeiros movimentos sociais de destaque na história do país [...]” durante o regime escravista. Como elemento de caráter estrutural, a autora evidencia que há uma necessidade de inserção social dessa população “[...] sob viés político, social e econômico [...]”. Lima (2017, p. 361), corrobora com tal afirmativa quando afirma ser necessário que haja uma ruptura com a ordem societária vigente, na qual associa “[...] heteronomia racial e heteronomia econômica, política e social”, demonstrando que a desigualdade racial após abolição se manteve inalterada. Freitas e Engler (2015, p.36) também pontuam que “[...] o enfrentamento da desigualdade racial na peculiaridade brasileira precisa ser compreendido no contexto de superação da ordem social vigente, assentada sobre as bases do capital [...]”, evidenciando o aspecto amplo e societário que as autoras buscam colocar a questão racial.

No artigo de Rocha (2009), a autora defende que haja articulação entre raça, etnia, gênero e classe para que se possa compreender as determinações e contradições presentes nas relações sociais. Para a autora, este é um conceito a ser trabalhado nos termos da totalidade social, configurando-se enquanto uma desigualdade estrutural. Cisne (2018, p. 212), também sinaliza os elementos raça, classe e gênero ao dizer que “[...] as relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturantes porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho”.

Em seu artigo, Cisne (2018) enfatiza a discussão de gênero a partir do feminismo materialista, que inclui uma análise que relaciona gênero, raça e classe como estruturantes. A autora constantemente cita o racismo como também definidor das estruturas capitalistas. Realiza uma crítica às perspectivas, como observado em textos com perspectiva identitária, que veem gênero e raça como elementos que fragmentam a classe. Segundo a autora, para a construção da unidade, será necessário que se reconheça as diferenças.

Trata-se [...] de entender as particularidades da classe para compreendê-la na sua totalidade, sem perder a sua unidade em particularismos identitários, que ao dar ênfase apenas às diferenças, fragmentam, isolam e perdem o que temos em comum e que nos unifica: a necessidade de um projeto coletivo classista e emancipatório. (CISNE, 2018, p. 213).

Além disso, Cisne (2018) fundamenta a partir de Heleieth Saffioti, que os elementos classe, gênero e raça não são relações adicionais ou somáveis, mas sim representam relações “enoveladas” e “enlaçadas em um nó” (SAFFIOTI, 2004, p. 125 *apud* CISNE, 2018, p. 221).

Defendendo assim, que “[...] as relações sociais de sexo, “raça” e classe são “consustanciais” e “coextensivas” (Kergoat, 2008, 2010, 2012)” (CISNE, 2018, p. 222).

Eurico (2013), diz que a questão racial ganha amplitude na esfera das relações sociais, expressando-se na forma como a população negra acessa a riqueza socialmente produzida. No campo das relações afetivas, no acesso ao mercado de trabalho, na invisibilidade escolar, dentre outras situações de desigualdade, “[...] é na vida cotidiana que a diversidade racial ganha contornos de desigualdade social” (EURICO, 2013, p. 296).

Articulando o debate racial com fatores associados ao processo histórico brasileiro, Freitas e Engler (2015, p. 35) atestam que a escravidão foi um pré-requisito para eclosão e fortalecimento do capitalismo moderno. Utilizando Florestan Fernandes afirmam que a ocupação e exploração do território brasileiro “[...] deu-se não pela necessidade de povoar, mas antes pela premência de produzir [...]” servindo como suporte material ao capital comercial europeu. Ao situar o racismo no contexto histórico, as autoras dão um contorno ampliado e estruturais à questão racial.

Segundo Amaro (2005, p. 63), “no Brasil, a questão social do negro e de sua identidade étnica e política estão perpassadas por fatores históricos que remontam à escravidão e reforçam a cor como um indicativo de inferioridade e estigma social”. A autora, utilizando referências de Michel Foucault conceitua racismo como sendo um processo de estigmatização e biopoder. A autora busca situar a questão racial como uma das faces da questão social que pouco está incluída nas políticas públicas de enfrentamento à pobreza, que atinge em maioria à população negra, acabando por “[...] negar a relação entre questão racial e social [...]” (AMARO, 2005, p. 68). Para a autora, “a chave para o equacionamento da questão social do negro no Brasil não é outra, senão a redução do preconceito e da discriminação racial” (AMARO, 2005, p. 78). Nesse sentido, afirma que a superação do problema de classe do negro, depende, primeiramente, da superação do problema racial desses sujeitos. Essa afirmação sugere uma concepção hierarquizada de explorações/opressões, diferindo de concepções que englobam raça, classe e gênero como pilares inseparáveis.

Rufino (2002, p. 80), ao trazer a discussão sobre o preconceito racial identificado nos critérios e exigências postulados pelas famílias candidatas a adotar crianças no Brasil, define a partir de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, que o racismo se refere a “[...] um corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela ideia de raça e de superioridade racial, no plano moral, estético, físico e intelectual”. Apesar, ao conceituar racismo, imprimir um caráter

voltado aos sujeitos e suas escolhas individuais, em outras passagens do artigo a autora afirma que ações voltadas a conscientização são importantes, porém não são capazes de resolver o problema por si só, sendo necessário “medidas de natureza político-econômica e social [...], situando a questão como estruturais (RUFINO, 2002, p. 85).

Trazendo também Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, Eurico (2013) compreende o racismo como uma construção sócio histórica que se expressa “[...] quando grupos humanos considerados *raças* ou identificados por traços raciais ou racializados [...] são tratados de modo desigual do ponto de vista econômico, político, social e cultural” (EURICO, 2013, p. 294).

Eurico (2013) traz o racismo institucional como tema principal de seu artigo, evidenciando a problemática através de entrevistas com assistentes sociais do setor judiciário e da saúde. De acordo com a autora, a forma como as instituições se estruturam podem reforçar o racismo, que, ao perpassar todas as esferas da vida, “[...] se reproduz nas instituições e constantemente é naturalizado” (EURICO, 2013, p. 298). Afirma que o racismo institucional se refere “[...] às operações anônimas de discriminação racial em instituições, profissões ou mesmo sociedades inteiras” que não podem ser atribuídas a um indivíduo somente.

Rocha (2009, p. 548) já havia relacionado também práticas nas instituições que invisibilizam a participação da população negra, exemplificando o mau uso do preenchimento cor nos instrumentos de registro que geram informações que serão usadas como subsídio para formulação de políticas públicas, a autora considera ser decorrente de uma prática racista, “[...] que é o racismo institucional”.

Já o texto de Martins (2012) é o mais completo no que tange à relação do racismo com a estrutura capitalista de produção e reprodução social. A autora traz a questão da crise capitalista no mundo do trabalho, uma crise estrutural, inerente ao sistema capitalista e que afeta “a totalidade da força de trabalho na sociedade”, atingindo os altamente qualificados e não qualificados.

Nesse sentido, a autora fala de como as análises da crise macrosocietária requerem que levemos em consideração as particularidades da formação sócio histórica de cada país. No caso do Brasil, sua conformação histórica imprime impactos diferenciados, no qual um deles pode ser observado na maneira desigual com que são atingidos negros e brancos pelas medidas restritivas do capital. Segundo Martins (2012, P. 456), após a constituição do trabalho livre, o imigrante foi o agente trabalhador privilegiado para ocupar os postos de

trabalho, no qual o negro, o indígena e o branco brasileiro foram colocados como perigosos, preguiçosos, “[...] a constituição do capitalismo no país, ao imprimir a exploração como condição fundamental da lógica capitalista, imprimiu nessa lógica a discriminação racial como insígnia do modo de produção baseado no trabalho livre”.

Relacionando a maneira com que o capitalismo brasileiro excluiu o africano e o afrodescendente, a autora diz que

[...] “o preconceito racial no Brasil acabou definindo “o lugar” do negro no mercado de trabalho [...]” [...] fazendo-se evidentes no cenário brasileiro após a constituição do trabalho livre, a desocupação e o trabalho precário, com que o negro se depara, se constituem expressões das estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital daquela fase histórica do capitalismo (MARTINS, 2012, p. 457).

Na visão de Martins (2012, p. 458), as desigualdades sociais e raciais devem ser pensadas no bojo da lógica capitalista, “[...] na estrutura de classes e, conseqüentemente, na forma de organização do poder no interior da formação social brasileira”, revelando que é inerente ao capitalismo produzir desigualdades dentro das desigualdades, “daí porque as relações capitalistas não diminuem a distância entre todos os trabalhadores, mesmo como “cidadãos” da mesma classe”.

No artigo de Löwi (2015), único artigo escrito por homem na Revista Serviço Social e Sociedade, a questão central é a análise de partidos de extrema-direita em ascensão na Europa, que possuem características xenófobas, racistas e fascistas. O racismo descrito pelo autor está mais vinculado ao racismo manifestado nos partidos políticos europeus, sem relacionar diretamente a população negra, mas sim grupos sociais como os ciganos e judeus. Ao relacionar com as características do conservadorismo no Brasil, o autor afirma que nos partidos políticos brasileiros não existe o racismo como bandeira principal, “[...] um partido brasileiro que tentasse fazer do racismo seu programa principal nunca teria 25% dos votos como na França” (LÖWI, 2015, p. 662). Apesar disso, o racismo pode ser observado nos partidos políticos através dos programas de governo que expressam a falta de compromisso com a população negra, posicionamentos contrários às cotas raciais e à demarcação de terras quilombolas, política de intervenção militar nas favelas, entre outras ações que evidenciam o racismo velado, já naturalizados pela sociedade. Para o autor é intrínseco ao capitalismo, sobretudo nos períodos de crise, a produção de fenômenos como fascismo e racismo, bem como golpes de Estado e ditaduras militares, sinalizando que “a raiz desses fenômenos é sistêmica e a alternativa tem de ser radical, isto é, antissistêmica” (LÖWI, 2015, p. 663).

Os 10 artigos analisados expõem uma perspectiva cujo olhar está voltado ao esforço em compreender o racismo situado na totalidade, a partir de subsídios da historicidade, visaram explicar a realidade da população negra não como uma infeliz coincidência, mas como um fator preponderante para permanência das relações capitalistas de produção e reprodução. Desse modo, os textos nos possibilitam visualizar a questão racial e suas manifestações que se relacionam com a questão social.

A questão social, visualizada de maneira plural, ou seja, para além das determinações econômicas, revela suas manifestações considerando também componentes históricos, culturais, sociais, etc. Dessa forma, a questão social no Brasil, delimitada no período de industrialização e afloramento das tensões entre estado, trabalhadores e empresários, foi e é particularizada pela formação social histórica marcada pelos três séculos de escravidão. “Sem dúvidas, as classes sociais no Brasil são extremamente racializadas.” (DURANS, 2014, p. 398).

O que se evidencia a partir das análises realizadas é que a concepção sobre o racismo e seus efeitos na sociedade não são homogêneos, porém, há uma regularidade nas explicações que inserem a questão racial como estruturante, enquanto que abordagens que enfatizam o aspecto cultural e identitário são minorias. Dentre os 4 artigos cuja abordagem teórica esteve voltada à concepção do racismo como elemento identitário e cultural, apenas um deles foi escrito por autora da área de Serviço social. Quanto aos 10 artigos cuja perspectiva compreende o racismo como estrutural e relacionado aos demais elementos que compõem a realidade social, todos foram escritos por assistentes sociais.

Essa percepção demonstra que, ainda que um número reduzido diante do total de artigos publicados nas revistas, o debate sobre a questão étnico-racial, majoritariamente, está sendo realizado com o suporte teórico de autores das ciências sociais e humanas, bem como de autores do Serviço social que sustentam uma discussão aprofundada sobre a realidade brasileira. O que se percebeu foi o esforço de relacionar categorias complexas (como classe e raça) a fim de que o racismo fosse compreendido enquanto questão que não se restringe a fatores individuais.

4.3.2. Questão Racial e a relação com o Serviço Social

“Se a intervenção do assistente social fica cada vez mais qualificada na medida em que o mesmo conhece a realidade em que está inserido, o que ocorre quando um eixo que

estrutura a nossa vida social é praticamente ignorado?”, é a preocupação expressa por Marques Junior (2013, p. 9) no início de seu artigo sobre a produção teórica do Serviço social sobre questão racial e que se faz presente também neste trabalho. Há um abismo social e econômico entre brancos e não-brancos no Brasil e ao ignorar esse aspecto, o Serviço social incorre no risco de deixar lacunas importantes em suas intervenções cotidianas.

Destarte, nos artigos encontrados nas revistas, 7 dedicaram parte do texto a relacionar o Serviço social diante da questão racial, evidenciando as possibilidades e limitações existentes hoje no campo da formação e exercício profissional no tratar da dimensão do racismo nas relações socialmente estabelecidas.

Ribeiro (2004), ao analisar as abordagens teóricas sobre questão étnico-racial expressas na produção de assistentes sociais nos congressos brasileiros de assistentes sociais, identifica um aumento gradativo de trabalhos sobre a temática entre os anos de 1989 a 2004. Identificando que há, historicamente, um tratamento de cunho conservador diante da questão, a autora defende que o tema seja pautado pela categoria de forma ampla, sem concentrar o debate em assistentes sociais negras ou vinculados ao movimento negro, incorporando-o como área de conhecimento e investigação.

Não são recentes as pesquisas que apontam a insuficiência das discussões sobre questão racial na área de Serviço social. Ao analisarmos o artigo de Rocha (2009), a autora traz à tona elementos para pensarmos a formação profissional e a questão étnico-racial durante este processo. A autora, dentre os demais artigos, é a primeira a pontuar o Código de Ética Profissional como norteador de um posicionamento ético e político durante o fazer profissional, revelando que a negação da questão racial se constitui enquanto um entrave à consolidação do Projeto Ético-Político da profissão.

Ao questionar a ausência do tema durante a formação, diz que poderá dificultar a formulação de respostas adequadas às múltiplas formas com que a questão social é apresentada ao profissional: “Diante da discriminação racial, como agir?”, exemplifica a autora (ROCHA, 2009, p. 542). Além disso, pontua que tal ausência se configura enquanto um “[...] mecanismo de discriminação e desigualdades” (ROCHA, 2009, p. 542). Segundo a autora, há a necessidade de desvendarmos os motivos pelos quais a categoria tem pouco interesse investigativo no tema, mesmo levando-se em consideração que seu público majoritário em alguns serviços é negro e que há uma grande parcela de mulheres negras compondo a categoria profissional de assistentes sociais.

Amaro (2005), afirma que o reduzido conhecimento sobre o racismo e suas implicações na realidade acaba por fazer com que o profissional não as reconheça em seu cotidiano de trabalho, ou que o fazem crer que essa determinação não influencia na geração das diferenças sociais. Dessa maneira, afirma ser necessário que os profissionais identifiquem o racismo como demanda a ser encaminhada para programas e serviços governamentais e não-governamentais, psicológico e jurídico. Para a autora, tais questões acarretam no fato de que “o reduzido conhecimento do racismo e suas tramas ideológicas encarceram a consciência e a visão do profissional e o fazem crer que as diferenças étnicas não são assim tão influentes na geração das diferenças sociais” (AMARO, 2009, p. 79).

Rufino (2002), bem como Freitas e Engler (2015), situam espaços institucionais dos quais o assistente social está inserido, buscando indicar possíveis ações que possam minimizar os efeitos do racismo no acesso a direitos dos/as usuários/as atendidos/as. Revelando as discriminações que perpassam o processo de adoção de crianças no Brasil, Rufino (2002, p. 85) considera ser importante que assistentes sociais apoiem e orientem as famílias inter-raciais no sentido de fortalecimento, para “[...] que tenham condições e subsídios para o enfrentamento das futuras e previsíveis reações que a adoção inter-racial provoca nas pessoas”. Para isso, a autora considera ser necessário que os assistentes sociais rompam com idealizações sobre famílias ideais, modelos que não correspondem à realidade. Porém, a autora não aprofunda esse aspecto em seu texto, considerando também não ser esta a única medida capaz de aniquilar o racismo neste espaço.

Freitas e Engler (2015) escrevem sobre a potencialidade do exercício profissional de assistentes sociais no espaço da escola, no sentido de atuar no enfrentamento da desigualdade racial. Utilizando Gramsci as autoras entendem a escola como uma instituição reprodutora da ética capitalista, fortalecendo o capitalismo e mantendo os trabalhadores em sua condição de manutenção da ordem, ao mesmo tempo em que é espaço de disputa visto que podem ser realizadas ações com objetivo de transformar o que está posto. Nesse sentido, a atuação do/a assistente social na escola pode orientar-se por princípios de igualdade e democracia, tendo como uma das possibilidades a construção de estratégias para o enfrentamento da questão racial.

Através da dimensão socioeducativa circunscrita a este campo de atuação, o papel do Serviço social ancorado nos princípios do projeto ético-político e tendo como horizonte de uma nova ordem societária, tem como uma de suas dimensões interventivas o enfrentamento da desigualdade racial através da contestação da narrativa hegemônica sobre a história da

população negra no Brasil (FREITAS; ENGLER, 2015). Nesse sentido, o texto está bastante pautado em pontuar as possibilidades de atuação do assistente social na escola a partir da questão étnico-racial.

Eurico (2013) resgata a parte da história do Serviço social no Brasil, enfatizando sua gênese conservadora em que a questão social é tratada como problema moral, reforçando o apagamento ou mesmo negando a existência de uma desigualdade racial vinculado a um problema estrutural. A autora salienta que ainda hoje, a profissão, mesmo após a grande virada quanto a sua concepção ideológica, expressa no Projeto Ético-Político, na qual se coloca em prol da classe trabalhadora redefinindo seus objetivos, metodologia e estratégias, o Serviço social possui pouca produção teórica acerca da questão étnico-racial.

Na narrativa descrita, a autora salienta a necessidade do enfrentamento ao racismo pelo Serviço social, incitando a profissão a se debruçar na construção de um discurso qualificado sobre o problema, pincelando também alguns avanços no que tange ao enfrentamento ao racismo no campo das políticas públicas estatais. Percebe-se a ênfase que se dá ao Serviço social enquanto profissão interventiva e presente em instituições estatais e privadas no enfrentamento ao racismo. A autora sugere que o corpo profissional dialogue com as contribuições teóricas já acumuladas no campo das Ciências Sociais para que aprofunde o debate durante a formação.

A autora concluiu que as concepções teóricas sobre a questão racial que culminaram em sua inserção no Código de Ética Profissional não são devidamente apropriadas, sendo que na prática as assistentes sociais tratam o racismo como prática individual de sujeitos “não bons” ou responsabilizando o próprio negro pela sua condição subalterna. Considera fundamental a existência de pesquisas no âmbito da pós-graduação que pautem a questão racial, a fim de qualificar e aprofundar a discussão colocada pelo olhar da profissão. Denuncia ainda o que chama de “falta de compromisso coletivo” (EURICO, 2013, p. 308) em dar protagonismo à discussão racial nas análises de realidade que são realizadas, reafirmando, por fim, o Código de Ética Profissional como documento que garante a necessidade de uma prática voltada ao enfrentamento real da discriminação e desigualdade racial.

Para Cisne (2018, p. 228) a relação entre classe, gênero e raça coaduna com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, pois o feminismo e o antirracismo também almejam “[...] a construção de um novo sistema de relações humanas pautadas na liberdade e na igualdade substantivas entre todos os sujeitos sociais”.

Destacamos as diferenças, ainda que sutis, da compreensão das autoras quanto à correlação entre questão social e questão racial, aparecendo percepções que colocam a segunda como expressão da primeira, outras que colocam a questão racial como anterior à questão social, e ainda aquelas cuja abordagem busca mostrar como questão racial é base para compreender como se dá a questão social. São várias as definições que explicam questão social, bem como várias as que explicam questão racial, influenciando também nas aproximações que buscam relacionar estes dois conceitos. Para o Serviço social, amadurecer e compreender essa relação é fundamental, visto que temos a questão social como objeto de intervenção e que a questão racial pouco é trazida para o campo analítico das análises mais amplas sobre realidade social.

Os artigos expressam a demanda urgente de que a categoria profissional incorpore os conhecimentos já produzidos sobre a questão étnico-racial, bem como amadureça e aprofunde o debate buscando relacionar as ações profissionais às questões sobre raça, dando visibilidade às demandas da população negra, seja no atendimento direto ao usuário, ou na formulação, implementação e avaliação de políticas, programas e serviços. Além disso, os textos expressam a importância do/a assistente social se apropriar desse debate na medida em que atua na operacionalização de políticas importantes de acesso a direitos, considerando ser a população negra a que mais é excluída deste acesso, o lugar que ocupa o assistente social possui potencialidades no que tange ao enfrentamento desta realidade.

4.3.3. Concepções de democracia racial

A democracia racial é questionada desde sua insurgência no início do século XX, quando foi utilizada a fim de promover uma imagem positiva do Brasil internacionalmente, ao mesmo tempo em que buscava pacificar as relações entre negros, indígenas e brancos no país. Quando interpretada como um mito, é possível tornar visível, não somente a desigualdade expressa em dados quantitativos, como também as raízes e causas que explicam e mantém as estatísticas de desigualdade racial, numa perspectiva de não naturalização das relações étnico-raciais estabelecidas.

Dos artigos analisados, 10 citam a expressão democracia racial, tratando-a como uma pretensão da realidade que não tem correspondência real. Destes, 9 são da área de Serviço social e 1 foi escrito por autores das áreas de Direito e Psicologia em conjunto.

Cisne (2018), apesar de não abordar a democracia racial, contribui para a discussão ao sinalizar, a partir das concepções de Vladimir Lênin, que a democracia burguesa, apesar de defender a liberdade e igualdade, dissimula a desigualdade da mulher, a escravidão e a desigualdade dos trabalhadores explorados.

Calheiros e Stadtler (2010, p. 136), situam que o mito da democracia racial foi concebido durante período em que se forjava a identidade nacional, “[...] negando o racismo para opinião pública do país, pregando a mestiçagem generalizante e uma vida em harmonia social”. Utilizando Clóvis Moura, enfatizam os mecanismos de resistência do período da escravidão, como fugas, insurreições, incêndios nos canaviais, dentre outros para quebrar a ideia de que senhores e escravos viviam em harmonia.

Rufino (2002, p. 80) explica que há na sociedade a tentativa de escamotear a discriminação sofrida pela população negra. De acordo com a autora, no Brasil impera a discriminação indireta, forma de racismo cordial, “[...] que se percebe através de olhares e gestos “não intencionais” distinguindo o “diferente”, ou, ainda, por atitudes que muitas vezes são vistas como “brincadeiras””. Apesar de não utilizar o termo completo, mito da democracia racial, o texto traz uma definição sobre a falsa ideia de relações cordiais, afirmando que o mito esconde a hierarquia e conflitos existentes no Brasil, buscando deslegitimar e enfraquecer movimentos sociais que pautam essa questão. Esse aspecto também é afirmado por Eurico (2013, p. 294) quando diz “[...] aqui o racismo é um tabu, pois os brasileiros se imaginam numa democracia racial”.

Na visão de Ribeiro (2004, p. 150) a ideia de democracia racial contribui para a omissão do Estado, aprofundando a “dívida social e política para com os negros”, instalando a discriminação racial como um fato comum e naturalizado da realidade nacional. Corroborando com tal perspectiva, Amaro (2005), afirma que o discurso da democracia racial é ancorado em garantias constitucionais de igualdade, nas relações inter-raciais e na ausência de hostilidade escancarada entre negros e brancos, no entanto, convivemos harmonicamente com a situação de milhares de negros vivendo em condição de pobreza e desemprego.

O argumento da igualdade formal para a negação do racismo no Brasil reforça o mito da democracia racial, responsabilizando os negros pela condição de desigualdade econômica e social. Freitas e Engler (2015, p. 40) também consideram que a igualdade na legislação não se aplica na realidade, evidenciando o “[...] o processo histórico de exclusão de determinados segmentos da população do direito de participação, de decisão ou, ainda, da liberdade, entendida minimamente como possibilidade concreta de escolha”.

Nos artigos de Rocha (2009) e Martins (2012) a democracia racial aparece como elementos que invisibiliza os elementos constitutivos da discriminação e desigualdade racial, mesmo quando os indicadores sociais evidenciam o contrário. Lima (2017, p. 354) indica a necessidade de uma apreensão crítica sobre o mito da democracia racial, fundamentando a partir de Florestan Fernandes, a autora coloca que o mito “[...] cria a aparência democratizante fundada tão somente na igualdade jurídica/formal forjada na sociedade de classes”.

Lima (2017, p. 357) busca explicitar a maneira com que o capitalismo brasileiro absorveu o racismo como elemento de expropriação capitalista, permitindo a revitalização de atitudes, valores e comportamentos do sistema colonial “[...] o regime extinto não desapareceu por completo após a abolição”. Nesse sentido, o negro permanece subjugado a um lugar social subalternizado, evidenciando assim, a cor da classe explorada no país.

A partir disso, conseguimos observar que a democracia racial enquanto um mito é evidenciado pela maioria dos artigos analisados, sendo que há uma consonância no que tange a compreensão deste como prejudicial para o enfrentamento da questão racial no Brasil. As autoras, ao trazerem a democracia racial enquanto um mito, procuram demonstrar as contradições colocadas para um país cujo racismo é negado ao passo em que a desigualdade racial é colocada em evidência nos indicadores sociais.

Justamente por questionar a igualdade jurídica expressa nas legislações, cuja diferenciação de raça não é formalizada, as autoras abrem espaço para pensarmos na importância de políticas de ações afirmativas, como medidas de enfrentamento ao racismo, acabam também por atingir a realidade da pobreza e da desigualdade de gênero, visto que são as mulheres negras o grupo que protagoniza os índices de maior exclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sob o ponto de vista científico, segundo Minayo (2009, p. 16) é exercício que questiona a realidade, “embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação”. A partir disso, pudemos experienciar ao longo desta pesquisa os caminhos que nos levam a enxergar a realidade sob novos olhares, imbuído de criticidade e indagações sobre o que está posto.

A questão racial, como tema historicamente negado pelo Serviço social, imprime alguns desafios na identificação de referenciais e pesquisadores na área. Durante a pesquisa apenas dois livros sobre o tema foram identificados na área de Serviço social, o de Elisabete Aparecida Pinto, intitulado “O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros”, (2003) e o de Renata Maria da Conceição, intitulado “A Questão Racial como expressão da Questão Social: um debate necessário para o serviço social” (2014). Essa dificuldade vem diminuindo ao longo dos anos, observa-se, para além das publicações nas duas revistas analisadas, o aumento de produções teóricas que buscam aproximações com o debate da questão étnico-racial e o Serviço social.

A campanha da atual gestão do conjunto CFESS/CRESS expressa a atualidade do tema dentro da profissão, que vem sendo gradativamente amadurecido e reivindicado como debate fundamental para a categoria de assistentes sociais. É fato que já havia desde final do século XX pesquisadoras que foram pioneiras na discussão étnico-racial, no entanto, somente nos últimos dois anos é que vemos a ampliação de discussões sobre a questão racial enquanto categoria analítica imbuída de criticidade.

Recentemente, as duas revistas pesquisadas neste trabalho abriram chamada para publicação de artigos no qual a questão racial foi incluída no tema central. A revista *Katálysis* teve como tema “Serviço Social, gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade”, porém ainda não foi publicada. Já a *Serviço Social e Sociedade*, publicou em setembro a revista cujo tema foi “Racismo e suas expressões socioinstitucionais: traços estruturantes da sociedade brasileira”. Considerando que até então tínhamos um percentual quase inexpressivo de artigos sobre a temática, observar o deslocamento que se faz de um debate marginalizado para o centro das discussões empreendidas pelas revistas mais importantes da categoria é significativo para aquelas/es que estiveram durante anos buscando esse reconhecimento. Além destas, outras revistas da área também publicaram artigos e revistas inteiras trazendo

esse debate, a exemplo da revista *SER Social*, que em 2017 teve uma publicação com o tema “Questão Étnico-racial, Estado e Classes Sociais”.

Ao retomarmos o objetivo geral do trabalho, que foi compreender a forma com que a categoria profissional de Serviço social vem incorporando e debatendo a questão étnico-racial a partir da análise dos artigos publicados nas revistas *Serviço Social e Sociedade* e *Katálysis*, pudemos dimensionar a quantidade de discussões que trazem esse debate em comparação a totalidade dos artigos publicados, 1,2%. No entanto, mesmo que seja um percentual escasso, a maior parte dos artigos evidenciou uma perspectiva crítica em relação à questão étnico-racial, reunindo elementos históricos que proporcionaram a interação de elementos econômicos, sociais, culturais e políticos para compreensão do racismo e da desigualdade racial.

Evidenciamos que dos 4 artigos cuja perspectiva teórica apresentou uma ênfase nos aspectos culturais ou identitários do racismo, deslocando o debate para um campo individualizante e desarticulado com as demais esferas da sociedade, apenas um destes artigos foi escrito por assistente social. Os outros 10 artigos, basearam as análises no conceito de racismo enquanto elemento estrutural, buscando evidenciar a centralidade deste debate para compreensão da totalidade social. Essas considerações demonstram que os artigos, em sua maioria, têm uma perspectiva crítica cujos apontamentos se voltam ao enfrentamento da questão racial.

Apesar disso, pode-se identificar a necessidade de amadurecer o debate teórico no sentido de construirmos um posicionamento político sobre a questão racial enquanto categoria. Mesmo que o racismo enquanto parte da estrutura social tenha prevalecido nos artigos analisados, há diferenças expressas nos discursos, principalmente, quando se pensa as estratégias de enfrentamento.

Os 7 artigos nos quais a questão étnico-racial foi articulada com o Serviço social, pode-se observar a denúncia das pesquisadoras no que tange a supressão do debate racial nas análises de realidade social. Nesta direção, não é de agora que esses apontamentos são realizados, porém, no contexto atual, essas discussões se fazem emergentes pela demanda crescente de docentes, pesquisadoras/es e estudantes de Serviço social.

No entanto, apenas 3 artigos trouxeram o Código de Ética e, de modo mais amplo, o Projeto Ético-Político Profissional como norteadores que reforçam a necessidade de enfrentarmos o racismo como forma de dominação/exploração. O Projeto Ético-Político hoje é produto do processo de amadurecimento da perspectiva crítica do Serviço social,

constituindo-se enquanto nosso referencial nos âmbitos ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico e por isso devemos nos apropriar de seu conteúdo para fortalecer o debate étnico-racial.

O mito da democracia racial, enquanto elemento que sustenta e fortalece a permanência de explicações moralizantes e individualistas sobre o problema da desigualdade racial no país, vinculado às desigualdades econômicas e sociais, foi retratado de maneira crítica nos artigos em que apareceu. Compreendeu-se que o mito é um dos fatores que, por muito tempo, fez com que a profissão não incorporasse o racismo como conceito importante de ser desvelado e enfrentado.

Aponta-se ainda que não foram encontrados estudos que evidenciaram a mulher negra, sendo que somente 2 artigos mencionaram a necessidade de articulação entre gênero, raça e classe. Isso revela a necessidade de aprofundarmos os debates de cunho interseccional. O movimento de mulheres negras pautou questões relativas não só ao sexismo, como também ao racismo, entendendo que a opressão sofrida pela mulher negra não se fazia ora por sua condição feminina, ora por sua cor de pele, mas agiam conjuntamente.

Kimberle Crenshaw criou o conceito de interseccionalidade e buscou explicitar a maneira como diferentes opressões operam mutuamente, explicando que, “a questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero” (CRENSHAW, 2014, p. 8). O conceito de interseccionalidade ao incluir no debate de gênero a questão racial, abre possibilidades para compreensão do tipo de opressão a que estão acometidas mulheres negras, incluindo as periféricas ao incorporar também o debate classista. Segundo Werneck (2014) o conceito de interseccionalidade permite aproximar diferentes sujeitos sociais ao demonstrar a “[...] interdependência das diferentes “variáveis” presentes nas relações sociais e políticas, [...] questionando as grandes narrativas universalizantes, expondo sua parcialidade e, fundamentalmente, suas contradições e limites.” (WERNECK, 2014, p.326). Quando compreendemos a raça, o gênero e a classe como elementos inter-relacionados, abordagens que sugerem ser a questão étnico-racial desagregador da classe trabalhadora, podem ser questionados.

Sabemos que os debates teóricos hegemônicos no Serviço social orientados por uma perspectiva crítica nem sempre são materializados nas intervenções cotidianas do assistente social, nesse sentido, a discussão étnico-racial que por muitos ainda é tida como tema marginal também irá refletir no modo com que os/as profissionais atuam nos serviços.

Além disso, serão necessárias mudanças no contexto social, econômico e político de caráter ampliado, visto que sozinho o Serviço Social não dá conta de resolver explorações de caráter estrutural. O contexto atual, em contrapartida, revela anuncia um cenário de regressão de direitos, nos quais a população negra, como já explicitado, será atingida diretamente. Esses indicativos nos colocam, enquanto categoria profissional, ao compromisso com a defesa dos direitos conquistados, incluindo aí as Políticas de Ações Afirmativas para pretos, pardos, indígenas e quilombolas, bem como para estudantes de baixa renda e pessoas com deficiência; os programas de transferência de renda; dentre outros que contribuíram para oferecer às famílias negras oportunidades que antes não estavam em seu horizonte de futuro.

Por fim, sem pretender imprimir um caráter messiânico na profissão, podemos pontuar a importância de um profissional que incorpora e reconhece o debate étnico-racial, como fator associado à garantia e acesso de direitos pela população negra pertencente à classe trabalhadora. A classe tem cor e gênero, e reconhecer esse aspecto da realidade amplia as possibilidades de atuação e intervenção na realidade, construindo pontes em direção a uma sociedade equânime e justa.

REFERÊNCIAS GERAIS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320 p.

ALMEIDA, Magali da Silva. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. *Argumentum debate*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr. 2017.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?*. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

ARAÚJO, Ariella Silva. “Revolução” de outubro: Ponto de inflexão histórica?. In: _____. *Incorporação dos negros no mercado de trabalho: um estudo de 1930 a 1945*. 2013. 159 f.. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013, p.70-84.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Abepss). *Relatório e planejamento*. Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. Abepss, 2015. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/gtp-genero-relatorio-gtp-2015-ultima-versao-201808221711312603580.pdf>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

BARDIN, Laurence. Definição e relação com as outras ciências. In: _____. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 29-48.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social e método. In: _____. _____. *Política social: fundamentos e história* (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social). 5 ed. São Paulo: Cortez, vol.2, 2008. p. 25-46.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 134, p. 637-651, out./dez., 2015.

BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, Lei de Terras (Rio Branco). Dispõe sobre as terras devolutas do Império. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

BRASIL. Lei nº1390 de 3 julho de 1951, Lei Afonso Arinos. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr. *Diário Oficial da União*,

Brasília, DF, 1951. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1390-3-julho-1951-361802-norma-pl.html>>. Acesso em: 09 de setembro de 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *Epistemicídio*. Geledés Instituto da Mulher Negra. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>>. Acesso em: 13 de setembro de 2018.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant; NETTO, José Paulo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 6ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

CFESS/CRESS. *Carta de Porto Alegre*. Porto Alegre, CFESS/CRESS, 2018. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/47EncontroCfessCress-CartaPOA2018.pdf>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço social*. São Paulo: Editora Cortez, vol.8, 2018. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social).

CONCEIÇÃO, Renata Maria da. *A questão racial como expressão da questão social: um debate necessário para o Serviço social*. 1. ed. Duque de Caxias: Espaço Científico Livre Projetos Editoriais, 2014. 142 p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. *Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. *Revista O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 38, p. 227-246, mai./ago., 2017.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem. 2004.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DIAS, Sheila Almeida. Serviço social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. *Revista Temporalis*, Brasília/DF, ano 15, n. 19, jan./jun. 2015.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DURANS, Cláudia Alves. Questão social e relações étnico-raciais no Brasil. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, Número Especial, p. 391-399, jul., 2014.

FAUSTINO, Deivison Mendes. “*Por que Fanon, por que agora?*”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 2015. 261 f.. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2015.

FERNANDES, Florestan. Impulsões igualitárias de integração social. In: _____. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. São Paulo: Globo, vol.2, 2008, p. 135-406.

GAHYVA, Helga. Resenha do livro ‘Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo’. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 296-300, jul./dez. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03*. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Revista Política e Sociedade*, vol. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 31ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012, p. 79-108.

GONÇALVES, Ana Maria. Despedidas. In: _____. *Um defeito de cor*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010. p. 56-62

GONZALES, Lélia. O movimento negro na última década. In: _____.; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982, p. 9-66.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1980.

GRUPO TEMÁTICO DE PESQUISA SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO, SEXUALIDADES. *Relatório e planejamento*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2015. Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-gtp-opressoes-gestao-20152016-201810081124017720780.pdf> >. Acesso em 05 de dezembro de 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A “Questão Racial” na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo Social*, v.13, n.2, p.121-142, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso. (Org). *Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009, p. 13-43.

_____. O Serviço Social na Contemporaneidade. In: *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 12ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. p. 17-81.

_____. Aspectos da História do Serviço Social no Brasil (1930-1960). In: CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. 8º ed. *Relações sociais e Serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Editora Cortez, CELATS, 1991, p. 127-365.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

IANNI, Octavio. A questão social. *Revista São Paulo em perspectiva*, v.05/ nº.1/ Jan-Mar 1991. p. 2- 10. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_01.pdf> Acesso em: 2 de maio de 2018.

_____. Do escravo ao Cidadão. In: _____. *Raças e classes sociais no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 05-34.

_____. *Escravidão e racismo*. 1ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílio: síntese de indicadores*. Rio de Janeiro: Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2016.

_____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio Janeiro: Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n.37, 2017.

JACINO, Ramatis. O Negro no Brasil no Século XIX. In: _____. *O branqueamento do trabalho*. 1ª ed. São Paulo: Nefertiti Editora, 2008, p. 17 - 76.

_____. Transição do trabalho escravo para o trabalho “livre”. In: _____. *Transição e exclusão: O negro no mercado de trabalho no mercado pós-abolição - 1912/1920*. 1ª ed. São Paulo: Nefertiti Editora, 2014, p. 19 - 86.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2014.

JUNIOR, Caio Prado. Sentido da colonização. In: _____. *A formação do Brasil contemporâneo*. 12ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 19-32, 1972.

KATÁLYSIS. *Histórico do periódico*. Florianópolis: 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/about/history>>. Acesso em: 1 de novembro de 2018.

KLUG, João. Imigração no sul do Brasil. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). *O Brasil imperial*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. III, p. 199-231.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITÃO, Leonardo Rafael Santos; SILVA, Marcelo Kunrath. Institucionalização e contestação: as lutas do Movimento Negro no Brasil (1970-1990). *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 16, n. 37, p. 315-347, set./dez. 2017.

LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil imperial - volume III - 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, vol. III, p. 401-444.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. In: MAIO,

Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. [Org]. *Raça, ciência e sociedade*. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996, p. 23-40.

MAIO, Marcos Chor. O Racismo no Microscópio: Oracy Nogueira e o projeto UNESCO. *Estudios interdisciplinarios de america latina y el caribe*, Tel Aviv, v. 19, n.1, p. 35-52, 2008.

MARQUES JUNIOR, Joilson Santana. Questão racial e Serviço social: um olhar sobre sua produção teórica antes e depois de Durban. *Libertas* (UFJF. Online), v. 13, p. 1-23, 2013.

MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: _____. *O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, vol. 2, 2011, p. 827-877.

MBEMB, Achille. *Crítica da razão negra*. Traduzido por Sebastião Nascimento. 1ª Ed. São Paulo: Editora n-1 edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 31ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012, p. 9-29.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política social e Serviço social: os desafios da intervenção profissional. *Revista Katálysis*: Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013.

MOURA, Clóvis. Da insurgência negra ao escravismo tardio. In: _____. *Sociologia do negro brasileiro*. Série Fundamentos. Editora Ática: São Paulo, 1988, p. 218-247.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

_____. Revolução cultural e futuro do pan-africanismo. In: NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980, p.39-79.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n.50, abr. 1996, p. 87-132.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete; et al. (Org). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 141-160.

NOGUEIRA, Oracy. Estrutura social e ideologia de relações inter-raciais. In: _____. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p. 195-203

NOVAIS, Fernando. Política de Neutralidade. In: _____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5ª ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1989. p. 17-57.

_____. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Juliana Marta Santos de. *A transversalidade da questão étnico-racial nos currículos dos cursos de graduação em Serviço social das universidades federais brasileiras*. 2015. 127 f.. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) - Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso. (Org). *Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009, p. 87-108.

PERES, Ison de Souza; PENHA, Olívia Ramos da. Questão racial e Serviço social: o termo raça e sua (não) apropriação. In: Congresso Brasileiro dos(as) Pesquisadores(as) Negros(as), X, 2018, Uberlândia. *Livro de resumos do X COPENE*. Uberlândia: COPENE, 2018. p. 123.

PINTO, Elisabete Aparecida. *O Serviço social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros*. São Paulo: Editora Terceira Margem, 2003.

QUEIROZ, Fernanda Marques de.; et al. Grupo temático de pesquisa serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades: breve histórico e desafios. *Revista Temporalis*, Brasília, ano 14, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014.

RAICHELIS, Raquel. Trajetória do Serviço social no Brasil. In: _____. *Legitimidade popular e poder público*. São Paulo: Cortez, 1988, p. 61-82.

RIBEIRO, Djamila. Um pouco de história. In: _____. *O que é lugar de fala?* 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017, p. 18-31.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Equidade de gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso. (Org). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. p. 220-241.

SANTOS, Joel Rufino dos. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson do Nascimento. *Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994. p. 157.

_____. A inserção do negro e seus dilemas. *Parcerias estratégicas*, Brasília, vol. 4, nº 6, março, p. 110-154, 1999.

SANTOS, Josiane Soares. *Questão social: particularidades no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Karoline Franciele dos. *A população negra e a formação profissional em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina: Questão racial no projeto político pedagógico, a grande ausência*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Curso de Graduação em Serviço Social, UFSC, Florianópolis. 2016.

SANTOS, Marcio André de Oliveira dos. Negritudes posicionadas: as muitas formas da identidade negra no Brasil. *Revista Perspectiva Sociológica*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 12-18, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. Componentes dos movimentos sociais. In: _____. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. 2ª ed. Florianópolis: Editora UFSC, 1987. p. 11-21.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 11ª edição. 1993.

SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. *Sobre a revista*. São Paulo: 2018. 4 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/sssoc/paboutj.htm>>. Acesso em: 1 de novembro de 2018.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: Hierarquias Raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. [Org]. *Raça, Ciência e Sociedade*. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996, p. 41 - 59.

SOUZA, Mário Luiz de. Intelectuais de esquerda e a questão racial em tempos neoliberais e pós-modernos. *Revista SER Social*, Brasília, v. 18, n. 38, p.202-219, jan./jun., 2016.

WERNECK, Jurema. Intersecções de raça/etnia, gênero e classe: faces cotidianas e teóricas. In: ASSIS, Glaucia de Oliveira; MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Suzana Bornéo (Org.) *Entrelugares e Mobilidades: Desafios Feministas*. Tubarão: Editora Copiart, 2014, vol. 3, p. 319-328

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/303>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Trad. Denise Bottmann. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lucia; RAICHELLIS, Raquel. O Serviço social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 95, p.5-32, 2008.

REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS ANALISADOS

AMARO, Sarita. A questão racial na Assistência Social: um debate emergente. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.81, 2005, fev./mar., p. 58-81.

CALHEIROS, Felipe Peres; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.13, n.1, p. 133-139, jan./jun., 2010.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 132, p. 211-230, mai./ago. 2018.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.114, p. 290-310, abr./jun., 2013.

FREITAS, Tais Pereira; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. Desigualdade racial os espaços escolares e o trabalho do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.121, p.32-47, jan./mar., 2015.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes. *Revista Katálysis*, Florianópolis, vol. 20, n.3, p.353-362, set./dez., 2017.

LEITE, Janete Luzia. Política de cotas no Brasil: política social? *Revista Katálysis*, vol.14, n.1, p. 23-31, jan./jun. 2011.

LÖWI, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Traduzido por Deni Alfaro Rubbo e Marcelo Netto Rodrigues. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 111, p. 450-467, jul./set. 2012.

RIBEIRO, Matilde. As abordagens étnico-raciais no Serviço social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 79, p. 148-161, set., 2004.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.99, p.540-561, jul./set. 2009.

RUFINO, Silvana. Uma realidade fragmentada: a adoção inter-racial e os desafios da formação de uma família multirracial. *Revista Katálysis*, Florianópolis, vol. 5, n.1, p.79-88, jan./jun., 2002.

SILVA, Elaine Lima da; SILVA, Juceli Aparecida da. Contribuições gramscianas sobre raça, identidade cultural e velhice na perspectiva de Stuart Hall. *Revista Katálysis*, vol.20, n. 1, p. 95-102, jan./abri. 2017.

SILVA, Karine de Souza; SILVEIRA, Henrique Martins da; MULLER, Juliana. Santa Catarina no roteiro das diásporas: os novos imigrantes africanos em Florianópolis. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 2, p. 281-292, mai./ago. 2018.